

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	15
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	20
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	21
1.5 Principais clientes	35
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	36
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	38
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	39
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	40
1.10 Informações de sociedade de economia mista	41
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	42
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	43
1.13 Acordos de acionistas	45
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	46
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	47
1.16 Outras informações relevantes	48
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	49
2.2 Resultados operacional e financeiro	60
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	61
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	64
2.5 Medições não contábeis	65
2.6 Eventos subsequentes as DFs	66
2.7 Destinação de resultados	68
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	69
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	70
2.10 Planos de negócios	71
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	73
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	74
3.2 Acompanhamento das projeções	75

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	76
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	83
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	84
4.4 Processos não sigilosos relevantes	85
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	94
4.6 Processos sigilosos relevantes	95
4.7 Outras contingências relevantes	96
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	97
5.2 Descrição dos controles internos	98
5.3 Programa de integridade	99
5.4 Alterações significativas	115
5.5 Outras informações relevantes	116
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	117
6.3 Distribuição de capital	128
6.4 Participação em sociedades	129
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	130
6.6 Outras informações relevantes	131
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	132
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	133
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	134
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	135
7.4 Composição dos comitês	150
7.5 Relações familiares	161
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	162
7.7 Acordos/seguros de administradores	163
7.8 Outras informações relevantes	164
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	165

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	169
8.3 Remuneração variável	173
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	174
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	175
8.6 Outorga de opções de compra de ações	176
8.7 Opções em aberto	177
8.8 Opções exercidas e ações entregues	178
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	179
8.10 Outorga de ações	180
8.11 Ações entregues	181
8.12 Precificação das ações/opções	182
8.13 Participações detidas por órgão	183
8.14 Planos de previdência	184
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	185
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	186
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	187
8.18 Remuneração - Outras funções	188
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	189
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	190
8.20 Outras informações relevantes	191
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	192
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	195
9.4 Outras informações relevantes	196
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	197
10.1 Descrição dos recursos humanos	198
10.2 Alterações relevantes	199
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	200
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	201
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	202
10.5 Outras informações relevantes	203

Índice

11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	204
11.2 Transações com partes relacionadas	205
11.3 Outras informações relevantes	206
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	207
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	208
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	209
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	213
12.5 Mercados de negociação no Brasil	214
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	215
12.7 Títulos emitidos no exterior	216
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	217
12.9 Outras informações relevantes	218
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	219
13.1 Declaração do diretor presidente	220
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	221
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	222

1.1 Histórico do emissor

1.1 – Histórico do emissor

A Inepar S.A. – Indústria e Construções iniciou suas operações em 1953, como ENCO – Engenharia e Comércio. Em 1968 foi criada a INELCO - Indústria Elétrica e Comércio, tendo como principal objetivo a fabricação e montagem de painéis elétricos de baixa tensão, centro de controles de motores e cubículos de média tensão para indústrias. Em 1971 houve a mudança da razão social de INELCO para INEPAR – Indústrias Eletromecânicas do Paraná Ltda. Em 1976, a ENCO e INEPAR se transformam em S.A, ENCO é incorporada pela INEPAR, a qual muda sua razão social para Inepar S.A. – Indústria e Construções.

Ao longo do tempo, a empresa expandiu sua área de atuação no setor de energia, tornando-se líder, adicionando novos produtos e serviços, o que permitiu oferecer ao mercado equipamentos e sistemas integrados nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Principais eventos da empresa:

- 1953** - Fundação da ENCO - Engenharia e Comércio;
- 1968** - Criação da INELCO - Indústria Elétrica e Comércio Ltda;
- 1971** - Mudança da razão social de INELCO para INEPAR – Indústrias Eletromecânicas do Paraná Ltda;
- 1976** - ENCO e INEPAR se transformam em S.A. e posteriormente a ENCO é incorporada pela INEPAR, a qual muda sua razão social para Inepar S.A. Indústria e Construções. BNDES passa a participar no capital da INEPAR, através da EMBRAMEC (atual BNDESPar);
- 1977** - Implantação da Inepar S.A. Indústria e Construções na Cidade Industrial de Curitiba;
- 1980** - Abertura do capital social da Inepar, com participação do IBRASE (atual BNDES);
- 1992** - Associação com a General Electric na produção de medidores elétricos
- 1994** - Associação com a Motorola e a Iridium Andes Caribe Corp., para formação da Iridium Sudamerica;
- Aquisição, por parte da Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus) junto à Inepar – Administração e Participações, de 10% do capital votante da Inepar S.A. Indústria e Construções;
- 1996** - A Inepar assume o controle acionário da Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A.;
- 1997** - A Inepar S.A. associa-se à Landis & Gyr, empresa Suíça, para produção de medidores elétricos;

1.1 Histórico do emissor

- Joint-venture com a Mastec INC., dos EUA, para formação da Mastec-Inepar S.A. Sistemas de Telecomunicações;
 - Consolidação da política de distribuição de ações para funcionários;
 - Criação da Inepar Energia S.A.;
- 1998** - A Inepar, através da Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A., juntamente com a CSN, através de sua subsidiária FEM – Projetos, Construções e Montagens S.A., e o Bradesco criam nova empresa denominada Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S.A.;
- Formação da GE Hydro Inepar do Brasil S.A. para a industrialização, comercialização e fornecimento de turbinas hidráulicas e hidrogeradores no mercado nacional e internacional;
- 1999** - Inepar S.A. Indústria e Construções e a Lucent Technologies – Divisão Power System, criam a joint-venture Lucent Inepar Sistemas de Energia Ltda., que fabrica fontes de energia para telecomunicações;
- Lançamento da Nova Inepar S.A. Indústria e Construções. A principal mudança foi a criação de três empresas independentes focadas nos seguintes segmentos de mercado: Equipamentos, Construções e Serviços para infra-estrutura (a Nova Inepar S.A. Indústria e Construções), Operações em Energia (a Inepar Energia S.A.) e Operações em Telecomunicações (a Inepar Telecomunicações S.A.). A Nova Inepar S.A. Indústria e Construções terá sua atuação dividida em quatro unidades de negócios estruturadas de acordo com as necessidades do mercado;
 - Siemens Metering Ltda. passa a ser a nova razão social da Landis & Gyr Inepar, resultado da aquisição pela Siemens Metering das operações mundiais da Landis & Gyr;
- 2000** - Inepar S.A. Indústria e Construções incorpora as sociedades IESA - Internacional de Engenharia S.A e Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A., como primeira etapa do seu processo de reorganização societária;
- Inepar S.A. Indústria e Construções incorpora a totalidade das ações da Inepar-Fem Equipamentos e Montagens S.A., transformando-a em subsidiária integral, na seqüência do seu processo de reorganização societária.
 - Durante o exercício de 2000, a Administração da companhia implementou um amplo programa de reestruturação, visando consolidar uma nova estrutura organizacional e societária. O objetivo principal foi simplificar a estrutura societária concentrando todas as atividades operacionais em torno de uma razão social: a Inepar S.A. Indústria e Construções, que agrega os resultados da controladora aos da subsidiária integral Inepar-FEM Equipamentos e Montagens S.A.
- 2001** - Dando continuidade ao processo de encaminhamento de soluções internas para a questão financeira, a Inepar prosseguiu efetuando desinvestimentos que elencamos a seguir:
- Em 02 de fevereiro a controlada Inepar Telecomunicações S/A firmou contrato objetivando a venda de sua participação na operadora de telefonia celular Global Telecom para a Telesp Celular Participações (Portugal Telecom);
 - Em 15 de março a subsidiária Inepar-FEM Equipamentos e Montagens S/A assinou contrato de compra e venda de ações com Hatamura & Associados S/C

1.1 Histórico do emissor

- Ltda., Excel Consultoria & Associados S/C Ltda. e Shapphire Service Ltda., para alienação de controle na Nordon S/A Indústrias Metalúrgicas;
- Em 20 de março, conforme Proposta de Compra de Ações, a controlada Inepar Energia S/A vendeu sua participação na empresa Itiquira Energética S/A, para a Tosli Acquisition B.V.. O contrato de Compra de Ações, após anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, foi firmado em data de 25 de maio de 2001;
 - Em 02 de julho alienamos a totalidade da participação na controlada em conjunto Lucent Inepar Sistemas de Energia Ltda. para a Tyco Group S.A.R.L.;
 - Em 16 de julho, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações, nossa controlada Inepar Energia S/A vendeu sua participação na empresa Machadinho Energética S/A, para a Alcoa Alumínio S.A.;
 - Em 01 de agosto foi firmado um contrato de venda de ações, no qual a Inepar aliena a parcela de 36,15% que detinha do capital da controlada em conjunto Mastec-Inepar S/A Sistemas de Telecomunicações, para a Mastec Latin America, Inc.

2003/2004 - Após a decisão do Conselho de Administração, de Março de 2003, que colocou a responsabilidade da conclusão de todo o processo de reestruturação no Grupo Controlador, a administração da Companhia decidiu concentrar e consolidar todas as suas atividades operacionais em Araraquara/SP, objetivando significativa redução de nossos custos e despesas e o crescimento de nossa produtividade e competitividade.

Por motivos de ordem operacional e mercadológica e, em virtude da apreciável tradição junto ao mercado da subsidiária integral **IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S/A**, foi ela escolhida e estruturada para conduzir todas as atividades operacionais, nas áreas de projetos, manufatura e serviços, a partir de 2004.

Neste sentido, foram adotadas as seguintes providências:

- Eliminamos totalmente o passivo de curto e longo prazo da IESA e transferimos sua sede do Rio de Janeiro/RJ para Araraquara/SP.
- Transferimos para a IESA o acervo técnico de todas as empresas industriais e de serviços, da Companhia e de suas controladas.
- Nos casos em que isto foi possível, transferimos os contratos de fornecimento de produtos e serviços, da Companhia e suas controladas para a IESA, que passou a executá-los.
- Transferimos para a IESA, (observadas as restrições impostas pela transferência dos contratos de fornecimento e serviços), o quadro de colaboradores lotados nas várias empresas e atividades. Este processo foi totalmente concluído em janeiro último.
- Cadastramos a IESA como fornecedora de bens e serviços em todos os segmentos de mercado. Este processo foi facilitado graças ao acervo

1.1 Histórico do emissor

técnico e tradição da própria IESA, somado aqueles transferidos pela Companhia e suas controladas.

- Em continuidade ao Plano de Reestruturação, a empresa vem tomando medidas para redução de passivos e concentração em atividades de maior valor agregado, dentro desta diretriz, foi criada a SadeFem Equipamentos e Montagens S/A, transferindo todas as atividades relacionadas ao segmento de negócio de estruturas metálicas, mantendo o acesso aos insumos desta atividade através de acordos comerciais.
- Transferida a sede da IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A para Rio de Janeiro

2005

- Concluída a venda da participação total na SadeFem Equipamentos e Montagens S/A, mantendo acordo comercial para atender mercado.
- Constituída a IESA Óleo & Gás S.A, com o intuito de preparar a unidade para buscar uma nova parceira/sócio tecnológica, com capacidade de fazer frente ao grande volume de demanda no mercado, por investimentos em projetos de infra-estrutura.
- Concedido a IESA Óleo & Gás S.A, acesso a todo acervo técnico da IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A, sendo o mesmo compartilhado pelas duas empresas.
- Em 29 de Junho de 2005 a Inepar formalizou a venda de sua participação no capital da joint venture Landis+Gyr Equipamentos de Medição Ltda, correspondente a 44% do capital total. As cotas foram vendidas para a sócia majoritária Landis+Gyr Holding GmbH,

2008

- Em 18 de fevereiro de 2008, através da Ata 69ª da Assembléia Geral Extraordinária, a empresa transferiu sua sede para a Alameda Jurupis nº 455 – 10º Andar, Bairro Moema, CEP 04088-001 na cidade de São Paulo –SP.
- No primeiro trimestre dando seqüência aos acordos previamente assinados com a GE, a Inepar realizou a subscrição de 6.246.331 na Joint-Venture GEHI , passando de uma participação de 40% para 50% (menos 229 ações).
- Nos anos de 2008 e 2009 foram transferidos vários equipamentos de grande porte, que atendiam a GE Power Generation nas suas plantas da Finlândia, Canadá e Suécia, para serem integrados ao parque fabril localizado em Araraquara-SP.

1.1 Histórico do emissor

- Estes equipamentos serão primordiais para uma elevação da capacidade de produção de nossa fábrica, representarão um incremento em linhas de processo que operavam próximas de um limite técnico máximo, sendo equipamentos utilizados na maioria dos nossos projetos. Estes novos equipamentos elevam consideravelmente a capacidade total de processamento da fábrica, já que em outras áreas a utilização é modular e pode receber uma programação de produção, escalonada ou simultânea.
- Além de atender o mercado de geração de energia hidrelétrica, que apresenta uma significativa expansão de demanda praticamente no mundo todo, principalmente com uma maior conscientização da importância de utilização de fontes renováveis de energia, a empresa passa a contar com uma maior disponibilidade de fábrica para atender também a outras áreas de atuação.
- Com esta decisão a GE Hydro Inepar (GEHI), que produz turbinas e geradores para o Brasil e outros países da América do Sul, passará a atender a todo o mercado mundial neste segmento.
- O investimento total dessa reestruturação, incluindo a transferência de novas tecnologias e equipamentos de última geração, contará com a implantação do primeiro e único laboratório para desenvolvimento hidráulico do país.
- Esta unidade concentrará o atendimento aos diversos mercados mundiais e contará com sucursais e escritórios estrategicamente localizados nas diversas regiões onde atua; contará também com apoio de vendas da GE Power Generation que possui abrangência global, facilitando o acesso aos diversos mercados, entretanto deverá concentrar foco em alguns nichos com maior potencial de desenvolvimento.
- Integra a sua força produtiva, investimentos em equipamentos na fábrica da lesa instalada em Araraquara, assim como contará com a incorporação de unidades na Suécia e Finlândia que facilitam o atendimento na Europa como um todo.
- Em julho de 2008 a empresa austríaca Andritz adquiriu da GE a participação na Joint-Venture GE Hydro Inepar, dessa forma a denominação será AHI. A empresa Andritz possui uma subsidiária brasileira chamada Vatech, até então uma forte concorrente da GEHI.
- Os projetos já contratados bem como os novos contratos serão mantidos pela AHI, todos os planos de investimentos da JV serão mantidos, incluindo o atendimento ao mercado interno, externo, bem como a construção do laboratório de hidrogenação, único na América do Sul, que já começou a ser construído e deverá ficar pronto em aproximadamente um ano.

1.1 Histórico do emissor

- Em 30 de novembro de 2008, a empresa adquiriu da controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., a participação de 26,4% no capital da Ibrafem Estruturas Metálicas S.A.

2009

- Através da Ata da 16ª Assembléia Geral Extraordinária da controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., foi aprovado o aumento do capital social da companhia mediante emissão de 45.740.246 (quarenta e cinco milhões, setecentos e quarenta mil e duzentos e quarenta e seis) novas ações ordinárias ao valor de R\$ 1,00 (um real), onde a acionista Inepar S.A. Indústria e Construções subscreveu o montante de R\$ 40.856 representadas por 40.855.806 (quarenta milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil e oitocentas e seis) ações ordinárias, sendo o saldo remanescente integralizado posteriormente, desta forma, a participação da Inepar S.A. Indústria e Construções passou de 67,10% para 74,60%.

2010

- Em 10 de Setembro de 2010, a Inepar S.A. Indústria e Construções consolida entendimentos com Innovida Factories Ltd., formando joint-venture para utilização de tecnologia inovadora e pioneira para construção de habitações populares e outras aplicações em construções civis, visando atender também aos requisitos do programa MINHA CASA MINHA VIDA, até então em desenvolvimento pelo Governo Brasileiro.

2011

- A joint-venture Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. assina contrato com Consórcio Norte Energia que detém a concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará; para o fornecimento de turbinas e geradores, assim como outros equipamentos hidromecânicos a serem utilizados pela usina, com escopo de valor total de R\$ 1,022 bilhões de reais. Belo Monte será a terceira maior usina hidrelétrica do mundo, ficando atrás apenas da chinesa Três Gargantas e da binacional Itaipu.
- Migração para o Nível 1 de Práticas Diferenciado de Governança Corporativa.
- A INEPAR S.A. Indústria e Construções, através da Millport Associates S.A., foi vencedora da oferta de compra, conforme declaração pela Corte Americana em 18/08/2011, dos Ativos da Innovida Holdings LLC nos Estados Unidos, que contemplam as patentes, a "trademark", fábrica em Miami, certificações internacionais e principalmente a propriedade, e o

1.1 Histórico do emissor

direito de uso exclusivo na aplicação do Sistema Construtivo no Brasil e no mundo.

- Incorporação da Inepar Energia S.A., em 21 de novembro de 2011, aumentando o patrimônio líquido da Companhia em R\$ 28.239.943 milhões. Com essa incorporação, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 9.923.653 elevando o seu patrimônio líquido de R\$ 389.053.477 para R\$ 398.977.131.
- A IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., subsidiária integral da INEPAR, adquiriu da IAP (INEPAR Administração e Participações S.A.) 20% de participação que esta detinha na TIISA (Triunfo-Iesa Infraestrutura S.A.) por R\$ 55,8 milhões, aumentando assim a sua participação TIISA de 30% para 50%.

2012

- Em 31/03/2012 a INEPAR S.A Indústria e Construções adquiriu da IAP (INEPAR Administração e Participações S.A.) 50% de participação que esta detinha na CBD (Companhia Brasileira de Diques) por R\$ 608,7 milhões, que pagou com TDPs (Títulos da Dívida Pública Federal Externa) que se encontrava em sua carteira.
- Durante o ano de 2012, a controlada IESA Óleo & Gás assinou o maior contrato da história da Inepar. Trata-se do contrato de fornecimento de 24 módulos de compressão de CO2 para seis FPSOs replicantes, com opção de fornecimento de mais 08 módulos para outras duas FPSOs, cujo contratante é um consórcio formado entre a Petrobras, BG Group, Petrogal e Repsol Sinopec. Esses módulos serão responsáveis pelos sistemas de compressão e injeção de CO2, compressão para exportação de gás, injeção de gás e compressão de gás principal com recuperação de vapor.
- Licitação vencida para prestar serviços de construção, montagem e manutenção de integridade nas plataformas da Unidade de Operações da Bacia de Campos (UO-BC) da Petrobras. O trabalho será realizado durante as campanhas de manutenção das plataformas com apoio de Unidade de Manutenção e Segurança (UMS). Este modelo de contratação com apoio de UMS é um modelo novo criado pela Petrobras, do qual a IESA sai na frente de seus concorrentes.

2014 a 2024

Em 29/08/2014, a Inepar S.A. Indústria e Construções, ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

1.1 Histórico do emissor

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da IESA no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao REFIS, também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE.
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da IESA no capital da Inepar Capacitores S.A.
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

- 1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.
- 2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais da Companhia.

1.1 Histórico do emissor

A Companhia tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano, nos últimos 3 anos.

Em 25 de janeiro de 2022, a Inepar recebeu uma proposta da empresa Melville Capital Group LLC de Nova York, para aquisição das UPI's IOG e IPM, estando inclusos nessa venda os imóveis operacionais de Araraquara e Macaé, bem como acervos, propriedade intelectual e outros intangíveis. A oferta recebida trata-se de uma oferta vinculante firme e irrevogável de US\$ 125 milhões, conforme noticiado no Fatos Relevantes publicados em 22 de janeiro e 25 de janeiro de 2022.

Em 14 de março de 2022, foi publicado nos autos da Recuperação Judicial a data de 28/04/2022 para as 15 horas em audiência pública para a realização do leilão das propostas apresentadas no Processo Competitivo.

Em 28 de abril de 2022, ocorreu a audiência para a abertura das propostas apresentadas no processo de leilão de venda das UPIs IOG e IPM, e que além da proposta firme apresentada anteriormente pela Melville Capital Group LLC, a empresa SEFRAN Fabricação e Comércio de Equipamentos Industriais Ltda, habilitou-se no processo e apresentou proposta para aquisição das referidas UPIs no valor de US\$ 153 milhões de dólares americanos.

Em 09 de maio de 2022, foi exarada decisão do Juiz da Recuperação Judicial homologando a alienação das UPIs, que foram vendidas pela empresa SERFRAN.

Desta forma abriu-se o prazo de 30 dias corridos para a efetivação do pagamento.

Em 17/12/2021 em revisão à petição do dia 22/04/2021, a Companhia apresentou um plano de pagamento para encerramento do processo de Recuperação Judicial com pagamento das obrigações exigíveis para encerramento, bem como o pagamento de diversas obrigações extraconcursais trabalhistas, financeiras e de fornecedores, além de parte do capital de giro necessário ao soerguimento da empresa.

Após o recebimento da primeira tranche da arbitragem, ocorrida em 26/03/2021, a situação da recuperação judicial se apresentava da seguinte forma:

Em 07/11/2022, a Companhia cumprindo prazo processual, peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar a critério do Juiz o encerramento do processo de Recuperação Judicial,

Em 03 de maio de 2023, a Inepar recebeu nova proposta para alienação das UP's, pelo valor de US\$ 160 milhões de dólares americanos.

Em agosto de 2023, a Inepar recebeu uma nova de proposta da EUROINVEST, para comprar as UPI's IPM e IOG, desta vez, propondo um depósito de US\$ 7,65 milhões, representando 5% do valor da oferta de US\$ 153 milhões, como sinal, em uma conta caução, enquanto realiza o "due diligence" sobre os ativos.

1.1 Histórico do emissor

Atualmente encontra-se pendente de aceitação a proposta da EUROINVEST, para adquirir as UPI's IPM e IOG.

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

RJ GRUPO INEPAR				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 19,5	R\$ 19,5	R\$ 71,0
Classe II	R\$ 21,3	R\$ 341,7	R\$ 363,0	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV		R\$ 15,0	R\$ 15,0	R\$ 12,5
TOTAL	R\$ 21,3	R\$ 376,2	R\$ 397,5	R\$ 2.276,7

Conforme se vê, para fins de encerramento da presente Recuperação Judicial, se faz necessário o pagamento ao BNDES (Credor Classe II que já recebeu 80% do seu crédito) o saldo de 21,3 milhões.

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

Decisão Judicial de novembro de 2022 sobre o encerramento da Recuperação Judicial, após cumprimento de 100% das dívidas relativas ao biênio de fiscalização e esperamos o trânsito em julgado dessa decisão em 2025. Vale salientar que ao longo da recuperação foram pagos mais de R\$ 2,4 bilhões em dívidas. Nossa expectativa é de liquidação em 2025 das dívidas concursais pós biênio que hoje somam aproximadamente R\$ 50 milhões nas Classes I e IV;

1.1 Histórico do emissor

Esperamos também em 2025 encerrar o processo de leilão das UPI's IPM e IOG. Estamos mantendo negociação com o vencedor do processo público de Leilão a fim de que possamos atingir o sucesso dessa venda, importante para o soerguimento da Companhia;

Após a adesão à Transação Tributária em dezembro de 2021, iniciou-se os trabalhos para aproveitamento de prejuízo fiscal acumulado para pagamento de até 70% do saldo devedor, o que também já foi concluído com enorme sucesso, nos permitindo o pagamento de R\$ 720 milhões da dívida, ficando os próximos pagamentos com vencimento a partir de setembro/25;

Constituição e preparação da empresa ENISA para se apresentar ao mercado como empresa de prestação de serviços de Engenharia. Fornecimento, Construção, Montagem e Gerenciamento (EPCM), participando de importantes licitações, aliada à tradição da Inepar/Iesa, voltando o foco para o seu mercado core - Energia e O&G principalmente;

Protocolo nos órgãos competentes para criação de uma ZPE no site de Araraquara, gerando negócios e empregos para o Grupo e para a Região, sob o número de Processo 10099.100756/2022-83.

A mudança na Lei das ZPE's trouxe, sem dúvida, grandes benefícios para as empresas que se instalarem nessas Zonas, possibilitando a geração pelo Brasil de um grande número de ZPE's tal qual nos Estados Unidos e China que são os países que mais adotaram esse modelo como forma de crescimento da economia.

A Inepar S/A, efetuou a venda através da controlada CBD – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., a sua participação no INHAÚMA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII – RESPONSABILIDADE LIMITADA (“Inhaúma FII”), correspondente a 37,812% de seu patrimônio líquido, pelo valor de R\$ 359.653.172,44.

Principais Fornecimentos realizados:

Geração de Energia

- a) Fabricação de 02 Turbinas tipo Francis 64,2 MW – 120 RPM – 38,1 Metros de queda de água e 02 Geradores Síncrono 3F Eixo Vertical 15,8 MVA – 38 Pólos – 6,9 KV – FP=0,92 – para a Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, localizada no RioJacuí, Município Agudo – RS.

Cliente: **GE HYDRO INEPAR – CONSÓRCIO CONFRAM**

- b) Fabricação de 02 Turbinas tipo Francis 31,2 MW – 360 RPM – 86,8 Metros de queda de água e 02 Geradores Síncrono 3F Eixo Vertical 33,8 MVA – 20 Pólos – 13,8 KV – FP=0,90 para a Casa de Força I e mais 02 Turbinas tipo Francis 48,8 MW – 400 RPM – 135,3 Metros de queda de água e 02 Geradores Síncrono 3F Eixo Vertical 52,9 MVA – 18 Polos – 13,8 KV – FP=0,90 para a Casa de Força IIda Usina Hidrelétrica de Itiquira, localizada no Rio Itiquira, Município de Itiquira – MT.

Cliente: **GE HYDRO INEPAR – CONSÓRCIO ITICON**

- c) Fornecimento de mão de obra para modernização de 04 Geradores 52 MVA – 56 MVA – 56 Pólos – 13,8 KV – FP = 0,95 e reforma de componentes de outros 6 geradores e 4 turbinas tipo Francis 53 MW – 128,6 RPM – 45 metros de queda de água para a Usina Hidrelétrica de Mascarenhas de Moraes, localizada no Rio

1.1 Histórico do emissor

Grande, Município de Ibiraci – MG.
Cliente: **GE HYDRO INEPAR - FURNAS**

- d) Fabricação de 03 Turbinas Tipo Francis 300 MW – 200 RPM – 175,6 metros de queda de água e 03 Geradores Síncrono 3F Eixo Vertical 311 MVA – 36 Pólos – 13,8 KV – FP=0,95 para a Usina Hidrelétrica de Campos Novos, localizada no Rio Canoas, Município de Campos Novos – SC.

Cliente: **GE HYDRO INEPAR E ENERCAN – CAMPOS NOVOS ENERGIA S.A..**

- e) Fornecimento de componentes para 03 Turbinas tipo Francis 42,1 MW – 450 RPM – 166,2 Metros de queda de água e fornecimento de componentes para 03 Geradores Síncrono 3F Eixo Vertical 46 MVA – 16 Pólos – 13,8 KV – FP=0,90 para Usina Hidrelétrica de Guaporé, localizada no Rio Guaporé, Município de Jaurú – MT.

Cliente: **GE HYDRO INEPAR E TANGARÁ ENERGIA**

EQUIPAMENTOS HIDROMECÂNICOS

- a) Fornecimento de 11 Grades da Tomada de Água – 1 conjunto de Comporta Ensecadeira da Tomada de Água - 01 conjunto de Comporta Ensecadeira do Tubo de Sucção e 11 Conduitos Forçados, destinados para ampliação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, localizada no Rio Tucuruí, Município Tucuruí – PA

Cliente: **ELETRONORTE**

- b) Fornecimento de Comporta Vagão da Tomada de Água – Painel de Comando e Painel de Fechamento pra a Usina Hidrelétrica Mascarenhas de Moraes, localizada no Rio Grande, Município Ibiraci – MG.

Cliente: **FURNAS**

- c) Fornecimento de 03 Comportas Vagão – 4 Comportas Ensecadeira – 01 Comporta Descarga e 02 Conduitos Forçados para Usina Hidrelétrica de Itiquira.

Cliente: **ITISA - ITIQUIRA ENERGÉTICA S.A.**

EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS

- a) Fornecimento de 01 Ponte Rolante Capacitada de 2 x 130KN x 6,2 Metro incluído a Montagem no Campo e os Testes de Comissionamento, destinado a UHE – Porto Primavera/SP

Cliente: **CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO**

- b) Fornecimento de 01 Pórtico Rolante 30T x 5M utilizado para manuseio dos painéis da comporta ensecadeira na Usina Hidrelétrica de Tucuruí/PA

Cliente: **ELETRONORTE**

- c) Fornecimento de 01 Monovia equipada com 02 Talhas germinadas com capacidade de 20T cada uma e caminho de rolamento de 180M, destinado a Usina Hidrelétrica de Mascarenhas de Moraes/MG

Cliente: **FURNAS**

- d) Fornecimento de 01 Ponte Rolante 850Kn x 14,3M – 01 Ponte Rolante Monoviga 80

1.1 Histórico do emissor

KN x 14,3 M – 01 Monovia com Talha Elétrica de 125 KN x 30M – 01 Monovia com Talha Elétrica 125KN x 40M – 1 Monovia com Talha Elétrica 80 KN x 18M, destinado ao Aproveitamento Hidrelétrico Ponte de Pedra-MS.

Cliente: **CONSÓRCIO CIGLA-SADE**

- e) Fornecimento 01 Ponte Rolante 220/70/6 Ton x 24,96 M para manuseio de Panela de Metal Líquido, destinado a Aciaria de Piracicaba/SP, Esta é uma das maiores pontes rolante de aciaria, produzida com tecnologia própria.

Cliente: **COMPANHIA SIDERURGIA BELGO MINEIRA.**

- f) Fornecimento de 19 Pontes Rolantes para Laminador de Tiras a Quente da CST sendo 5 Pontes 60Tx27,6M – 04 Pontes 40Tx28,6M – 02 Pontes 100Tx27,30M – 02 Pontes 40Tx40M – 01 Ponte 100Tx27,15M – 01 Ponte 45Tx27M – 01 Ponte 40Tx20M – 01 Ponte 15Tx18M – 01 Ponte 15Tx27,15M e 01 Ponte 40T x 28,6M.

Cliente: **DEMAG**

- g) Fornecimento de 07 Pontes Rolantes para a Linha de Processo de Chapas da CISA – Araucária/PR sendo 03 Pontes 30Tx27,6M – 02 Pontes 30Tx21,6M – 01 Ponte 25Tx20,4M e 01 Ponte 55,15T x 27,6M.

Cliente: **DEMAG**

- h) Fornecimento de 02 Guindastes Portuários de 40 T x 18m para movimentação de containers no Porto de Santos – terminal do Guarujá/SP.

Cliente: **SANTOS BRASIL S.A.**

EQUIPAMENTOS DE PROCESSOS

- a) Fornecimento de 14 Vasos de Pressão, Reatores e Torres de Processo, 2 DD Washer – Planta de depuração, Deslignificação por Oxigênio e Branqueamento, totalizando mais de 3.000 Ton de equipamentos para a expansão da linha de fibra da Aracruz Celulose, localizada no Município de Aracruz – ES. Neste projeto a Inepar Equipamentos recebeu um prêmio pela performance de cumprimento no prazo de entrega.

Cliente: **ARACRUZ CELULOSE S.A..**

- b) Fornecimento de 01 Vaso de Pressão – NH3 Knock out Drum destinado para aumento da capacidade produtiva de Amônia da Refinaria Duque de Caxias, localizada no Município de Duque de Caxias-RJ.

Cliente: **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRÁS**

- c) Fornecimento de 7 Torres e 2 Vasos de Pressão destinados para a expansão da Refinaria Gabriel Passos, localizada no Município de Betim/MG.

Cliente: **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRÁS**

- d) Fornecimento de 2 Vasos de Pressão (Reator e Degasador) para expansão da unidade fabril e aumento de capacidade na produção de peróxidos de hidrogênio da Unidade da Peróxidos, localizada no Município de Curitiba/PR.

Cliente: **PERÓXIDOS DO BRASIL LTDA**

- e) Fornecimento de 01 Vaso Depurador de Gás, destinado ao aumento da capacidade produtiva de gás natural da Unidade da Petrobrás localizada no Município de São Mateus-ES.

1.1 Histórico do emissor

Cliente: **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRÁS**

METRO-FERROVIÁRIO

- a) Reforma de 1.668 Vagões de Carga em Aço Carbono, 1535 Vagões de Carga em Alumínio, Troca de rodéis de 43 Locomotivas, Recuperação de 50 Locomotivas e Reforma do virador de locomotivas da oficina da Ferronorte localizada em Araraquara-SP.

Cliente: **FERRONORTE**

- b) Fornecimento e montagem de 2 Viradores de Locomotiva para as oficinas de Santa Bárbara e Ipatinga/MG.

Cliente: **CVRD – COMPANHIA VALE DO RIO DOCE**

- c) Fornecimento de 2 Viradores de Locomotivas para o Projeto Trombetas-PA.

Cliente: **MINERAÇÃO RIO DO NORTE**

- d) Reforma de Guindastes Rodoferroviários Holmes

Cliente: **FERRONORTE**

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

i) Atividades desenvolvidas pelo emissor

A Companhia, cujas atividades operacionais, a partir de 2004, foram concentradas na controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., tem por objeto social:

- a) Fabricação, comercialização, projeto e fornecimento de bens de capital, de equipamentos, sistemas e serviços destinados à:
 - Geração, transmissão, transformação, proteção, distribuição e consumo de energia elétrica;
 - Implantação e expansão de sistemas de telecomunicações;
- b) Projeto e construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações;
- c) Projeto e construção de linhas de transmissão, redes e subestações de energia elétrica;
- d) Projeto e construção de linhas, canalizações, transmissões e centrais de telecomunicações;
- e) Projeto e construção de sistemas de sinalização ferroviária e rodoviária;
- f) Projeto e montagem de sistemas de automação;
- g) Realização direta ou indireta de obras civis, procura, aquisição e fornecimento de equipamentos, montagem industrial e gerenciamento de negócios na área de engenharia em geral;
- h) Elaboração de estudos econômicos e realização de estudos, planos e projetos de engenharia;
- i) Gerenciamento de empreendimentos, fiscalização e/ou supervisão de obras e serviços de engenharia;
- j) Instalação, supervisão e montagem de equipamentos eletromecânicos e eletroeletrônicos;
- k) Operações de importação e exportação relacionadas com os objetivos operativos;
- l) Fornecimento de redutores eletrônicos de velocidade e prestação de serviços de instalação, operação e manutenção e de processamento de dados e imagens resultantes de infrações de trânsito;
- m) Prestação de serviços de qualquer natureza no ramo da Engenharia Consultiva, de projetos ou da informática, de Computação Gráfica, de Informática aplicada à Engenharia e de consultoria e assessoria nas atividades de gestão empresarial;
- n) Prestação de serviços de telecomunicações;
- o) Participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista;
- p) Prestação de serviços técnicos de Consultoria e Assessoria nas atividades de Gestão Energética, Automação e Telecomunicações;

ii) Atividades desenvolvidas pela controlada

A controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. tem por objeto social:

- a) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos, bem como a elaboração de estudos econômicos;
- b) execução de serviços de construção, de manutenção, montagem e assistência técnica para os setores de infra-estrutura e industrial, em especial nas áreas de: siderurgia, mineração e metalurgia; levantamento de carga; movimentação de materiais a granel; petróleo, química e petroquímica; portuário, metro-ferroviário; saneamento básico e ambiental; papel e celulose e telecomunicações; distribuição e transmissão de energia elétrica;
- c) fabricação, comercialização, locação, arrendamento, projeto e fornecimento de produtos, bens de capital, máquinas e equipamentos, sistemas e serviços para

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- infra-estrutura de empresas públicas e privadas, em especial nas áreas de óleo e gás, água e esgoto, geração, transmissão, transformação e proteção de energia, distribuição e consumo de energia elétrica, transporte, compensação reativa, movimentação e outros afins;
- d) fabricação e montagem de estruturas de aço e seus agregados;
 - e) fabricação, supervisão de montagem, montagem, instalação, comissionamento e testes, de capacitores, bancos de capacitores, filtros de harmônicas, equipamentos para qualidade de energia e eficiência energética, de baixa, média e alta tensão;
 - f) fornecimento de redutores eletrônicos de velocidade e prestação de serviços de instalação, operação e manutenção e de processamento de dados e imagens resultantes de infrações de trânsito;
 - g) manutenção, modificação e operação de sistemas de exploração e processamento de petróleo e gás;
 - h) prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração nas áreas mencionadas no item anterior;
 - i) representação, comercialização, compra e venda de produtos e serviços relativos às áreas descritas nos incisos acima;
 - j) projeto e construção de linhas de transmissão, redes e subestações de energia elétrica;
 - k) projeto, construção e montagem de usinas térmicas e hidroelétricas;
 - l) projeto e construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações;
 - m) projeto e construção de sistemas de sinalização ferroviária e rodoviária;
 - n) projeto e construção de obras civis, elétrica, hidráulicas e de telecomunicações;
 - o) projeto e construções de linhas, canalizações, transmissões e centrais de telecomunicações de telecomunicações;
 - p) implantação e expansão de sistemas de telecomunicações;
 - q) exportação e importação dos produtos e serviços descritos nos incisos antecedentes;
 - r) participação em licitações, através de consórcios ou SCP's, na privatização de empresas distribuidoras de energia e em novos produtos;
 - s) participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista; e
 - t) administração de bens próprios.

A controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A. tem por objeto social:

- a) participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista;
- b) prestação de serviços de qualquer natureza no ramo da engenharia consultiva, de projetos, distribuição e consumo de energia elétrica;
- c) fabricação, comercialização, projeto e fornecimento de bens de capital, de equipamentos, sistemas e serviços destinados à geração, transmissão, transformação, proteção, distribuição e consumo de energia elétrica;
- d) execução de serviços de construção, montagem e assistência técnica para os setores de infra-estrutura industrial, em especial nas áreas de: siderurgia, mineração e metalurgia; levantamento de carga; movimentação de materiais a granel; petróleo, química e petroquímica; portuário, metro-ferroviário; saneamento básico e ambiental; papel e celulose e telecomunicações;
- e) prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração nas áreas mencionadas no item anterior;

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- f) projeto e construção de linhas de transmissão, redes e subestações de energia elétrica;
- g) projeto e construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações;
- h) projeto e construção de sistemas de sinalização ferroviária e rodoviária;
- i) projeto e montagem de sistemas de automação;
- j) importação e exportação relacionadas com os objetivos operativos;
- k) participação em licitações, através de consórcios ou SCP's, na privatização de empresas distribuidoras de energia e em novos produtos.

A controlada Indireta IESA Óleo & Gás S.A. tem por objeto social:

- a) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos, gerenciamento e administração nas áreas de óleo e gás;
- b) execução de serviços de construção, da manutenção, montagem e assistência técnica nas áreas de óleo e gás, química e petroquímica;
- c) execução e prestação de serviços de construção civil aplicado às áreas de "Off-Shore" e "On-Shore";
- d) manutenção, modificação e operação de sistemas de exploração e processamento de petróleo e gás;
- e) projeto, construção e montagem de usina térmica nuclear;
- f) prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração nas áreas de óleo, gás, química e petroquímica;
- g) apresentação e comercialização de produtos e serviços ligados ao objeto social;
- h) exportação e importação dos produtos e serviços descritos nos incisos antecedentes;
- i) participação em licitações, através de consórcios ou SCP's, para consecução do seu objeto social;
- j) participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista.

iii) Atividades desenvolvidas pelas coligadas

A coligada IESA Tecnologia e Transportes S.A. tem por objeto social:

- a) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos, gerenciamento e administração na área de transporte, em saneamento e em atividades de engenharia civil ligadas a pontes, estradas e viadutos;
- b) execução de serviços de construção, manutenção, montagem e assistência técnica para os setores de infra-estrutura e industrial, nas áreas: portuária, aeroportuária, metro-ferroviária, saneamento básico e ambiental, telecomunicações, controle de tráfego rodoviário e infra-estrutura urbana;
- c) prestação e serviços de consultoria, gerenciamento e administração nas áreas mencionadas no item anterior;
- d) fiscalização de execução de obras rodoviárias;
- e) fabricação/modernização de material rodante;
- f) projeto e construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações
- g) projeto e construção de sistemas metro-ferroviários, incluindo sinalização, telecomunicação, eletrificação, sonorização e controle de acesso de passageiros

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- h) projeto e construção de sistemas aeroportuários, incluindo informação ao usuário, telecomunicação, sonorização, controle de incêndio e controle de acesso de passageiros;
- i) exportação e importação dos produtos e serviços descritos nos itens antecedentes;
- j) participação de licitações isoladamente ou por meio de consórcios ou SCPs;
- k) participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista
- l) administração de bens próprios

A coligada Enisa – Inovação e Infraestrutura S.A. tem por objeto social:

- a) Realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos, bem como a elaboração de estudos econômicos e gerenciamento e administração necessárias às atividades de siderurgia; mineração e metalurgia; saneamento básico e ambiental; sistema de captação; sistema de coleta; tratamento de esgoto e lançamento de seus efluentes; preservação e despoluição de Mananciais e Baias; tratamento e distribuição de água; estações elevatórias e de tratamento sanitário; infraestrutura urbana e dragagens; obras hidráulicas; pontos e canais; navegação lacustre, fluvial e marítima; óleo e gás; petróleo; plataformas de petróleo e suas unidades modulares; plantas e sistemas industriais de qualquer natureza, usinas termoelétricas, usinas de fontes renováveis(energia solar (Sol), eólica (ventos), maremotriz (maré), hídrica (força das águas) e geotérmica (calor interno da Terra); unidades de tratamento de lixo, urbano, industrial e hospitalar; infra e superestrutura e material rodante; controle de tráfego rodoviário; infraestrutura urbana; sinalização ferroviária e rodoviária; veículos de transporte sobre trilhos e pneus; redutores eletrônicos de velocidade e prestação de serviços de instalação; operação e manutenção e de processamento de dados e imagens resultantes de infrações de trânsito; levantamento de carga; movimentação de materiais a granel; portuário; sistemas de armazenagem de grãos e silagem; metro-ferroviário; química/petroquímica; papel e celulose; telecomunicações; automação; linhas de transmissão, redes de subestações elétricas; distribuição e transmissão de energia elétrica; distribuição e consumo de energia; rebaixamento e distribuição de Energia Elétrica; usinas térmicas e hidroelétricas; e estruturas de aço e seus agregados, inclusive obras de arte em concreto e aço;
- b) Prestação de serviços de qualquer natureza nas atividades acima mencionadas, inclusive na modalidade EPC, especialmente de engenharia consultiva; projeto básico; projeto executivo ou detalhado para fabricação; computação gráfica; prototipagem eletrônica; cálculos e demais atividades computacionais e sistemas próprios de softwares; e automação industrial;
- c) Elaboração de planos e prestação de serviços de planejamento; gerenciamento; administração e na modalidade EPCM; operação; manutenção; atualização e repotenciamento de plantas; sistemas,

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- instalações e equipamentos necessários nas operações e atividades mencionadas na letra “a” acima;
- d) Execução de serviços de construção, manutenção, montagem e assistência técnica para os setores de infraestrutura e indústria, em especial nas áreas mencionadas na letra “a” acima e outras áreas afins e relacionadas, tanto nos empreendimentos próprios e ou através de consórcios, PPP’s ou SPE’s, BOT, BTS, em que a Companhia venha participar;
 - e) Execução e prestação de serviços de construção civil aplicado às áreas de “Off-Shore” e “On- Shore”;
 - f) Fabricação, fornecimento, instalação, montagem, supervisão, comissionamento, descomissionamento, testes de performance, operação assistida e start-up, manutenção, modificação de equipamentos, peças, acessórios e componentes, exploração e processamento, operação de sistemas das áreas mencionadas na letra “a” acima;
 - g) Comercialização, locação, arrendamento, para infraestrutura de empresas públicas e privadas, em especial nas áreas mencionadas na letra “a” acima;
 - h) Construção de obras civis, elétricas, hidráulicas e de telecomunicações;
 - i) Realização ou contratação de obras civis; bens de capital; fornecimento de equipamentos; serviços de montagem-eletromecânica, hidráulica, automação, elétrica de força, controle e automação e; serviços Auxiliares relacionados as atividades mencionadas no item “a” acima;
 - j) Gerenciamento de empreendimentos, fiscalização e/ou supervisão de obras e serviços de engenharia;
 - k) Exportação e importação dos produtos e serviços descritos nos itens anteriores;
 - l) Participação em licitações e empreendimentos, através de consórcios, PPP’s ou SPC’s, BOT’s BTS’s;
 - m) Realizar e integrar empreendimentos e sistemas EPC’s e EPCM’s nas áreas descritas nos itens anteriores;
 - n) Representação, comercialização, locação, arrendamento, importação, exportação e compra e venda de equipamentos, insumos, partes e peças e matérias primas necessárias as atividades mencionadas na letra “a” acima;
 - o) Administração de bens próprios; e
 - p) Participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

Segmentos de atuação: As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três segmentos:

Segmento de Geração & Equipamentos: As principais divisões de negócios da nossa controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., a qual conta em Araraquara-SP com um parque industrial instalado, são as seguintes:

i) Divisão de Movimentação de Materiais e Mineração: A IESA/INEPAR tem uma longa tradição de fornecimento para ambos os mercados, onde mais de 2.500 pontes rolantes já foram fornecidas, além de inúmeros equipamentos para movimentação de minério. Recentemente, foi fornecida a maior retomadora de minério tipo portal do mundo.

ii) Divisão de Equipamentos de Processo: Abrangendo o mercado de refinarias, plantas químicas e petroquímicas, celulose e papel, cimento, cervejarias e indústria alimentícia, a IESA/INEPAR possui tecnologia para fabricar e montar unidades de processo, sendo considerada uma das principais fornecedoras de equipamentos para a Petrobras.

iii) Divisão de Geração de Energia: Esta divisão está sendo transferida para a empresa Andritz.

iv) Divisão de Equipamentos Hidromecânicos: Com expressiva atuação no mercado nacional, a divisão de equipamentos hidromecânicos produz comportas, condutos forçados, grades, barramento blindado e servomotores, tendo participado de grandes empreendimentos de geração de energia como Campos Novos, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito, entre outros.

Segmento de Construção & Montagem: Voltado para os negócios em infraestrutura e saneamento, este segmento apresenta potencial de crescimento.

i) Divisão de Transporte Metroviário: Reforma e fabricação de trens de passageiros, tendo performado contratos para a CPTM (SP) e Central (RJ), Metrô-SP, Metrô-RJ, Metrô-Brasília, com tecnologia própria e fábrica com infraestrutura de saída direta para trilhos.

Segmento de Óleo & Gás: No mercado de óleo & gás, estamos representados pela subsidiária IESA Óleo & Gás e de suas participações.

A Companhia tem como atividade preponderante a prestação de serviços e o fornecimento de materiais para as indústrias de petróleo, gás, química e petroquímica, visando fornecer através de projetos EPC (Engineering, Procurement and Construction), desenvolvendo desde os estudos e projetos de engenharia e consultoria até a execução de serviços de manutenção, construção, montagem e assistência técnica.

b) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação em nosso lucro líquido

A Companhia não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua, uma vez que as funções de sua estrutura operacional, tais como área de compras, vendas, tecnologia da informação, logística, administração e recursos humanos são compartilhados entre os segmentos, não sendo possível a alocação das despesas por segmento de negócio.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Segmento de Geração & Equipamentos

Movimentação de Materiais

Nas instalações da IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. são projetadas e fabricadas as pontes e pórticos rolantes para as mais complexas aplicações, produz guindastes portuários, máquinas para carregamento e descarregamento de navios, equipamentos de mineração, tais como empilhadeiras e transportadores.

Com tecnologia própria, desenvolvida ao longo dos últimos 30 anos através de acordos com tradicionais empresas do setor nos Estados Unidos, Japão e Alemanha e com mais de 2.500 pontes rolantes entregues no Brasil e no exterior, a IESA tem a melhor solução para o manuseio de materiais.

a) Principais equipamentos fornecidos:

- Empilhadeira de Lança Dupla
- Empilhadeira de Lança Fixa
- Empilhadeira de Lança Giratória
- Monovias
- Painelas de Aço
- Painelas de Gusa
- Ponte Rolante
- Pórtico Rolante

b) Características do processo de produção:

O processo de produção começa com o corte das matérias primas, passando pela área de dobra ou conformação para então os conjuntos formados serem montados e soldados. Os conjuntos formados podem sofrer algum tipo de usinagem tais como processos de torneamento, mandrilamento, furação ou fresamento, dando assim formas finais ao conjunto.

Os conjuntos usinados entram no processo produtivo de montagem gerando grandes componentes dando forma do produto final.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

c) características do processo de distribuição

Processo sobre encomendas de grande porte, onde os produtos são entregues diretamente ao cliente, e com processos de instalação e colocação em marcha “start-up”

d) características dos mercados de atuação

1. participação em cada um dos mercados
2. condição de competição nos mercados

e) eventual sazonalidade

Não se aplica.

f) principais insumos e matérias primas,informando:

1. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle e regulamentação governamental, com indicação dos órgãos da respectiva legislação.

Principais insumos:

- Aço carbono (chapas, perfis, tubos e barras);
- Conexões forjadas;
- Consumíveis de solda;
- Tintas e vernizes.

Devido à natureza dos produtos ofertados pela IESA mantemos relacionamento com diversos fornecedores, o que não gera concentração ou dependência com nenhum deles.

A IESA utiliza fornecedores de qualidade, confiança e respeito no mercado buscando sempre o melhor custo- benefício para a companhia.

Algumas parcerias são de longo prazo muitas vezes dado as exigências de nossos clientes. Parcerias longas são estabelecidas, também, com fornecedores que possuem um bom histórico com a companhia, demonstrando comprometimento com o fornecimento o que gera o melhor custo-benefício da aquisição.

Nenhuma das relações mantidas com fornecedores da IESA é sujeita a controle ou regulamentação governamental, exceto concessionárias de serviços públicos.

2. eventual dependência de fornecedores

A IESA não possui dependência de fornecedores, sendo sua cadeia de fornecimento bem diversificada e com um grande número de fornecedores homologados através de seu Sistema da Qualidade. Nos casos em que é necessário obedecer à qualificação pelo cliente final através de um “Vendor List”, aprovado previamente, pode existir uma dependência pontual de fornecedores, mas não raramente tais fornecedores também já são de nosso relacionamento usual. Nos casos de novos fornecedores é utilizado com frequência a base de fornecedores homologados pela IESA para balizamento das condições comerciais e, em casos extremos de exclusividade de fornecimento tais condições são consideradas na fase

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

de orçamento e já compõem o custo do produto vendido.

3. eventual volatilidade em seus preços

Não existe significativa volatilidade de preços na cadeia de abastecimento da IESA. As maiores variações podem ocorrer somente nos casos de mudanças conjunturais de abrangência muito ampla, como por exemplo no preço das “commodities” tipo minério de ferro (matéria-prima para fabricação do aço), cobre (matéria-prima de grande maioria dos equipamentos e materiais elétricos) e assim por diante. Mas mesmo nestes casos é bastante frequente que, pelo fato das encomendas da IESA terem um período de maturação de médio a longo prazo - entre 2 a 4 anos; tais variações sejam atenuadas ou até mesmo completamente compensadas através de fórmulas de reajuste paramétricas previstas contratualmente.

Equipamentos de Processo

Com mais de 30 anos de experiência a controlada IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. está capacitada a atender as mais diversas linhas de equipamentos para produção e processamento de Petróleo & Gás e aplicações Petroquímicas em geral, em inox, aço carbono e ligas especiais.

A especialização e a experiência das equipes de engenharia, fabricação e montagem da IESA têm o reconhecimento do mercado para fabricar e montar unidades de processo como: refinarias, plantas químicas e petroquímicas, de celulose e papel, de cimento, bem como cervejarias e indústria alimentícia. A IESA está capacitada a desenvolver, dentro dos padrões mundiais de qualidade e segurança, as soluções mais adequadas de acordo com o perfil de cada cliente.

a) Principais equipamentos fornecidos:

- Vasos e Torres de Pressão: Reservatórios que contêm fluido sob pressão interna e/ou externa, utilizados em refinarias de petróleo, indústrias químicas e petroquímicas e de papel e celulose, utilizados para armazenamentos intermediários ou entre um processo e outro.
- Reatores: Vasos de pressão, utilizados para transformação de produtos através de reações químicas, térmicas, de pressão ou de processos de agitação.
- Torres/Colunas de Processo: Vasos de pressão utilizados no processamento de fluidos, através da destilação, fracionamento, absorção, separação ou outros processos.
- Tambor de coque: Reator utilizado para o craqueamento catalítico, em unidades de ufcc de refinarias de petróleo.
- Desaeradores: Vasos de pressão utilizados em plataformas de petróleo para remoção de sulfatos da água marítima.
- Esferas: Vasos de Pressão utilizados para armazenamento de Grandes volumes de gases sob pressão.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- Trocadores de calor: Vasos De Pressão Utilizados Para Troca Térmica Entre Fluidos Nos Processos Químicos e Petroquímicos.
- Bajas: Base de Jateamento, equipamento utilizado para iniciar perfuração de poço de petróleo em lâminas d'água profundas. Serve como lastro para antecipar a descida dos equipamentos para perfurações no fundo do mar.
- Boca de Sino: Estruturas *offshore* que fixam as linhas submarinas ao costado das plataformas
- Skid's: Equipamentos utilizados na exploração de petróleo, composto em geral por vaso de pressão, tubulações, válvulas, instrumentação, elétrica e estrutura necessária para suportar e confinar todos os componentes
- Tanque de armazenamento: Equipamento utilizado para armazenar grandes volumes de líquido, principalmente DIESEL. São equipamentos de grandes dimensões 50/100/150 mts de diâmetro.

b) características do processo de produção:

O processo de produção começa com o corte das matérias primas, passando pela área de dobra ou conformação para então os conjuntos formados serem montados e soldados. Os conjuntos formados podem sofrer algum tipo de usinagem tais como processos de torneamento, mandrilamento, furação ou fresamento, dando assim formas finais ao conjunto.

Os conjuntos usinados entram no processo produtivo de montagem gerando grandes componentes dando forma do produto final.

c) características do processo de distribuição

Processo sobre encomendas de grande porte, onde os produtos são entregues diretamente ao cliente, e com processos de instalação e colocação em marcha "start-up"

d) características dos mercados de atuação

1. participação em cada um dos mercados

Área de Óleo&Gás (onshore/offshore)

2. condição de competição nos mercados

Não se aplica

e) eventual sazonalidade

Não se aplica

f) principais insumos e matérias primas,informando:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle e regulamentação governamental, com indicação dos órgãos da respectiva legislação.

Principais insumos:

- Aço carbono (chapas, perfis, tubos e barras);
- Conexões forjadas;
- Consumíveis de solda;
- Tintas e vernizes.

Devido à natureza dos produtos ofertados pela IESA mantemos relacionamento com diversos fornecedores, o que não gera concentração ou dependência com nenhum deles.

A IESA utiliza fornecedores de qualidade, confiança e respeito no mercado buscando sempre o melhor custo-benefício para a companhia. Algumas parcerias são de longo prazo muitas vezes dado as exigências de nossos clientes como, por exemplo, a Petrobrás, que determina que alguns fornecedores sejam certificados por ela. Parcerias longas são estabelecidas, também, com fornecedores que possuem um bom histórico com a companhia, demonstrando comprometimento com o fornecimento o que gera o melhor custo-benefício da aquisição.

Nenhuma das relações mantidas com fornecedores da IESA é sujeita a controle ou regulamentação governamental, exceto concessionárias de serviços públicos.

1. eventual dependência de fornecedores

A IESA não possui dependência de fornecedores, sendo sua cadeia de fornecimento bem diversificada e com um grande número de fornecedores homologados através de seu Sistema da Qualidade. Nos casos em que é necessário obedecer à qualificação pelo cliente final através de um "Vendor List", aprovado previamente, pode existir uma dependência pontual de fornecedores, mas não raramente tais fornecedores também já são de nosso relacionamento usual. Nos casos de novos fornecedores é utilizado com frequência a base de fornecedores homologados pela IESA para balizamento das condições comerciais e, em casos extremos de exclusividade de fornecimento tais condições são consideradas na fase de orçamento e já compõem o custo do produto vendido.

2. eventual volatilidade em seus preços

Não existe significativa volatilidade de preços na cadeia de abastecimento da IESA. As maiores variações podem ocorrer somente nos casos de mudanças conjunturais de abrangência muito ampla, como por exemplo no preço das "commodities" tipo minério de ferro (matéria-prima para fabricação do aço), cobre (matéria-prima de grande maioria dos equipamentos e materiais elétricos) e assim por diante. Mas mesmo nestes casos é bastante frequente que, pelo fato das encomendas da IESA terem um período de maturação de médio a longo prazo -entre 2 a 4 anos; tais variações sejam atenuadas ou até mesmo completamente compensadas através de fórmulas de reajuste paramétricas previstas contratualmente.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Equipamentos Hidromecânicos

Com expressiva atuação no mercado nacional, a Área de Equipamentos Hidromecânicos tem participação de grandes empreendimentos de Geração de Energia. Contando com engenheiros especialistas e com a capacidade fabril instalada, a IESA possui tecnologia própria que permite que os equipamentos sejam desenvolvidos e fabricados conforme as especificações técnicas solicitadas.

a) Principais equipamentos fornecidos:

- Conduto Forçado
- Barramento Blindado
- Grades
- Comportas
- Ensecadeiras

Vagão Segmento

Mitra

- Servomotores
- Válvula Borboleta
- Válvula Dispersora

b) características do processo de produção:

O processo de produção começa com o corte das matérias primas, passando pela área de dobra ou conformação para então os conjuntos formados serem montados e soldados. Os conjuntos formados podem sofrer algum tipo de usinagem tais como processos de torneamento, mandrilamento, furação ou fresamento, dando assim formas finais ao conjunto.

Os conjuntos usinados entram no processo produtivo de montagem, testes operacionais e pintura, gerando grandes componentes dando forma do produto final.

c) características do processo de distribuição

Processo sobre encomendas de grande porte, onde os produtos são entregues diretamente ao cliente, e com processos de instalação e colocação em marcha "start-up"

d) características dos mercados de atuação

1. participação em cada um dos mercados

Participação no mercado de Geração de Energia

2. condição de competição mercados 15% do mercado

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

e) eventual sazonalidade

Não se aplica

f) principais insumos e matérias primas, informando:

1. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle e regulamentação governamental, com indicação dos órgãos da respectiva legislação.

Principais insumos:

- Aço carbono (chapas, perfis, tubos e barras);
- Conexões forjadas;
- Consumíveis de solda;
- Tintas e vernizes.

Devido à natureza dos produtos ofertados pela IESA mantemos relacionamento com diversos fornecedores, o que não gera concentração ou dependência com nenhum deles.

A IESA utiliza fornecedores de qualidade, confiança e respeito no mercado buscando sempre o melhor custo-benefício para a companhia.

Algumas parcerias são de longo prazo muitas vezes dado as exigências de nossos clientes. Parcerias longas são estabelecidas, também, com fornecedores que possuem um bom histórico com a companhia, demonstrando comprometimento com o fornecimento o que gera o melhor custo-benefício da aquisição.

Nenhuma das relações mantidas com fornecedores da IESA é sujeita a controle ou regulamentação governamental, exceto concessionárias de serviços públicos.

1. eventual dependência de fornecedores

A IESA não possui dependência de fornecedores, sendo sua cadeia de fornecimento bem diversificada e com um grande número de fornecedores homologados através de seu Sistema da Qualidade. Nos casos em que é necessário obedecer à qualificação pelo cliente final através de um "Vendor List", aprovado previamente, pode existir uma dependência pontual de fornecedores, mas não raramente tais fornecedores também já são de nosso relacionamento usual. Nos casos de novos fornecedores é utilizado com frequência a base de fornecedores homologados pela IESA para balizamento das condições comerciais e, em casos extremos de exclusividade de fornecimento tais condições são consideradas na fase de orçamento e já compõem o custo do produto vendido.

2. eventual volatilidade em seus preços

Não existe significativa volatilidade de preços na cadeia de abastecimento da IESA. As maiores variações podem ocorrer somente nos casos de mudanças conjunturais de abrangência muito ampla, como por exemplo no preço das "commodities" tipo minério de ferro (matéria-prima para fabricação do aço), cobre (matéria-prima de grande maioria dos equipamentos e materiais elétricos) e assim por diante. Mas mesmo nestes casos é bastante frequente que, pelo fato das encomendas da IESA terem um período de maturação

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

de médio a longo prazo -entre 2 a 4 anos; tais variações sejam atenuadas ou até mesmo completamente compensadas através de fórmulas de reajuste paramétricas previstas contratualmente.

Segmento de Construção e Montagem

Transporte Metroferroviário

A unidade industrial da IESA possui instalações adequadas para a fabricação de produtos metroferroviários e está qualificada para fornecer a seus clientes equipamentos rodantes, como modernização e reforma de TUE's (Trem Unidade Elétrica) para transporte de passageiros e fabricação de truques metroferroviários.

a) **Principais equipamentos/serviços fornecidos:**

- Modernização e Reforma de TUE's (Trem Unidade Elétrica)
- Recuperação de Infraestrutura
- Troca de Sistema de Freio
- Truques

b) **características do processo de produção:**

A área de transporte metroferroviário está capacitada para atender a todos os seguimentos do setor, tais como material rodantes e outros materiais rodantes que englobam basicamente a reforma de locomotivas, reforma de TUE's (Trem Unidade Elétrica) fabricação de truques para metrô, trens de passageiros e reforma de vagões de carga.

c) **características do processo de distribuição**

Não se aplica.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

d) características dos mercados de atuação

1. participação em cada um dos mercados
2. condição de competição nos mercados

e) eventual sazonalidade

Não se aplica.

f) principais insumos e matérias primas, informando:

1. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle e regulamentação governamental, com indicação dos órgãos da respectiva legislação.

Devido à natureza dos produtos/serviços ofertados pela IESA mantemos relacionamento com diversos fornecedores, o que não gera concentração ou dependência com nenhum deles.

A IESA utiliza fornecedores de qualidade, confiança e respeito no mercado buscando sempre o melhor custo-benefício para a companhia.

Algumas parcerias são de longo prazo muitas vezes dado as exigências de nossos clientes como. Parcerias longas são estabelecidas, também, com fornecedores que possuem um bom histórico com a companhia, demonstrando comprometimento com o fornecimento o que gera o melhor custo-benefício da aquisição.

Nenhuma das relações mantidas com fornecedores da IESA é sujeita a controle ou regulamentação governamental, exceto concessionárias de serviços públicos.

1. eventual dependência de fornecedores

A IESA não possui dependência de fornecedores, sendo sua cadeia de fornecimento bem diversificada e com um grande número de fornecedores homologados através de seu Sistema da Qualidade. Nos casos em que é necessário obedecer à qualificação pelo cliente final através de um "Vendor List", aprovado previamente, pode existir uma dependência pontual de fornecedores, mas não raramente tais fornecedores também já são de nosso relacionamento usual. Nos casos de novos fornecedores é utilizado com frequência a base de fornecedores homologados pela IESA para balizamento das condições comerciais e, em casos extremos de exclusividade de fornecimento tais condições são consideradas na fase de orçamento e já compõem o custo do produto vendido.

2. eventual volatilidade em seus preços

Não existe significativa volatilidade de preços na cadeia de abastecimento da IESA. As maiores variações podem ocorrer somente nos casos de mudanças conjunturais de abrangência muito ampla, como por exemplo no preço das "commodities" tipo minério de ferro (matéria-prima para fabricação do aço), cobre (matéria-prima de grande maioria dos equipamentos e materiais elétricos) e assim por diante. Mas mesmo nestes casos é bastante frequente que, pelo fato das encomendas da IESA terem um período de maturação de médio a longo prazo - entre 2 a 4 anos; tais variações sejam atenuadas ou até mesmo completamente compensadas através de fórmulas de reajuste paramétricas previstas contratualmente.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Segmento de Óleo & Gás

Constituída em março de 2005, a partir de ativos, acervo técnico e carteira de contratos da Divisão Óleo & Gás da Controladora Iesa – Projetos, Equipamentos e Montagens S/A, a IESA Óleo & Gás é, hoje, uma das mais importantes empresas brasileiras de engenharia, construção e montagem, com forte e sólida atuação no mercado de petróleo e gás. Graças ao trabalho competente e dedicado do seu corpo de colaboradores, o ano de 2007 reforçou a presença da Companhia no seleto rol das grandes empresas prestadoras de serviços na modalidade EPC (Engineering, Procurement and Construction) para as áreas de óleo, gás, química e petroquímica.

Esta classificação é fruto do esforço desenvolvido pela Companhia na busca da excelência na execução de suas atividades e se reflete nos bons resultados alcançados, tanto na satisfação de seus clientes quanto nos bons índices de performance em Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente. Além disso, por dispor de toda a estrutura fabril da Controladora em seu parque industrial de Araraquara-SP e das suas próprias instalações para produção e apoio às atividades *off shore*, localizadas em Macaé-RJ, a IESA Óleo & Gás se revela uma das poucas do mercado brasileiro capaz de fornecer aos seus clientes soluções completas – desde a engenharia até o comissionamento e operação assistida dos empreendimentos.

A IESA Óleo & Gás tem como Princípios e Valores Essenciais, o compromisso com a qualidade de seus serviços e produtos, o respeito profissional, internamente e com seus clientes, e o comprometimento com a imagem institucional da empresa. Como resultado, a Companhia alcançou num curto espaço de tempo um desenvolvimento empresarial consistente e auto-sustentado. Sua imagem institucional está plenamente consolidada e é reconhecida e respeitada em todo o mercado. Fruto deste esforço corporativo, os colaboradores da IESA Óleo & Gás estão efetivamente comprometidos e orgulhosos de pertencer ao quadro da Companhia.

a) características do processo de produção:

A IESA Óleo & Gás é uma empresa que incorpora a experiência de mais de cinco décadas no mercado de engenharia industrial no Brasil, com significativa presença em projetos do segmento de petróleo, focando permanentemente a utilização de tecnologias de ponta, sendo uma das empresas pioneiras na implantação de projetos da modalidade EPC (Engineering, Procurement e Construction) que fornece aos clientes uma solução integrada para seus empreendimentos.

A área de engenharia desenvolve os projetos utilizando-se das tecnologias mais modernas do mercado, destacando-se o conceito de maquete eletrônica 3D com emprego dos softwares PDS, PDMS e outros que permitem a integração das informações desde o projeto até a execução no campo, o uso de sistemas de administração de materiais e equipamentos ligados de forma automática à etapa de suprimento e diversos outros de planejamento, programação e controle de atividades.

O suprimento desenvolve e controla toda a interface com o mercado nacional e internacional na aquisição de bens e serviços para os projetos, desde a fase de procura até a entrega nos locais das obras,

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

passando pelas etapas adicionais de compra, inspeção diligenciamiento e logística.

A área de construção é responsável pela construção civil e a montagem eletromecânica das plantas de processo, desde a implantação do canteiro de obras até a sua partida. São utilizadas no processo construtivo uma frota própria de equipamentos de construção e uma mão de obra treinada e preparada para a execução dos trabalhos. A construção trabalha intimamente ligada à engenharia e ao suprimento de materiais e equipamentos dos projetos buscando soluções otimizadas que agregam valores ao produto final entregue ao cliente.

Coordenando todas estas fases de um EPC a empresa dispõe de um grupo gerencial preparado para a gestão da implantação dos empreendimentos, empregando metodologia preconizada pelo PMI (Project Management Institute) e seguindo os diversos procedimentos corporativos existentes na área de qualidade, segurança, meio ambiente e saúde ocupacional. Esta área é responsável pela manutenção da certificação da empresa nas normas ISO 9001, NBR 14001 e OHSAS 18001.

b) características do processo de distribuição

Não se aplica.

c) características dos mercados de atuação

1. participação em cada um dos mercados
2. condição de competição nos mercados

d) eventual sazonalidade

Não se aplica.

e) principais insumos e matérias primas,informando:

1. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle e regulamentação governamental, com indicação dos órgãos da respectiva legislação.

Devido à natureza dos serviços ofertados pela empresa mantemos relacionamento com diversos fornecedores, o que não gera concentração ou dependência com nenhum deles.

A empresa utiliza fornecedores de qualidade, confiança e respeito no mercado buscando sempre o melhor custo- benefício para a companhia.

Nenhuma das relações mantidas com fornecedores da IESA é sujeita a controle ou regulamentação governamental, exceto concessionárias de serviços públicos.

1. eventual dependência de fornecedores

A IESA não possui dependência de fornecedores, sendo sua cadeia de fornecimento bem diversificada e com um grande número de fornecedores homologados através de seu Sistema da Qualidade.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Nos casos em que é necessário obedecer à qualificação pelo cliente final através de um “Vendor List”, aprovado previamente, pode existir uma dependência pontual de fornecedores, mas não raramente tais fornecedores também já são de nosso relacionamento usual. Nos casos de novos fornecedores é utilizado com frequência a base de fornecedores homologados pela IESA para balizamento das condições comerciais e, em casos extremos de exclusividade de fornecimento tais condições são consideradas na fase de orçamento e já compõem o custo do produto vendido.

2. eventual volatilidade em seus preços

Não existe significativa volatilidade de preços na cadeia de abastecimento da IESA. As maiores variações podem ocorrer somente nos casos de mudanças conjunturais de abrangência muito ampla, como por exemplo no preço das “commodities” tipo minério de ferro (matéria-prima para fabricação do aço), cobre (matéria-prima de grande maioria dos equipamentos e materiais elétricos) e assim por diante. Mas mesmo nestes casos é bastante frequente que, pelo fato das encomendas da IESA terem um período de maturação de médio a longo prazo - entre 2 a 4 anos; tais variações sejam atenuadas ou até mesmo completamente compensadas através de fórmulas de reajuste paramétricas previstas contratualmente.

Principais produtos:

- Tubos de aço
- Perfis e estruturas metálicas

Serviços (Jobbing)

A Área de Serviços de Campo está pronta para auxiliar seus clientes em montagens industriais, reformas, modernização e reopontenciamento de equipamentos, manutenção industrial e locação de guindastes de até 450 toneladas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a) **Principais equipamentos/serviços fornecidos:**

- Balanceamento de Rotor de Turbogenerador
- Balanceamento de Rotor de Turbina
- Repotenciamento de Máquinas
- Serviços de Montagens de Equipamentos
- Serviços de Montagens Industriais

b) **Características do processo de produção:**

A área de serviço de campo está pronta para auxiliar seus clientes em montagens industriais, reformas, modernização e repotenciamento de equipamentos, manutenção industrial e locação de guindastes de até 450 toneladas.

c) **Características do processo de distribuição**

Não aplicável.

d) **Características dos mercados de atuação**

1. Participação em cada um dos mercados
2. Condição de competição nos mercados

e) **Eventual sazonalidade**

Não se aplica.

f) **Principais insumos e matérias primas, informando:**

1. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle e regulamentação governamental, com indicação dos órgãos da respectiva legislação.

Devido à natureza dos produtos ofertados pela IESA mantemos relacionamento com diversos fornecedores, o que não gera concentração ou dependência com nenhum deles.

A IESA utiliza fornecedores de qualidade, confiança e respeito no mercado buscando sempre o melhor custo-benefício para a companhia.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1. Eventual dependência de fornecedores

A IESA não possui dependência de fornecedores, sendo sua cadeia de fornecimento bem diversificada e com um grande número de fornecedores homologados através de seu Sistema da Qualidade. Nos casos em que é necessário obedecer à qualificação pelo cliente final através de um “Vendor List”, aprovado previamente, pode existir uma dependência pontual de fornecedores, mas não raramente tais fornecedores também já são de nosso relacionamento usual. Nos casos de novos fornecedores é utilizado com frequência a base de fornecedores homologados pela IESA para balizamento das condições comerciais e, em casos extremos de exclusividade de fornecimento tais condições são consideradas na fase de orçamento e já compõem o custo do produto vendido.

2. Eventual volatilidade em seus preços

Não existe significativa volatilidade de preços na cadeia de abastecimento da IESA. As maiores variações podem ocorrer somente nos casos de mudanças conjunturais de abrangência muito ampla, como por exemplo, no preço das “commodities” (alumínio, petróleo - matéria prima do polipropileno e óleo isolante) ou da cotação da moeda americana (US\$), pois grande parte dos insumos são importados.

1.5 Principais clientes

PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS - CNPJ 33.000.167/0643-47

NORTE ENERGIA S/A - CNPJ 12.300.288/0003-60

ARCELORMITTAL DO BRASIL S.A. - CNPJ 17.469.701/0066-12

RIO CANOAS ENERGIA S/A - CNPJ 11.316.814/0002-37

RIO PARANÁ ENERGIA S.A. - CNPJ 23.096.269/0003-80

PROGT INDUSTRIAL LTDA - CNPJ 22.953.318/0001-20

VOITH HYDRO LTDA - CNPJ 03.400.080/0001-60

GE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA - CNPJ 17.692.901/0004-37

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da Companhia e suas controladas e coligadas estão sujeitas à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal.

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

A Companhia e suas controladas e coligadas procuram executar todas as suas atividades com a observância da legislação ambiental vigente, incluindo a obtenção das licenças e autorizações ambientais exigidas pelos órgãos competentes.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Inepar através de sua controlada Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A é parte de uma comunidade de empresas que não agride o meio ambiente dentro de sua atividade produtiva. E para criar uma cultura de respeito à natureza entre seus colaboradores nas suas unidades e em diversos empreendimentos, a empresa lançou a política ambiental.

Política Ambiental

A CONTROLADA IESA PROJETOS, RECONHECE A SUA RESPONSABILIDADE COM A QUALIDADE DE VIDA.

Por meio de suas ações proativas, mantendo sua tradição, a IESA reitera o seu compromisso com a preservação do Meio Ambiente, através da minimização dos

impactos ambientais decorrentes de seus processos, atendendo aos requisitos legais e outros requisitos assumidos pela organização.

Visando a Excelência Ambiental, a IESA compromete-se com a melhoria contínua de suas atividades, prevenindo a poluição e contribuindo ativamente para o desenvolvimento sustentável.

Através de:

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- execução de suas atividades, com aplicação dos recursos necessários visando a otimização do uso dos recursos naturais, energéticos e minimizando os riscos ambientais e ocupacionais;
- Melhoria contínua dos processos de SGA (Sistema de Gestão Ambiental), através da identificação e controle das fontes de geração de impacto e resíduos que possam afetar a qualidade ambiental;
- Melhoria contínua do desempenho de SGA (Sistema de Gestão Ambiental), através do gerenciamento das ações integrando os interesses dos colaboradores, acionista, clientes e fornecedores;
- Estrutura adequada para o estabelecimento e revisão dos objetivos e metas para o contrato;
- Transparência na condução e comunicação dos assuntos de Segurança, Meio ambiente e Saúde no trabalho, de interesse das comunidades, nas áreas de influência do empreendimento contratado;
- Comunicação a todos os funcionários, em todos os níveis, com o objetivo de conscientizá-los da importância do assunto;
- Periodicamente analisada criticamente, para garantir que esteja apropriada e pertinente à organização.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Não houve receitas relevantes provenientes do exterior no período.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

A Companhia não está sujeita à regulação estrangeira.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Não se aplica

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Não se aplica

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 – Aquisição ou alienação de ativo relevante

A Inepar S/A, efetuou a venda através da controlada CBD – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., a sua participação no INHAÚMA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII – RESPONSABILIDADE LIMITADA (“Inhaúma FII”), correspondente a 37,812% de seu patrimônio líquido, pelo valor de R\$ 359.653.172,44.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 - Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Aumento de capital em 2024

Conforme ATA da 383ª Reunião do Conselho de administração realizada em 26 de fevereiro 2024, o capital social da Companhia passa de R\$ 542.623.967,91 (quinhentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e vinte e três mil, novecentos e sessenta e sete reais e noventa e um centavos), representado por 44.312.781 (quarenta e quatro milhões, trezentas e doze mil, setecentas e oitenta e uma) ações escriturais nominativas, sendo 31.685.549 (trinta e um milhões, seiscentas e oitenta e cinco mil, quinhentas e quarenta e nove) ações ordinárias com direito a voto e 12.627.232 (doze milhões, seiscentas e vinte e sete mil, duzentas e trinta e duas) ações preferenciais, sem direito a voto, indivisíveis em relação ao capital e sem valor nominal, para R\$ 542.625.274,91 (quinhentos e quarenta dois milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, duzentos e setenta e quatro reais e noventa e um centavos), representado por 44.312.854 (quarenta e quatro milhões, trezentas e doze mil, oitocentas e cinquenta e quatro) ações escriturais nominativas, sendo 31.685.622 (trinta e um milhões, seiscentas e oitenta e cinco mil, seiscentas e vinte e duas) ações ordinárias com direito a voto e 12.627.232 (doze milhões, seiscentas e vinte e sete mil, duzentas e trinta e duas) ações preferenciais, sem direito a voto, indivisíveis em relação ao capital e sem valor nominal.

Conforme ATA da 386ª Reunião do Conselho de administração realizada em 04 de abril 2024, o capital social da Companhia passa de R\$ 542.625.274,91 (quinhentos e quarenta dois milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, duzentos e setenta e quatro reais e noventa e um centavos), representado por 44.312.854 (quarenta e quatro milhões, trezentas e doze mil, oitocentas e cinquenta e quatro) ações escriturais nominativas, sendo 31.685.622 (trinta e um milhões, seiscentas e oitenta e cinco mil, seiscentas e vinte e duas) ações ordinárias com direito a voto e 12.627.232 (doze milhões, seiscentas e vinte e sete mil, duzentas e trinta e duas) ações preferenciais, sem direito a voto, indivisíveis em relação ao capital e sem valor nominal, para R\$ 542.686.429,91 (quinhentos e quarenta dois milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e vinte e nove reais e noventa e um centavos), representado por 44.316.310 (quarenta e quatro milhões, trezentas e dezesseis mil, trezentas e dez) ações escriturais nominativas, sendo 31.689.078 (trinta e um milhões, seiscentas e oitenta e nove mil, seiscentas e setenta e oito) ações ordinárias com direito a voto e 12.627.232 (doze milhões, seiscentas e vinte e sete mil, duzentas e trinta e duas) ações preferenciais, sem direito a voto, indivisíveis em relação ao capital e sem valor nominal.

Conforme ATA da 95ª assembleia geral extraordinária realizada em 20 de maio de 2024, o capital social da Companhia, no valor total de R\$ 5.124.597,94 (cinco milhões, cento e vinte e quatro mil, quinhentos e noventa e sete reais e noventa e quatro centavos), mediante emissão particular de 289.642 (duzentas e oitenta e nove mil, seiscentas e quarenta e duas) novas ações ordinárias (que serão em tudo idênticas às ações ordinárias já existentes da Companhia), pelo preço de emissão de R\$ 17,69286893 por ação, fixado pelo critério da perspectiva da rentabilidade futura da Companhia, de acordo com o art. 170, §1º, inciso I, da Lei nº 6.404/1976, conforme Laudo de Avaliação Econômico-Financeira da Companhia apresentado no Anexo VIII da Proposta da Administração, dos quais R\$ 999.264,90 (novecentos e noventa e nove mil, duzentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos) serão destinados à conta de capital social, e R\$ 4.125.333,04 (quatro milhões, cento e vinte e cinco mil, trezentos e trinta e três reais e quatro centavos) serão destinados à formação de reserva de capital. Tendo em vista o acima exposto, o capital social da Companhia passará de R\$ 542.686.429,91 (quinhentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e vinte e nove

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

reais e noventa e um centavos) para R\$ 543.685.694,81 (quinhentos e quarenta e três milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos). O aumento do capital se dará mediante a capitalização dos valores que se tornaram incontroversos dos créditos detidos pelos credores quirografários contra a Companhia, conforme manifestação dos credores que optaram pela conversão de seus créditos em ações da Companhia, nos termos do Plano de Recuperação Judicial. Será resguardado aos atuais acionistas da Companhia o direito de preferência na subscrição das novas ações, proporcionalmente às respectivas participações no capital social da Companhia, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados com base na posição acionária

1.13 Acordos de acionistas

Não se aplica

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não se aplica

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não há contratos relevantes a informar.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 – Outras informações relevantes

Conforme fato relevante em 07 de Abril de 2025, A INEPAR S/A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES nos termos do art. 3º da Resolução CVM nº 44, conforme alterada, em continuidade às informações contidas nos Fatos Relevantes divulgados em 18/07/2023, 07/08/2023, 30/08/2023, 06/09/2023, 14/11/2023, 20/11/2023, 19/12/2024, 16/05/2024, 05/07/2024, 23/07/2024, 06/08/2024, 08/10/2024 e 24/03/2025, informa que na data de 04/04/2025, a Companhia peticionou nos autos do Agravo de Instrumento nº 2265825-04.2022.8.26.0000, em tramite na 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em atenção ao despacho de fl. 701, para informou que as Recuperandas não se opõem à concessão de novo prazo para que a Euroinvest apresente informações atualizadas dos procedimentos bancários e financeiros, bem como para que seja estabelecida uma data final objetiva para a conclusão da venda da UPI, requerendo a intimação da Euroinvest para que informe o prazo necessário para resolução das questões bancárias e a data final para efetivação do pagamento. Vide anexa a integra da petição protocolada.

Conforme fato relevante em 22 de Abril de 2025, A INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), nos termos do art. 3º da Resolução CVM nº 44, informa aos seus acionistas e mercado em geral que sua controlada CBD – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., vendeu a sua participação no INHAÚMA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII – RESPONSABILIDADE LIMITADA (“Inhaúma FII”), correspondente a 37,812% de seu patrimônio líquido, pelo valor de R\$ 359.653.172,44 (trezentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), mediante liquidação no mercado de balcão organizado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) na data de 17/04/2025. Com estes recursos, em obediência ao plano de recuperação, estamos negociando e reduzindo o passivo em aberto da Inepar e de suas afiliadas em recuperação judicial, principalmente previdenciário, processos trabalhistas judicializados e trabalhista corrente, além da liberação de garantias que estavam bloqueando os ativos da Companhia e suas afiliadas. Esclarecemos ainda que o imóvel estaleiro naval denominado “Estaleiro Inhaúma” é representado por 3 imóveis, sendo apenas um deles, o qual é de propriedade do Inhaúma FII, atingido pela alienação ora informada, estando localizado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Gurjão, nº 02, bairro do Caju, correspondente à área aproximadamente de 320 mil m² de imóvel foreiro à União objeto da matrícula 67.618, perante o 3º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro. Por fim, a Companhia informa que a alienação acima mencionada é mais uma medida necessária visando dar continuidade ao seu plano de soerguimento.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Condições financeiras e patrimoniais.

Os comentários descritos a seguir, têm como base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Inepar S/A – Indústria e Construções – Em recuperação Judicial que são apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, plenamente convergentes com as normas de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores e o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

Mensagem da Diretoria

Preliminarmente vale destacar que o baixo volume das operações industriais da Companhia nos últimos anos decorreram principalmente da necessária reestruturação econômica e financeira e, por consequência, da ausência de recursos para investimentos e aceleração de uma atividade comercial sólida e competitiva.

Temos grandes expectativas para o exercício de 2025 cujo um dos principais objetivos é a conclusão do plano de pagamento das dívidas concursais e renegociação das dívidas extraconcursais e, a partir disso aceleramos nossas atividades comerciais com uma carteira de pedidos sólida e de médio e longo prazo.

Tudo isso decorre da real possibilidade da infusão de recursos financeiros através da monetização e alienação de ativos da Companhia previstos no Plano de Recuperação Judicial.

Portanto, 2024 foi um ano em que sedimentamos o caminho para o efetivo soerguimento da Companhia haja visto haverem negociações de ativos em andamento que nos permitirão alcançar os objetivos traçados nos últimos anos.

Conseguimos concluir nosso recadastro junto à Petrobras, o que nos permitirá a participação em projetos EPC, os quais estamos trabalhando na consolidação de parcerias que nos permitam ser competitivos nesse mercado.

Vamos dedicar nossos esforços nos mercados *core* tradicionais da Companhia,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

como Óleo e Gás e Energia, sem contudo deixar de buscar oportunidades em novos mercados e novas tecnologias que sempre marcaram a trajetória do Grupo Inepar.

Outro importante ponto que estamos próximos a uma conquista é a aprovação para a constituição dentro do nosso site de Araraquara de uma ZPE (Zona de Processamento de Exportação) com a atração de grandes investimentos para o parque industrial da Inepar.

O número do Processo referente ao nosso projeto é o 10099.100756/2022-83 protocolado junto à Secretaria Executiva do CZPE, Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio.

A integra do Projeto encontra-se disponível no site da INEPAR, www.inepar.com.br na área de relação com investidores, publicações e documentos.

Outro mercado que estamos empenhando esforços para a retomada é o do setor Metroferroviário e esperamos ao longo de 2025 trazer uma solução que proporcione a retomada do nosso parque fabril dedicado a esse setor, também sediado em Araraquara, através da vinda de um grande player mundial para nossas instalações.

1) Fatos recentes importantes do Plano de Recuperação Judicial

- Decisão Judicial de novembro de 2022 sobre o encerramento da Recuperação Judicial, após cumprimento de 100% das dívidas relativas ao biênio de fiscalização e esperamos o trânsito em julgado dessa decisão em 2025. Vale salientar que ao longo da recuperação foram pagos mais de R\$ 2,4 bilhões em dívidas. Nossa expectativa é de liquidação em 2025 das dívidas concursais pós biênio que hoje somam aproximadamente R\$ 50 milhões nas Classes I e IV;
- Esperamos também em 2025 encerrar o processo de leilão das UPI's IPM e IOG. Estamos mantendo negociação com o vencedor do processo público de Leilão a fim de que possamos atingir o sucesso dessa venda, importante para o soerguimento da Companhia;
- Após a adesão à Transação Tributária em dezembro de 2021, iniciou-se os trabalhos para aproveitamento de prejuízo fiscal acumulado para pagamento de até 70% do saldo devedor, o que também já foi concluído com enorme sucesso, nos permitindo o pagamento de R\$ 720 milhões da dívida, ficando os próximos pagamentos com vencimento a partir de setembro/25;
- Constituição e preparação da empresa ENISA para se apresentar ao mercado como empresa de prestação de serviços de Engenharia. Fornecimento, Construção, Montagem e Gerenciamento (EPCM), participando de importantes licitações, aliada à tradição da Inepar/lesa,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

voltando o foco para o seu mercado core - Energia e O&G principalmente;

- Protocolo nos órgãos competentes para criação de uma ZPE no site de Araraquara, gerando negócios e empregos para o Grupo e para a Região, sob o número de Processo 10099.100756/2022-83.

A mudança na Lei das ZPE's trouxe, sem dúvida, grandes benefícios para as empresas que se instalarem nessas Zonas, possibilitando a geração pelo Brasil de um grande número de ZPE's tal qual nos Estados Unidos e China que são os países que mais adotaram esse modelo como forma de crescimento da economia.

2) Desempenho do exercício de 2024

Fontes de Receita

As principais fontes de receitas da Companhia são oriundas das áreas de prestações de serviços e na fabricação de equipamentos de geração de energia e óleo&gás, entre outros.

A Companhia reportou em 2024 uma receita bruta de R\$ 5,7 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as controladas). As receitas de 2024 foram inferiores ao mesmo período do ano de 2023, que foi de R\$ 8,1 milhões.

Há a perspectiva de recuperação do nível de atividade nos próximos exercícios em função de um maior esforço comercial na diversificação de clientes, bem como na retomada de cotações para a Petrobras, com o fim das punibilidades havidas em razão da Lava Jato.

Resultado Econômico

A Companhia apresentou prejuízo acumulado no exercício de 2024 de R\$ 236,7 milhões, enquanto que no mesmo período de 2023 foi apurado um lucro de R\$ 477,4 milhões.

O Lucro apurado no exercício de 2023, foi gerado principalmente, pelo reconhecimento no resultado dos créditos do IRPJ/CSSL, que foram utilizados para pagamentos das parcelas da transação tributária acordadas junto a PGFN.

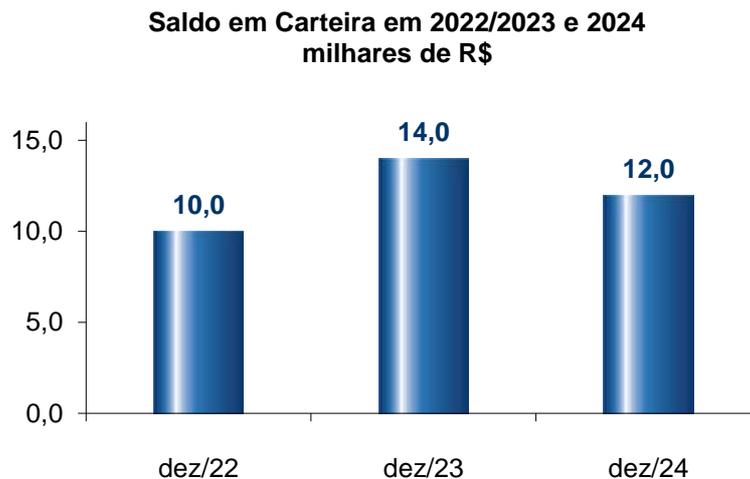
O prejuízo do exercício foi impactado pelas despesas financeiras, no montante de R\$ 150 milhões em função do reconhecimento das correções dos passivos financeiros, principalmente a dívida com o BNDES e as dívidas tributárias.

Destacamos a redução dos valores das despesas administrativas e gerais ocorrida neste exercício, em comparação aos valores do exercício de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O resultado bruto operacional foi negativo em R\$ 2,1 milhões, devido principalmente ao baixo nível de receita auferido pela Companhia. Nossa expectativa é que para os próximos exercícios estes valores sejam revertidos.

A carteira de pedidos no final exercício de 2024, apresenta uma estabilização em comparação aos valores dos exercícios anteriores, conforme demonstrado abaixo:



Apresentamos a seguir uma **PROJEÇÃO** do Balanço Gerencial de 31/12/24 considerando os valores dos seguintes ativos: (i) ativos monetizáveis compostos pelo FIDC Taranis, (ii) pelos ativos monetizáveis fora do FIDC.

Nenhum destes ativos foram contabilizados no Balanço auditado, em que pese todos os custos relacionados já foram devidamente computados e contabilizados.

Tal projeção se faz necessária em função das orientações de nossos auditores em relação às restrições de contabilização impostas pelas regras contábeis vigentes e extremamente rígidas. Entendemos que este Balanço Gerencial, demonstra melhor a posição de ativos e passivos da Companhia, uma vez realizados, de forma conservadora, os ativos aqui indicados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Balanco Gerencial

(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	Balanco Patrimonial 31/12/2024	Balanco Projetado 31/12/2024
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	447	447
Contas a receber de clientes	2.860	2.860
Títulos e valores mobiliários	9	9
Estoques	9.365	9.365
Impostos a recuperar	67.549	67.549
Dividendos a receber	14.796	14.796
Outros créditos	1.857	1.857
Total do Ativo Circulante	96.883	96.883
Não Circulante		
Contas a receber de clientes	133.999	133.999
Títulos e valores mobiliários	688	777.442
Impostos a recuperar	-	182.492
Depósitos judiciais	77.086	77.086
Outros créditos	6.551	1.106.185
Investimentos	105.243	105.243
Imobilizado	120.879	120.879
Intangível	391.516	391.516
Total do Ativo Não Circulante	835.962	2.894.842
Total do Ativo	932.845	2.991.725

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

PASSIVO	Consolidado	
	Balanco Patrimonial	Balanco Projetado
	31/12/2024	31/12/2024
Circulante		
Fornecedores	60.231	60.231
Instituições financeiras	426.067	426.067
Debêntures	17.286	17.286
Obrigações sociais e trabalhistas	159.209	159.209
Obrigações fiscais e tributárias	159.933	159.933
Dividendos propostos	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	58.338	58.338
Títulos a pagar	133.145	133.145
Outras contas a pagar	238.216	238.216
Total do Passivo Circulante	1.255.766	1.255.766
Não Circulante		
Instituições financeiras	210.775	210.775
Debêntures	273.384	273.384
Obrigações fiscais e tributárias	319.302	319.302
Partes relacionadas	94.034	94.034
Tributos diferidos	-	695.558
Títulos a pagar	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	2.303	2.303
Provisões para contingências	196.508	196.508
Provisão passivo a descoberto	12.911	12.911
Outras contas a pagar	1.432	1.432
Total do Passivo Não Circulante	1.125.609	1.821.167
Patrimônio Líquido		
Participação dos minoritários	918	918
Patrimônio líquido da controladora		
Capital social	543.687	543.687
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	184.417	184.417
Reserva de reavaliação	24.663	24.663
Debêntures perpétuas	231.404	231.404
Créditos quirografários a converter	16.914	16.914
Prejuízos acumulados	(3.266.305)	(1.902.983)
Ajuste de avaliação patrimonial	818.845	818.845
	(1.449.448)	(86.126)
Total do Patrimônio Líquido	(1.448.530)	(85.208)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	932.845	2.991.725

Notas explicativas relativas ao Balanço Gerencial Projetado

01- No Balanço Patrimonial de 31/12/24, a Companhia não registrou os valores totais dos pleitos apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade histórica de êxito, estes foram incluídos para demonstração do

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

balanço gerencial da Inepar S.A Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes das Organizações Inepar. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de outros créditos, no valor provável de recebimento de R\$ 1,6 bilhões, de um total em discussão de R\$ 2,8 bilhões, representando aproximadamente 62% de êxito, totalmente compatíveis com nossa média histórica.

02- Na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários estão lançados os ativos aportados no FIDC Taranis-NP, também representados por aditivos contratuais em discussões jurídicas e administrativas.

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, tal qual como definidos pela legislação vigente.

As Companhias efetuaram um aporte no valor de R\$ 619,1 milhões, através dos créditos oriundos de processos judiciais em andamento, que hoje somam aproximadamente R\$ 1,5 bilhões. A monetização destes ativos tem sua eficácia comprovada historicamente acima de 62% e foram analisados e avaliados por empresas especializadas que acataram o valor de face com um desconto por eventuais insucessos, superior a 40%. Nossa expectativa de monetização destes *Claims* é da ordem de R\$ 776 milhões ao longo dos próximos anos.

Da Continuidade das operações

No curto prazo, a empresa tem como principais objetivos:

- Recompôr a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa;
- Retomada das cotações de produtos e serviços junto à Petrobrás, diretamente ou através de parcerias comerciais;
- Retomada do setor metroferroviário através de vinda de um grande player para o site de Araraquara;
- Encerrar positivamente o processo de venda das UPI's IPM e IOG;
- Renegociar com seus principais credores extraconcursais de forma a proporcionar um casamento entre os passivos e ativos da companhia;
- Renegociação da dívida junto ao BNDES;
- A monetização de seus ativos judicializados superiores a R\$ 4 bilhões;
- A monetização de outros ativos de sua propriedade que estão em andamento, dentro do contexto da recuperação judicial;
- Aprovação até ao final do 1º semestre de 2025 da instalação de uma ZPE nas dependências do site de Araraquara, a fim de atrair novos investimentos para a planta industrial, que já conta com a intenção e estudo de investidores de grande porte.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 29 de agosto de 2014, a Inepar S.A. Indústria e Construções, ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

-Venda da participação acionária da lesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.

-Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.

-Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.

-Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).

-Venda da participação acionária da lesa no capital da Inepar Capacitores S.A.

-Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale

destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos e demais credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande de outros créditos da mesma categoria que da mesma forma, serão utilizados

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais da Companhia.

O Grupo Inepar/lesa tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano, nos últimos 3 anos.

O Grupo Inepar/lesa, mantém seu interesse na alienação das UPI's IPM e IOG, visando a obtenção de recursos para o cumprimento final das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como, para prosseguir com os planos futuros da retomada do crescimento.

Em 07/11/2022, a Companhia cumprindo prazo processual, peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar a critério do Juiz o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Em 03 de maio de 2023, a Companhia emitiu Fato Relevante, informando ter recebido nova proposta da Euroinvest para a alienação das UPI's PM e IOG, pelo valor de US\$ 160 milhões de dólares americanos.

Em agosto de 2023, a Inepar recebeu uma nova proposta da EUROINVEST, para comprar as UPI's IPM e IOG, desta vez, propondo um depósito de US\$ 7,65 milhões, representando 5% do valor da oferta de US\$ 153 milhões, como sinal, em uma conta caução, enquanto realiza o "due diligence" sobre os ativos.

Atualmente encontra-se pendente de aceitação a proposta da EUROINVEST, para adquirir as UPI's IPM e IOG.

Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$)
Classe I	-	R\$ 38,1	R\$ 38,1	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2 Depositado Judicialmente	Em discussão BNDDES	-	R\$ 227,7
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 13,5	R\$ 13,5	R\$ 27,2
TOTAL	-	R\$ 51,6	R\$ 51,6	R\$ 2.395,8

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Resolução da CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, a INEPAR informa que neste exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às normas e disposições da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 – Resultados operacional e financeiro

As principais fontes de receitas da Companhia são oriundas das áreas de prestações de serviços e na fabricação de equipamentos de geração de energia e óleo&gás, entre outros.

A Companhia reportou em 2024 uma receita bruta de R\$ 5,7 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as controladas). As receitas de 2024 foram inferiores ao mesmo período do ano de 2023, que foi de R\$ 8,1 milhões.

Há a perspectiva de recuperação do nível de atividade nos próximos exercícios em função de um maior esforço comercial na diversificação de clientes, bem como na retomada de cotações para a Petrobras, com o fim das punibilidades havidas em razão da Lava Jato.

A Companhia apresentou prejuízo acumulado no exercício de 2024 de R\$ 236,7 milhões, enquanto que no mesmo período de 2023 foi apurado um lucro de R\$ 477,4 milhões.

O Lucro apurado no exercício de 2023, foi gerado principalmente, pelo reconhecimento no resultado dos créditos do IRPJ/CSSL, que foram utilizados para pagamentos das parcelas da transação tributária acordadas junto a PGFN.

O prejuízo do exercício foi impactado pelas despesas financeiras, no montante de R\$ 150 milhões em função do reconhecimento das correções dos passivos financeiros, principalmente a dívida com o BNDES e as dívidas tributárias.

Destacamos a redução dos valores das despesas administrativas e gerais ocorrida neste exercício, em comparação aos valores do exercício de 2023.

O resultado bruto operacional foi negativo em R\$ 2,1 milhões, devido principalmente ao baixo nível de receita auferido pela Companhia. Nossa expectativa é que para os próximos exercícios estes valores sejam revertidos.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro

CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

CPC 09 (R1) – Demonstração do valor adicionado (DVA)

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

CPC 02/IAS 21 Ausência de conversibilidade;

CPC 40 e 48/IFRS 7 e 9 Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;

Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11;

IFRS 19 Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures;

A Administração da Companhia avalia constantemente os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nota 4 - Instrumentos Financeiros

CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

Este CPC48/IFRS9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

Considerações gerais - A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não- circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

Valor de mercado - Os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito e todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de crédito

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes

empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade Exposição Cambial-Consolidado

A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento ao CPC 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor em seus resultados:

introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica

constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica

eventos ou operações não usuais

Não se aplica

2.5 Medições não contábeis

2.5 - Medições não contábeis

Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Não se aplica

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não se aplica

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não se aplica

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 – Eventos subsequentes as DFs

Tratativas que irão gerar eventos subsequentes

- a) A Administração da Companhia está em fase busca de parceiros e negociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações extraconcursais e operacionais correntes;
- b) Alienação das ações da UPI IPM e IOG;
- c) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Magé;
- d) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 1 bilhão, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor estimativo de recebimentos de R\$ 619 milhões.
- e) A Companhia está com um programa constante para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura.
- f) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes e novos mercados, bem como foco total nos mercados core.
- g) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos de novos projetos, bem como a retomada das atividades.
- h) Continuar na monetização de ativos financeiros, na busca de recursos.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Evento subsequente

Conforme fato relevante emitido em 22 de abril de 2025, a INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), nos termos do art. 3º da Resolução CVM nº 44, informa aos seus acionistas e mercado em geral que sua controlada CBD – ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., vendeu a sua participação no INHAÚMA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII – RESPONSABILIDADE LIMITADA (“Inhaúma FII”), correspondente a 37,812% de seu patrimônio líquido, pelo valor de R\$ 359.653.172,44 (trezentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), mediante liquidação no mercado de balcão organizado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) na data de 17/04/2025.

Com estes recursos, em obediência ao plano de recuperação, estamos negociando e reduzindo o passivo em aberto da Inepar e de suas afiliadas em recuperação judicial, principalmente previdenciário, processos trabalhistas judicializados e trabalhista corrente, além da liberação de garantias que estavam bloqueando os ativos da Companhia e suas afiliadas.

Esclarecemos ainda que o imóvel estaleiro naval denominado “Estaleiro Inhaúma” é representado por 3 imóveis, sendo apenas um deles, o qual é de propriedade do Inhaúma FII, atingido pela alienação ora informada, estando localizado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Gurjão, nº 02, bairro do Caju, correspondente à área aproximadamente de 320 mil m² de imóvel foreiro à União objeto da matrícula 67.618, perante o 3º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro.

A Companhia informa que a alienação acima mencionada é mais uma medida necessária visando dar continuidade ao seu plano de soerguimento.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Destinação de Resultados

Destinação do Lucro: Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Controladora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não se aplica

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica

iii. contratos de construção não terminada

Não se aplica

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica

b. natureza e o propósito da operação

Não se aplica

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica

2.10 Planos de negócios

2.10 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não se aplica

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não se aplica

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica

2.10 Planos de negócios

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não se aplica

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não se aplica

3.1 Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

3.2 Acompanhamento das projeções

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. Ao emissor:

Principais riscos referentes à Companhia:

A INEPAR S/A Indústria e Construções é uma “*holding*” cujas empresas controladas e coligadas atuam no setor de óleo e gás, equipamentos pesados de hidrogeração, mineração e metro ferroviários. Atuando basicamente no setor de infraestrutura e produção de bens de capital, seus resultados poderão ser afetados por mudanças na política macroeconômica de investimentos públicos, tendo assim uma relação direta com o investimento público e o crescimento econômico do país.

As atividades industriais e de serviço das empresas da organização requerem além de mão de obra especializada, pesado investimento de capital, e está sujeito a riscos que são inerentes às operações de suas controladas e coligadas. Além disso, as atividades industriais estão sujeitas a um conjunto de fatores mercadológico e de políticas macroeconômicas que no geral, tem o potencial de afetar todos os setores da economia.

Portanto, a habilidade de gerar dividendos depende principalmente do resultado e dos fluxos operacionais de nossas controladas e coligadas.

Exposição a diversos setores industriais

A INEPAR por meio de suas controladas realiza industrialização, comercialização, projetos e fornecimento de bens de capital de equipamentos, sistemas e serviços destinados a diversos setores, como o de energia elétrica, óleo e gás, construção, siderurgia, mineração e metalurgia.

As atividades industriais e de serviço das empresas da organização requer além de mão de obra especializada, pesado investimento de capital, estando assim sujeita a riscos que são inerentes às operações de suas controladas e coligadas. Essas atividades industriais estão sujeitas a um conjunto de fatores mercadológicos e de políticas macroeconômicas governamentais que no geral, tem o potencial de afetar todos os setores da economia. Mais acentuadamente estamos suscetíveis aos desenvolvimentos no setor petrolífero e políticas de investimentos públicos para projetos de grande porte.

A cobertura de seguros da Companhia pode não ser suficiente para cobrir eventuais prejuízos em caso de interrupção de suas atividades.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. No entanto, a ocorrência de perdas ou demais responsabilidades que eventualmente não estejam cobertas por tais apólices ou que excedam os limites seguráveis destas apólices poderão acarretar custos adicionais não previstos, podendo nos afetar adversamente.

Dependência de alguns executivos da Companhia / retenção de talentos

O desempenho e sucesso da Companhia dependem, em parte, dos esforços e da capacidade da alta Administração. Alguns membros da administração são essenciais, especialmente em relação à definição e implementação de suas estratégias, desenvolvimento das operações e relacionamento com os clientes adquirentes de soluções complexas e de alta tecnologia. No evento de um desses membros deixar de exercer suas atividades, a Companhia poderá sofrer um impacto adverso relevante em suas operações, o que poderá afetar seus resultados e condição financeira.

Riscos inerentes ao uso dos produtos (ex. refinarias, metroferroviários, etc)

A Companhia desenvolve serviços de construção, manutenção, montagem e assistência técnica para os setores de infraestrutura e industrial, em especial nas áreas de óleo e gás, química e petroquímica, siderurgia, mineração e metalurgia.

Muito embora os produtos sejam desenvolvidos com base em padrões técnicos específicos que garantem a segurança, na posterior utilização dos mesmos eventuais acidentes, má-utilização ou falhas de manutenção poderão gerar perdas econômicas para os clientes da Companhia. Caso seja constatada que a origem da perda é de responsabilidade da Companhia, pode gerar a correspondente obrigação de indenizar os danos causados. Além de despesas naturalmente acarretadas por danos, acordos ou custos de defesa, existe ainda a possibilidade de danos à imagem da Companhia por ações de responsabilidade civil.

Dependência de grandes investimentos de capital e despesas de manutenção

A INEPAR manteve ao longo dos anos, crescimento das receitas e resultados operacionais, focando no seu “*core business*” e alianças com parceiros estratégicos. O modelo de negócios da Companhia requer grande investimento de capital e sua estratégia de crescimento poderá demandar dispêndios de capital significativos em seus negócios e operações. O crescimento das operações das controladas tem exigido investimento de montantes significativos na implantação de sistemas de controles internos, e na expansão e adaptação dos nossos processos administrativos, de custos, operacionais e financeiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Se não obtiver caixa suficiente das suas operações, poderá ter capacidade limitada para obter o capital necessário para suportar futuras operações.

As condições das fontes de recursos disponíveis no mercado brasileiro podem não ser aceitáveis para a nossa estrutura. Muito embora as taxas de juros tenham diminuído acentuadamente nos últimos anos, ainda continuam em média acima dos países desenvolvidos, podendo ainda sofrer viés de alta. Sendo que parte da dívida está atrelada à taxa Selic, qualquer aumento resultaria num aumento nas despesas com juros e amortização, limitando a capacidade da Companhia de suportar as pressões competitivas, o que a tornaria mais suscetível aos desaquecimentos dos setores industriais nas quais atua, especialmente em óleo e gás. Na falta de acesso às linhas de crédito de mercado ou aumento no custo de financiamento além do nosso custo financeiro atual, inclusive devido à instalação de uma crise financeira, as operações da Companhia podem ser adversamente afetadas.

Se a Companhia não for capaz de gerar suficiente caixa através de suas operações ou obter recursos adicionais, poderá ser forçada a aplicar medidas contingenciais como reduzir ou atrasar seus desembolsos de capital, vender seus ativos ou reestruturar suas dívidas, sendo que qualquer um desses eventos poderia afetar adversamente seus negócios e sua situação financeira.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de taxas e índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de hedge para evitar oscilações da margem comercial das operações.

Atualmente grande parte da dívida bancária é de longo prazo com o BNDES e se encontram em negociações.

Quanto as dívidas tributárias a empresa têm aproveitado as oportunidades de refinanciamento dos passivos, através do programas refis e parcelamentos especiais para as empresas em recuperação judicial.

Além do risco de alta de juros no mercado, existe também o risco de não obtenção de capital adicional a custo efetivo menor, o que poderá onerar os resultados da Companhia no futuro.

b. A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

O grupo de controle pode ter interesses diferentes dos demais acionistas, podendo, independentemente do consentimento de outros acionistas, decidir sobre matérias:

4.1 Descrição dos fatores de risco

c. A seus acionistas

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários poderão limitar a capacidade de venda dos títulos da companhia nos preços e momentos desejados.

Atualmente, não podemos garantir que este mercado se desenvolverá para ser suficientemente ativo e líquido no futuro. Assim como todo o ativo de mercado, existe um risco inerente ao próprio ativo, como também um risco não sistemático, e os investidores poderão eventualmente enfrentar dificuldades para negociar com essas ações ou ser obrigados a negociar a preços diferentes daqueles que poderiam obter em um mercado com maior liquidez.

d. Às suas controladas e coligadas

Nossas parcerias podem não ser bem sucedidas em função de fatores diversos.

O mesmo risco inerente às operações das controladas se estende às suas parcerias e “*joint-ventures*” e não podemos assegurar que as operações dessas parcerias sejam bem sucedidas e produzirão os resultados esperado.

Os riscos relacionados às parcerias e “*joint-ventures*” incluem, dentre outros: (i) habilidade em manter um bom relacionamento com os parceiros (atuais e futuros); (ii) dificuldades financeiras dos parceiros, que poderão resultar na necessidade de investimentos adicionais de nossa parte; (iii) divergência de interesses econômicos e comerciais entre a Companhia e seus parceiros; (iv) responsabilização, em circunstâncias e condições específicas, pelas obrigações das empresas relacionadas, especialmente as de natureza tributária, trabalhista, ambiental e de defesa do consumidor; e (v) existência de passivos ocultos (não previamente

4.1 Descrição dos fatores de risco

identificados nas auditorias realizadas nas sociedades ou empreendimentos nos quais a Companhia vier a investir). A ocorrência de tais riscos poderá afetar o resultado estimado ou poderá resultar na perda de investimentos realizados em tais parcerias.

e. A seus fornecedores

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos:

A Companhia busca sempre efetivar aquisições de empresas já estabelecidas para evitar interrupção na qualidade e na entrega física. Dependemos de vários fornecedores-chaves para o desenvolvimento do nosso negócio, muitos dos quais mantemos relacionamentos estratégicos de longo prazo. Não obstante, no que tange a commodities como por exemplo o aço, a falta de suprimento ou delonga na entrega pode causar atraso na produção, nas entregas a nossos clientes e conseqüentemente impactar nos contratos e no resultado.

A Companhia não tem prática de especulação sendo que as aquisições, mesmo as de *commodity*, são efetuadas para suprir demanda gerada por contratos de venda. Portanto o risco para nossos fornecedores é restrito à realização dos contratos dentro dos termos e condições das aquisições. Riscos decorrentes de oscilações (aumento) no preço das *commodities* podem gerar efeitos negativos no custo dos produtos e no resultado da Companhia.

Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram constantemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços, e por vezes, utiliza-se de importações quando necessário, para diminuir e equilibrar o seu custo.

f. A seus clientes

As operações das empresas controladas tem seus faturamentos fortemente concentrado no setor de óleo e gás e projetos estatais de grande porte. Nesse sentido, dependem dos investimentos públicos, notadamente da Petrobras.

A solidez e tradição da nossa Companhia bem como o seu marcante desempenho no mercado brasileiro como uma entidade que garante o produto que industrializa, produzindo excelência tecnológica, faz com que clientes continuem a assumir contratos conosco, inclusive de portes cada vez maior.

Não obstante, pode haver risco comercial como interrupção temporária de contratos por falta de matéria-prima, greves e devido a fatores relevantes não conhecidos no momento.

g. Aos setores da economia nos quais o emissor atue

4.1 Descrição dos fatores de risco

As empresas controladas e coligadas atuam num segmento de alta concorrência, mas de acesso restrito devido ao alto nível de capital necessário, tecnologia avançada e principalmente, devido à estrutura imperfeitamente-competitiva (*oligopólio*) do segmento no mercado brasileiro, sendo que os maiores competidores são os grandes grupos na área de construção. Operamos num ambiente que está sujeito a mudanças de tecnologia e capital que visam diminuição dos custos de produção e portanto, a competitividade internacional é muito prevalente no segmento.

Recentemente observa-se a entrada de grandes conglomerados multinacionais, incluindo fabricantes de produtos substitutos, o que pode gerar efeitos adversos aos nossos negócios. E como o mercado em que atuamos é caracterizado por avanços tecnológicos constantes, existe risco de maior competitividade com tecnologia mais avançada que reduz o custo e conseqüentemente os preços, o que nos deixaria vulneráveis.

Não obstante, devido à estrutura da Companhia, seu know-how e penetração de mercado, consideramos que o risco que enfrentamos perante os vários setores da economia, tem sido superado pela gestão estratégica e visão de negócios dos controladores, produzindo sinergia e inovação perante clientes e mercado.

Uma queda substancial ou prolongada nos preços do óleo e gás natural pode nos afetar significativa e adversamente.

Por ter suas receitas fortemente concentradas no setor de óleo e gás, a lucratividade, acesso a capital e futura taxa de crescimento da Companhia serão influenciadas pelo preço que seus clientes receberem pela produção de óleo e gás natural. Historicamente, os mercados de óleo e gás natural tem sido voláteis e continuarão a ser voláteis no futuro. Os preços pagos pela produção e os níveis da mesma dependem de vários fatores além de nosso controle. Esses fatores incluem, dentre outros, os seguintes:

- alterações na oferta e demanda global de óleo e gás natural;
- atos da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP);
- condições financeiras globais;
- condições políticas e econômicas, inclusive embargos, nos países produtores de petróleo países ou que afetem outros países;
- atividades produtoras de petróleo, especialmente no Oriente Médio, África, Rússia e América do Sul;
- nível da atividade global de exploração e produção de óleo e gás natural;
- níveis globais dos estoques de óleo e gás natural;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- condições climáticas e outros desastres naturais;
- avanços tecnológicos que afetem o consumo de energia;
- regulamentação governamental nacional e estrangeira;

h. A regulamentação dos setores em que o emissor atue

Nossas atividades estão sujeitas à regulamentação ambiental, de segurança e sanitária, a qual pode se tornar mais rígida no futuro e causar um aumento das responsabilidades e gastos de capital, inclusive indenização e multas por dano ambiental.

As atividades da Companhia e suas controladas estão sujeitas à legislação federal, estadual e municipal, a qual poderá se tornar mais restritiva nos próximos anos, especialmente no tocante ao meio-ambiente. Em relação à responsabilidade civil, as leis ambientais brasileiras adotam um regime de responsabilidade objetiva. De acordo com a legislação aplicável, não há limitação no montante da indenização devida em relação à responsabilidade ambiental, e se ficar impossibilitada de evitar ou reparar danos ambientais de modo integral, a Companhia poderá ser obrigada a suspender as operações ou ainda, a tomar medidas de cumprimento temporário até concluir o saneamento exigido.

Apesar de tomarmos todas as medidas previsíveis para operar dentro das normas estabelecidas, existe risco ambiental inerente nas nossas operações. Possíveis mudanças na legislação ou regulamentação ambiental podem causar aumento de despesas para o seu cumprimento. Além disso, sanções ou eventual pagamento de multas, podem reduzir os recursos disponíveis à Companhia para investimento e desenvolvimento e podem ter um efeito adverso significativo sobre seu negócio.

i. Aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não aplicável, pois a companhia atua, no momento, principalmente em território brasileiro.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 - Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Risco de crédito - A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros - O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio - A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de liquidez - A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO

Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Assim, é realizado constante monitoramento das mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia, através de acompanhamento dos principais indicadores de desempenho. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados no item "4.1".

4.4 Processos não sigilosos relevantes**4.4 Processos não sigilosos relevantes****4.4.1) Tributários**

	Processo nº	0012505-24.2014.8.26.0037 (0012506-09.2014.8.26.0037 e 0012507-91.2014.8.26.0037) - 1513961-56.2019.8.26.0037 - 1008858-57.2021.8.26.0037 - 1507510-73.2023.8.26.0037
a	Juízo	Vara da Fazenda Pública
b	Instância	Primeira Instância
c	Data de Instauração	11/12/2021
d	Partes no Processo	Prefeitura do Município de Araraquara lesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 78.156.613,41
f	Principais fatos	Trata-se de execução fiscal movida pelo Município de Araraquara, por suposta cobrança de ISSQN sob o fundamento de que os serviços prestados pela Executada se enquadram na Lei Complementar nº 116/03, com incidência de ISSQN. Aguardando-se a integral garantia dos autos para posterior oposição de Embargos à Execução, uma vez que a atividade desenvolvida pela Executada consiste na industrialização de matérias-primas fornecidas pelo cliente, operação que gera a incidência de ICMS, e não de ISSQN.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	
h	Estágio do processo	Execução
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Discussão acerca da correta incidência de imposto em caso de industrialização.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	A empresa entendeu pela incidência de ICMS nos contratos de industrialização, não estando contabilizado, portanto, valores devidos a título de ISSQN.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00

	Processo nº	1510442-44.2017.8.26.0037
a	Juízo	Vara da Fazenda Pública
b	Instância	Primeira Instância
c	Data de Instauração	06/12/2021
d	Partes no Processo	Prefeitura do Município de Araraquara lesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 493.625,44
f	Principais fatos	Trata-se de suposta cobrança de ISSQN sob o fundamento de que os serviços prestados pela Executada enquadram na LC 116/03 incidindo ISSQN. Embargos opostos sob nº 1001929- na

4.4 Processos não sigilosos relevantes

		industrialização de matérias primas fornecidas pelo cliente, gerando ICMS e não ISS. Aguardando 13.2018.8.26.0037, em razão que a atividade da Executada consiste decisão STJ.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisões de mérito proferidas até o momento fundamentam-se no entendimento de que a atividade desenvolvida pela empresa está prevista no item 14.05 da lista de serviços incidindo ISSQN.
h	Estágio do processo	Aguardando decisão STJ (RE 882.461/PR- firmou entendimento reconhecendo que a industrialização por encomenda com destinação à comercialização não configura prestação de serviço, excluindo a incidência do ISS)
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Discussão acerca da correta incidência de imposto em caso de industrialização.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	A empresa entendeu pela incidência de ICMS nos contratos de industrialização, não estando contabilizado, portanto, valores devidos a título de ISSQN.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4.2) Cíveis

	Processo nº	1093196-66.2021.8.26.0100
a	Juízo	32ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP
b	Instância	2ª instância
c	Data de Instauração	30/08/2021
d	Partes no Processo	Fator Seguradora S.A lesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 54.036.754,02
f	Principais fatos	Ação monitória tem como objeto a cobrança de crédito que a Fator detém contra a lesa e suas fiadoras em razão do pagamento de indenização securitária feito em favor da Andritz Hydro Ltda., atual denominação da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. ("Andritz" ou "Segurada"), diante dos prejuízos experimentados com o inadimplemento da Ordem de Compra nº Y004 ("Contrato" – doc. 3) e que foi objeto da Ação Judicial nº 1063973-78.2015.8.26.0100, que tramitou perante a 32ª Vara Cível deste Foro Central da Comarca de São Paulo/SP ("Ação de Cobrança").
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença: Rejeitou os Embargos Monitórios, julgando procedentes os pedidos do Fator.
h	Estágio do processo	Aguardando julgamento da Apelação.
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trazer a possibilidade de imputação à Cia de obrigação não reconhecida e, portanto, não contabilizada.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00 (pela classificação possível)

	Processo nº	1056435-80.2014.8.26.0100
a	Juízo	34ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP
b	Instância	2ª instâncias
c	Data de Instauração	18/06/2014
d	Partes no Processo	FIDC Polo Recuperação De Crédito – Fundo De Investimentos Np (Petros FIDC) Inepar S.A. Indústria e Construções.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 210.086.884,31
f	Principais fatos	Acordo celebrado em 05.02.2018 com AF e promessa de dação em pagamento do imóvel de Magé. Após transcurso de 03 anos da celebração

4.4 Processos não sigilosos relevantes

		do acordo com a Petros, a Inepar, por ter cumprido as obrigações de pagamento inicial e liberação do imóvel, notificou o credor para realização da dação em pagamento. A Petros se negou a receber apenas o imóvel, buscando receber o saldo devido em dinheiro. As partes buscaram uma composição, mas sem êxito no resultado. A Petros retomou a execução 1056435-80.2014.8.26.0100 (81% do crédito), pelo valor confessado no momento do acordo, executando saldo elevado de forma extraconcursal. A Inepar tomou as medidas necessárias na execução, tendo sido reconhecido pelo TJ/SP que a extraconcursalidade do crédito é limitada ao imóvel de Magé. Assim, qualquer saldo entendido e reconhecido como devido deve ser pago com as limitações legais da Lei 11.101/2005 e na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial para os credores quirografários. Não há provisão de saída em dinheiro.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sem decisão de mérito após retomada da execução. As decisões versam sobre a possibilidade do prosseguimento da execução e natureza do crédito.
h	Estágio do processo	Em fase de execução. Levadas em juízo teses de possibilidade do prosseguimento da execução e natureza do crédito.
i	Chance de perda	Provável
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Por ter como objeto saldo não reconhecido pela Cia e que, se reconhecido, deve ser pago nos termos do Plano de RJ.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	Acréscimo do passivo a ser pago nos termos do Plano de RJ – valores mobiliários – classe quirografária.
l	Valor provisionado	R\$ 8.846.916,09 (Saldo contabilizado, mas também coberto pela garantia – imóvel). Se confirmada a obrigação de pagamento de saldo pela Cia que sobejar o valor garantido pelo imóvel, este saldo deverá ser apurado para pagamento na forma prevista no Plano de RJ (com valores mobiliários) e com as limitações de atualização e encargos imposta pela Lei 11.101/2005 e pelo Plano de RJ.

	Processo nº	0024440-33.2002.8.26.00053
a	Juízo	2ª VARA DAFAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL
b	Instância	2ª instância
c	Data de Instauração	16.12.2017
d	Partes no Processo	Ministério Público De São Paulo Inepar S.A. Indústria e Construções.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 38.727.529,57

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f	Principais fatos	Trata-se de ação questionando a execução contratual de avença firmada entre a Inepar e a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM -, sob o registro n. 703660102400. Alega que teria sido praticado preço "superfaturado" no referido contrato, uma vez que, supostamente, a Inepar teria subcontratado parcelas significativas do escopo contratual original, remunerando-se as empresas subcontratadas com valores significativamente abaixo daquele cobrado no contrato principal.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença ; julgamento de procedência.
h	Estágio do processo	Em sede de Apelação
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trazer a possibilidade de imputação à Cia de obrigação não reconhecida e, portanto, não contabilizada.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia, O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia, a ser pago nos termos do Plano de RJ – valores mobiliários – classe quirografária.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00 (pela classificação possível)

	Processo nº	0168247-72.2019.8.19.0001
a	Juízo	8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO-SP
b	Instância	2ª instância
c	Data de Instauração	12/07/2019
d	Partes no Processo	Docas Investimentos Ltda Inepar S.A. Indústria e Construções.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 37.324.125,55
f	Principais fatos	A empresa Docas pleiteia a cobrança do saldo dos créditos decorrentes das notas fiscais emitidas em razão das medições realizadas entre setembro/2014 e maio/2015, deduzindo-se o montante anteriormente levantado pela Inepar.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Pendente.
h	Estágio do processo	Em sede de Embargos à Execução.
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trazer a possibilidade de imputação à Cia de obrigação não reconhecida e, portanto, não contabilizada.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00 (pela classificação possível)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Processo nº	0742709-34.2023.8.07.0001
a	Juízo	13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO- SP
b	Instância	1ª instância
c	Data de Instauração	16/10/2023
d	Partes no Processo	Fernandes & Silva Sociedade De Advogados Inepar S.A. Indústria e Construções.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 166.795.325,71
f	Principais fatos	Trata-se de ação ajuizada por Fernandes & Silva Sociedade de Advogados, visando à cobrança do montante de R\$ 163.165.668,86, sob a alegação de ser credora da referida quantia, sendo que R\$ 78.965.668,86 já estariam vencidos e exigíveis, enquanto o valor remanescente seria devido e venceria no curso do processo.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Pendente.
h	Estágio do processo	Em sede de embargos monitórias.
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trazer a possibilidade de imputação à Cia de obrigação não reconhecida e, portanto, não contabilizada.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00 (pela classificação possível)

	Processo nº	1058554-14.2014.8.26.0100
a	Juízo	35ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL – SP
b	Instância	1ª instância
c	Data de Instauração	25/06/2014
d	Partes no Processo	BRL Trust Distribuidora De Títulos e Valores Mobiliários Inepar S.A. Indústria e Construções.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 459.152.172,00
f	Principais fatos	Acordo celebrado em 31.03.2021 foi declarado rescindido pelo credor. Acordo com AF de Cotas do FIDIC Taranis. O credor executou saldo confessado no Acordo atualizado, requerendo liquidação das cotas do FIDIC Taranis e penhoras sobre outros ativos. Inepar tomou as medidas na execução para extinção da execução no valor pretendido diante da concursabilidade do crédito pelo fato gerador, sendo que a extraconcursabilidade é limitada à garantia outorgada, podendo apenas esta ser objeto de execução e excussão, sendo que eventual saldo apurado somente poderá ser pago com as limitações legais da Lei 11.101/2005 e na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial para os credores quirografários. Ainda não houve decisão de primeira instância.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sem decisão de mérito após retomada da execução.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h	Estágio do processo	Em fase de execução. Levadas em juízo teses de possibilidade do prosseguimento da execução e natureza do crédito.
i	Chance de perda	Provável
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Por ter como objeto saldo não reconhecido pela Cia e que, se reconhecido, deve ser pago nos termos do Plano de RJ.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	Acréscimo do passivo a ser pago nos termos do Plano de RJ – valores mobiliários – classe quirografária.
l	Valor provisionado	R\$ 282.016.685,89 (Valor contabilizado). Se confirmada a obrigação de pagamento de saldo pela Cia que sobejar o valor garantido pelo imóvel, este saldo deverá ser apurado para pagamento na forma prevista no Plano de RJ (com valores mobiliários) e com as limitações de atualização e encargos imposta pela Lei 11.101/2005 e pelo Plano de RJ.

	Processo nº	5017254-05.2017.4.04.7000
a	Juízo	Juízo Federal da 11ª VF de Curitiba
b	Instância	2ª instância
c	Data de Instauração	25/04/2017
d	Partes no Processo	Uniao Federal lesa Óleo e Gás S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.098.273.333,12 (valor considerando todas as rés)
f	Principais fatos	Ação civil pública de improbidade com vistas à condenação de várias rés (pessoas físicas e jurídicas) nas sanções da lei de improbidade administrativa referente à contratos firmados entre Petrobras e Odebrecht no âmbito da operação lava jato.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Pendente.
h	Estágio do processo	Instrução.
i	Chance de perda	Remota
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trazer a possibilidade de imputação à Cia de obrigação não reconhecida e, portanto, não contabilizada.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia, a ser pago nos termos do Plano de RJ – valores mobiliários – classe quirografária.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00 (pela classificação remota)

4.4 Processos não sigilosos relevantes**4.4.3) Trabalhista**

	Processo nº	0010629-84.2019.5.15.0079
a	Juízo	2ª Vara do Trabalho de Araraquara/SP
b	Instância	Extraordinária – TST
c	Data de instauração	31.05.2019
d	Partes no processo	Sindicato Trab. De Araraquara E Americo lesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 46.000.000,00
f	Principais fatos	Multa normativa ao atraso de salário
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença: condenação a multa normativa. Acórdão do Recurso Ordinário: Parcialmente procedente para limitar o valor da multa à obrigação principal. Aguardando decisão no Agravo de Instrumento em Recurso de Revista.
h	Estágio do processo	Fase de conhecimento/ Recursal
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Discussão acerca da aplicação de Multa Normativa (Prevista em Convenção Coletiva de Trabalho)
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	A Cia no período da ação celebrou acordo com o Sindicato para pagamento e diferimento de saldo salarial, deixando, após o acordo, de aplicar a incidência da multa, não estando o valor contabilizado.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00

	Processo nº	00100669.92.2017.5.01.008
a	Juízo	8 Vara do trabalho do Rio de Janeiro
b	Instância	Grau Recursal - TST
c	Data de Instauração	02/05/2017
d	Partes no Processo	Maria Ighes Franco Penna Moreira lesa Óleo e Gás S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.525.341,12
f	Principais fatos	Reconhecimento de vínculo - Pejotização
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença: Parcialmente procedente, reconhecendo o vínculo.
h	Estágio do processo	Suspenso no TST por decisão proferida no STF na Reclamação 83.379 Rio de Janeiro (Tema 1.389/STF)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

i	Chance de perda	Provável / Alteração para Possível – Diante do Tema 1.389/STF.
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Discussão sobre reconhecimento de vínculo de colaborador Pessoa Jurídica
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	Processo que envolve direito a recebimento de valores não reconhecido e não contabilizado.
l	Valor provisionado	R\$ 5.525.341,12

	Processo nº	0010331.52.2015.5.01.0005
a	Juízo	5ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
b	Instância	2ª Instância
c	Data de Instauração	17/03/2015
d	Partes no Processo	Antonio Carlos Pereira Teixeira lesa Óleo e Gás S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.307.145,49
f	Principais fatos	Equiparação salarial; Piso salarial; Paradigma; HE.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença: Ação parcialmente procedente para reconhecer o vínculo de emprego desde 2004, condenando a reclamada principal (IESA), com responsabilidade subsidiária da Petrobras, ao pagamento de verbas rescisórias e danos morais, observada a prescrição parcial. Acórdão no Recurso Ordinário: negou provimento, mantendo a sentença.
h	Estágio do processo	Execução
i	Chance de perda	Provável
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo que envolve direito a recebimento de valores não reconhecido e não contabilizado.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	
l	Valor provisionado	R\$ 5.307.145,49

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 – Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	73.745	60.016	180.637	163.205
Adições/ Baixas	11.415	13.729	15.871	17.432
(-) Baixas	-	-	-	-
Saldo Final	85.160	73.745	196.508	180.637

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	6.911	22.004	905	19.258	118.683	70.953	113.965	72.949
Tributárias	146.443	35.520	181.898	35.066	200.197	55.876	276.432	52.674
Cíveis	407.806	27.636	414.352	19.421	638.486	69.679	563.624	54.931
Outras	-	-	-	-	-	-	-	83
	561.160	85.160	597.155	73.745	957.366	196.508	954.021	180.637

Trabalhistas: Reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes no consolidado montam em R\$ 113.965 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico- jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias: Representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação várias legislações vigentes, neste exercício também provisionamos os valores que estão em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN.

Cíveis: Na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 Processos sigilosos relevantes

a	Juízo	
b	Instância	
c	Data de Instauração	
d	Partes no Processo	
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 32.533.243,03
f	Principais fatos	
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	
h	Estágio do processo	
i	Chance de perda	
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Por ter como objeto saldo não reconhecido pela Cia e que, se reconhecido, deve ser pago nos termos do Plano de RJ.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	Acréscimo do passivo a ser pago nos termos do Plano de RJ – valores mobiliários – classe quirografária.
l	Valor provisionado	R\$ 29.207.201,06 (Valor contabilizado). Se confirmada a obrigação de pagamento de saldo pela Cia que sobejar o valor garantido pelo imóvel, este saldo deverá ser apurado para pagamento na forma prevista no Plano de RJ (com valores mobiliários) e com as limitações de atualização e encargos imposta pela Lei 11.101/2005 e pelo Plano de RJ.

4.7 Outras contingências relevantes

Todos os processos foram descritos no item 4.5 deste formulário

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Não se aplica

5.2 Descrição dos controles internos

Não se aplica

5.3 Programa de integridade

5.3 Programa de integridade

A Inepar possui uma política formal específica sobre o tema – Diretriz de Sanções Disciplinares. A Política de compliance, divulgada interna e externamente, também explicita que a Inepar repudia qualquer prática antiética ou de desrespeito à legislação, seja por parte de seus colaboradores ou terceiros. Qualquer não conformidade ética é considerada uma infração grave, podendo resultar na aplicação de sanções disciplinares, incluindo a rescisão de contrato.

O Código de Ética e Conduta da Inepar é aprovado pelo Conselho de Administração.

A Área de Compliance da Inepar avalia o tipo de denúncia e direciona a investigação para as áreas capacitadas conforme a natureza do tema, como auditoria interna, segurança empresarial, área de pessoas etc. Avalia as conclusões, prazos das investigações e diagnóstico do clima organizacional e ambiente de controles.

5.3 Programa de integridade

CÓDIGO DE ÉTICA E POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO



Revisão 01- Abr/2024

5.3 Programa de integridade

Índice

1. Aplicação do Código de Ética e Política Anticorrupção	3
2. Canal de Denúncias	3
3. Ambiente de Trabalho, Bens e Responsabilidade Social	4
4. Saúde, Qualidade de Vida, Segurança no Trabalho e Meio Ambiente	5
5. Conflito de Interesses	6
6. Confidencialidade das Informações Privilegiadas	6
7. Privacidade e Proteção de Dados	7
8. Livros e Registros Internos	8
9. Política Anticorrupção	8
9.1. Corrupção – Tipos e Formas	9
9.2. Combate à Lavagem de Dinheiro	10
9.3. Relacionamento com a Administração Pública	10
9.4. Relacionamento com Terceiros e Respeito às Normas de Concorrência	11
9.5. Participação em Licitações Públicas	12
9.6. Contribuições Políticas, Doações e Patrocínios	13
9.7. Oferecimento e Recebimento de Cortesias Comerciais	13
10. Sanções Aplicáveis	14
11. Disposições Finais	15

5.3 Programa de integridade

1. Aplicação do Código de Ética e Política Anticorrupção

Este Código de Ética e Política Anticorrupção, doravante apenas intitulado como “Código” deve ser lido e cumprido por todos os colaboradores que fazem parte das empresas vinculadas às Organizações Inepar, além de terceiros, representantes comerciais, parceiros comerciais, bem como quaisquer outros que atuem em nome das Organizações ou que mantenham, ou queiram manter, relações comerciais, visando assegurar que os negócios sejam conduzidos à luz das normas legais, da ética e segundo as melhores práticas de governança.

A aplicação deste Código abrange todas as atividades desenvolvidas no Brasil e/ou no exterior.

As responsabilidades de cada colaborador e/ou terceiro estão definidas ao longo deste Código, devendo ser observadas diariamente, de acordo com a legislação vigente e demais normas internas de cada empresa pertencente às Organizações Inepar.

Destaca-se que nenhum código consegue abranger todas as situações possíveis que envolvam condutas éticas e de anticorrupção. E, dessa forma, as Organizações Inepar esperam que todos os seus colaboradores exerçam vigilância e julgamento cautelosos no transcorrer de suas atividades profissionais.

Para esclarecer qualquer dúvida ou preocupação, crítica ou sugestão sobre este Código, entre em contato com o seu gestor direto, com o Comitê de Compliance, ou ainda com o Diretor Presidente das Organizações.

2. Canal de Denúncias

É responsabilidade de todos os colaboradores e terceiros comunicar imediatamente qualquer conduta que viole ou que possa infringir qualquer lei, este Código ou alguma política interna.

Qualquer violação ou suspeita de violação a este Código, a qualquer política ou a qualquer lei, deve ser imediatamente reportada através do Canal de Denúncias das Organizações Inepar, cujo acesso se encontra disponível no site das empresas que integram as Organizações Inepar, na aba Programa de Integridade.

Ao clicar no Programa de Integridade, automaticamente será direcionado à página do Programa de Integridade das Organizações Inepar, com simples e fácil acesso ao Canal de Denúncias, que poderá ser utilizado, pelo telefone ou pela Internet, para reportar os atos e condutas identificadas em qualquer das empresas das Organizações Inepar.

5.3 Programa de integridade

O acesso ao Canal de Denúncias, seja pelo telefone ou pela internet é gratuito e está disponível 24 horas por dia, e os relatos podem ser realizados de forma identificada ou anônima, se assim a pessoa desejar.

As Organizações Inepar asseguram que o colaborador que realizar uma denúncia não será prejudicado, não permitindo qualquer tipo de retaliação em razão de uma denúncia ou da comunicação legítima de uma suspeita ou preocupação através do Canal de Denúncias.

3. Ambiente de Trabalho, Bens e Responsabilidade Social

As Organizações Inepar se comprometem a respeitar o direito à individualidade, à privacidade e à dignidade de seus colaboradores e terceiros, não tolerando qualquer forma de assédio, discriminação de qualquer gênero, violência física, verbal, ameaças ou quaisquer ações que possam configurar violação aos direitos humanos.

Prezamos por um ambiente de trabalho livre de constrangimentos, com tratamento respeitoso e digno, independentemente da posição hierárquica, cargo ou atividade, de forma a reconhecer e a aceitar a diversidade, sempre preservando a integridade física, moral e psicológica dos colegas de trabalho. Não permitimos discriminação de qualquer natureza, em razão de raça, cor, nacionalidade, origem, religião, sexo ou orientação sexual, classe social, estado civil, idade, peso, altura, deficiência física ou quaisquer outras características pessoais e ideológicas.

Qualquer tipo de constrangimento e coação no ambiente de trabalho, sujeita os infratores às sanções e penalidades previstas neste Código.

Caso observe ou tome conhecimento de alguma dessas situações, utilize o Canal de Denúncias ou entre em contato com o Comitê de Compliance.

As Organizações Inepar disponibilizam para uso de seus colaboradores bens e recursos adequados às atividades desenvolvidas por cada um, cabendo o seu uso correto e devendo zelar pelos recursos disponibilizados, evitando quaisquer desperdícios, sendo certo que o uso dos bens para benefício pessoal é vedado. Uso dos recursos deverá, portanto, estar rigorosamente vinculado à atividade profissional desenvolvida no âmbito de cada empresa pertencente às Organizações, sendo certo que todos os dados ali produzidos serão de propriedade e de livre acesso das Organizações Inepar.

Em nenhuma hipótese os bens e recursos fornecidos pelas empresas integrantes das Organizações Inepar podem ser desviados para utilização pessoal ou para finalidades ilícitas.

Colaboradores e terceiros devem cumprir com sua responsabilidade social e zelar pela reputação de cada empresa integrante das Organizações Inepar, por meio da realização tempestiva de seus deveres, e realização de trabalhos com qualidade, sempre

5.3 Programa de integridade

prestando bons serviços, evitando desperdícios e respeitando o meio ambiente, os valores culturais, os direitos humanos e a organização social nas comunidades.

O trabalho infantil, a exploração sexual infantil, o trabalho escravo ou análogo são inadmissíveis em qualquer das empresas pertencentes às Organizações Inepar ou ainda em seus fornecedores, prestações de serviços e parceiros comerciais.

As Organizações Inepar acreditam no uso sustentável do meio ambiente como condição primordial ao desenvolvimento e sucesso de seus negócios, comprometendo-se a protegê-lo e, ainda, a mitigar eventuais impactos adversos decorrentes de suas atividades.

4. Saúde, Qualidade de Vida, Segurança no Trabalho e Meio Ambiente

No desempenho de suas atividades profissionais, todos os colaboradores e terceiros devem conhecer e cumprir os requisitos relacionados à proteção ambiental, à segurança no trabalho e à sua própria saúde, atuando de forma responsável, sem violar leis, regulamentos ou normas de proteção ambiental, de saúde e segurança no trabalho.

As Organizações Inepar cumprem integralmente a legislação trabalhista, fornecendo um local de trabalho seguro e saudável aos seus colaboradores e terceiros. Disponibiliza e reforça a importância do uso de equipamentos de proteção individual (EPIs). Respeita as leis e regulamentos de segurança do trabalho que visam proteger a integridade física dos seus colaboradores, terceiros, representantes comerciais, parceiros comerciais ou quaisquer pessoas que ingressem nas instalações das empresas que fazem parte das Organizações Inepar.

Caso o colaborador identifique que para a execução de uma determinada atividade não haja condições suficientes de segurança para a sua realização, as Organizações Inepar garantem o seu direito de recusa até que seja definitivamente solucionada a questão pelas áreas responsáveis.

É obrigação de cada colaborador participar das campanhas de prevenção, bem como comparecer aos exames periódicos, atender as recomendações médicas e cumprir os períodos de afastamento necessários à integridade de sua saúde.

Em caso de acidentes ou fiscalizações, o colaborador deve prontamente comunicar as áreas responsáveis pela segurança do trabalho e/ou ambiental.

As Organizações Inepar proíbem o uso de drogas ilícitas, substâncias entorpecentes ou bebidas alcoólicas. É expressamente proibido fumar em qualquer ambiente fechado das dependências das empresas vinculadas às Organizações.

É terminantemente proibido portar armas de qualquer espécie nas dependências das empresas vinculadas às Organizações Inepar, sendo admitida como

5.3 Programa de integridade

única exceção aos profissionais de segurança legalmente autorizados e habilitados para este fim.

As instalações das empresas integrantes das Organizações Inepar são protegidas por vigilância e guarda patrimonial. É dever de todos os colaboradores e terceiros preservarem os bens das Organizações Inepar.

Caso presencie ou tome conhecimento de algum ato criminoso ou de vandalismo nas dependências nas empresas integrantes das Organizações, que não tenha sido devidamente tratado pela segurança, utilize o Canal de Denúncias ou entre em contato com o Comitê de Compliance.

5. Conflito de Interesses

O conflito de interesses ocorre quando a vontade de obter vantagens ou ganhos visando os interesses pessoais de um colaborador ou de um terceiro são opostos ou conflitantes aos interesses das Organizações Inepar, o que acaba por gerar um possível favorecimento particular em detrimento dos interesses das empresas pertencentes às Organizações, podendo causar-lhes prejuízos ou danos.

As relações dos colaboradores das Organizações Inepar com terceiros, representantes comerciais, fornecedores, parceiros comerciais, entre outros, bem como a utilização de recursos, equipamentos e materiais, o regular desenvolvimento das atividades durante as horas de trabalho, a contratação de pessoal, dentre outros, devem ser pautadas por critérios éticos, técnicos, objetivos e imparciais.

Os colaboradores também devem evitar atitudes que possam gerar conflitos de interesses das empresas integrantes das Organizações Inepar com o Poder Público.

É de extrema importância a transparência do colaborador ou de terceiro com o Comitê de Compliance para solucionar uma situação de aparente conflito de interesses.

Portanto, caso tenha conhecimento de alguma situação, seja por um fato que já aconteceu ou por uma circunstância que ainda não se concretizou e que possa parecer um conflito entre interesses pessoais e das Organizações Inepar, utilize o Canal de Denúncias ou entre em contato com o Comitê de Compliance.

6. Confidencialidade das Informações Privilegiadas

Todos os colaboradores e terceiros têm o dever de manter o sigilo sobre todos os assuntos das empresas pertencentes às Organizações Inepar a que tenham acesso e a confidencialidade de seus negócios que não tenham sido produzidos para divulgação pública, ou até que as empresas expressamente autorizem sua divulgação.

Portanto, toda e qualquer informação que seja considerada confidencial e privilegiada deverá ser utilizada em estrito cumprimento das atividades profissionais.

5.3 Programa de integridade

O uso de credenciais fornecidas, tais como crachá e senha, é de uso individual e intransferível, sendo proibido seu compartilhamento.

Caso haja vazamento de alguma Informação confidencial ou privilegiada, comunique imediatamente o Comitê de Compliance, a área jurídica e a diretoria envolvida.

7. Privacidade e Proteção de Dados

As Organizações Inepar observam as determinações da Lei nº 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, no tratamento dos dados pessoais, para o fim exclusivo de formalizar e concretizar a relação de trabalho com seus colaboradores ou para formalizar e concretizar as relações contratuais com terceiros, fornecedores e parceiros de negócios.

As empresas pertencentes às Organizações Inepar possuem Política de Privacidade que poderá ser atualizada em decorrência de eventual atualização normativa, razão pela qual convida os colaboradores a consultar periodicamente este documento interno.

Todos os colaboradores, terceiros, fornecedores e parceiros comerciais são responsáveis pela segurança da informação, devendo:

- respeitar o sigilo da correspondência eletrônica e das comunicações individuais, primando pela proteção de dados e privacidade;
- não obter, armazenar, utilizar ou repassar material que tenha conteúdo sexual, racista, homofóbico e contra a liberdade religiosa ou que atentem contra a diversidade;
- não obter ou propagar intencionalmente softwares maliciosos;
- não invadir, violar sistemas ou controles de segurança, buscar vulnerabilidades, monitorar, quebrar ou obter senhas de sistemas ou computadores;
- não fornecer ou utilizar senhas de terceiros para sistemas ou computadores;
- não elaborar ou publicar em meios digitais conteúdos que contrariem os interesses das Organizações Inepar.

Qualquer descumprimento ou violação da Política de Privacidade ou fato que possa colocar em risco a segurança das informações das empresas pertencentes às Organizações Inepar deverão ser comunicados imediatamente a área de Gestão de Segurança da Informação ou através do Canal de Denúncias.

5.3 Programa de integridade

8. Livros e Registros Internos

Os registros financeiros e contábeis das empresas pertencentes às Organizações Inepar são pautados pela transparência, ética e integridade. Todas as operações realizadas são registradas de maneira precisa e justa, e devidamente documentadas de acordo com os normativos contábeis dos órgãos públicos, sejam na esfera federal, estadual e/ou municipal.

É terminantemente proibida qualquer alteração dos registros contábeis e financeiros ou de qualquer ato que possa ocultar transações realizadas.

É dever de todos os colaboradores cooperar integralmente com as solicitações de auditores externos e internos, dos administradores, da área jurídica e do Comitê de Compliance, ou de qualquer outro colaborador ou terceiro, desde que devidamente autorizado a realizar tal solicitação.

É ainda de responsabilidade de todos os colaboradores, terceiros, representantes comerciais, fornecedores, parceiros comerciais, entre outros o armazenamento correto e seguro de documentos e informações comerciais e negociais das empresas integrantes das Organizações Inepar, sendo fundamental que todos os contratos sejam realizados por escrito, seja por meio físico ou meio digital.

Quanto ao descarte de documentos e registros, este só pode ocorrer após o término do período de retenção estipulado pelas autoridades ou pelas Organizações Inepar, devendo sempre atender as regras deste Código. Caso tenha dúvidas procure o Comitê de Compliance, a área jurídica ou a diretoria envolvida.

9. Política Anticorrupção

As Organizações Inepar estão comprometidas com as Leis Anticorrupção vigentes.

Legislação Anticorrupção: Código Penal (Decreto-Lei nº 2848/1940), Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993), Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998), Lei de Defesa da Concorrência (Lei nº 12.529/2011), Lei do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC (Lei nº 12.462/2011), Lei de Conflitos de Interesses (Lei nº 12.813/2013), Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), Decreto Federal nº 8.420/2015, e outras leis de natureza similar que sejam aplicáveis.

É dever de todos os colaboradores, terceiros, representantes comerciais, fornecedores, parceiros comerciais, entre outros, respeitar os normativos aplicáveis sobre corrupção em conjunto com este Código, sempre realizando negócios de forma honesta, transparente e ética.

5.3 Programa de integridade

Desta forma, as Organizações Inepar apresentam a sua Política Anticorrupção, que deverá ser consultada a qualquer tempo para ajudar no conhecimento dos tipos e formas de corrupção existentes e para compreender quais ações podem ajudar na sua prevenção. Além da leitura deste Código, o Comitê de Compliance está à sua disposição para ajudar a esclarecer qualquer dúvida.

O seu comprometimento com as Organizações Inepar é primordial para o avanço e crescimento dos negócios realizados pelas empresas a ela vinculadas. Portanto, utilize o Canal de Denúncias caso tome conhecimento de alguma situação que viole esta Política Anticorrupção.

9.1. Corrupção – Tipos e Formas

Para fins desta Política, corrupção pode ser entendida como a prática, direta ou indireta, contra à Administração Pública, a fim de obter ou conceder vantagem, favores ou benefício.

Este crime possui duas modalidades: ativa e passiva. O que diferencia é que uma é praticada pela pessoa que corrompe e outra pela pessoa que se deixa corromper, respectivamente. E seus tipos são: i) Corrupção Ativa que consiste na ação do agente privado em oferecer, prometer ou dar, direta ou indiretamente, compensações ilícitas em troca de vantagens pessoais a um agente público nacional ou estrangeiro, ou à terceira pessoa, em troca de benefícios pessoais ou a outros; e, ii) Corrupção Passiva que consiste em crime praticado contra a Administração Pública por agente público, ou seja, se trata do ato de solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, alguma espécie de benefício ou vantagem indevida.

Qualquer conduta que possa ser enquadrada nessa definição é proibida pelas leis aplicáveis e está em desacordo com os padrões e princípios éticos adotados pelas Organizações Inepar.

Todos que estejam submetidos a este Código estão proibidos de praticar qualquer ato de corrupção.

Lembrando que agente público é todo aquele que exerce função pública, de forma temporária ou permanente, com ou sem remuneração, independentemente do cargo ou do vínculo estabelecido. Inclui, mas sem se limitar a: i) qualquer indivíduo que atue no Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário; ii) qualquer indivíduo que atue em empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias ou fundações públicas; iii) qualquer indivíduo que atue em concessionária de serviços públicos, tais como empresas de distribuição de energia elétrica ou qualquer instituição de ensino ou saúde; iv) qualquer candidato a cargo público ou qualquer membro de partido político; v) qualquer indivíduo que atue em representações diplomáticas ou em entidades estatais de país estrangeiro, bem como atue em qualquer empresa que seja controlada pelo

5.3 Programa de integridade

poder público em um país estrangeiro; e, vi) todo indivíduo que atue em organizações públicas internacionais.

Já as formas de corrupção são: i) A vantagem indevida que se trata de qualquer vantagem, enriquecimento ou favorecimento ilícito e as Organizações Inepar proíbem expressamente o pagamento, a oferta ou promessa de pagamento ou oferta de dinheiro, presente ou benefício cujo objetivo é obter vantagem indevida, com intuito de corromper; ii) O pagamento para facilitações, também conhecido como taxa de urgência e se trata de pagamento a autoridades públicas, visando incentivar, facilitar ou acelerar o resultado de uma ação governamental que independe da decisão do agente público e que a empresa possui direito garantido por lei. Os valores requeridos nesta situação são normalmente pequenos, que também são considerados subornos por muitas leis de combate à corrupção e os colaboradores, em nenhuma hipótese, estão autorizados a realizar pagamentos de facilitação, sendo aplicada esta mesma regra a terceiros e parceiros que atuam em nome das empresas vinculadas às Organizações Inepar; e, iii) O tráfico de influência é um crime cujo o objetivo é influir em ato praticado por agente público no exercício da função, sendo que o simples ato de insinuar e ter a intenção já configura crime, independentemente do fato de ter ou não alcançado o resultado esperado.

9.2. Combate à Lavagem de Dinheiro

De acordo com a legislação brasileira, a lavagem de dinheiro é considerada crime.

Consiste na tentativa de disfarçar a origem de recursos financeiros ilegais, tais como prática de corrupção, tráfico de drogas, falsificação de dinheiro, roubo, entre outros.

Neste sentido, as Organizações Inepar acreditam que a atuação no combate e prevenção à lavagem de dinheiro é uma forma de combater a corrupção, por isso detém mecanismos para identificar e bloquear recursos ilícitos. Ainda vale reforçar que as Organizações Inepar se comprometem a colaborar com as autoridades públicas, sempre que necessário, fornecendo informações sobre transações de seus clientes, bem como comunicar as autoridades competentes sempre que identificado algum tipo de operação suspeita.

9.3. Relacionamento com a Administração Pública

As Organizações Inepar exigem que a interação de seus colaboradores com a Administração Pública e agentes públicos aconteça de forma ética e com rigorosa legalidade.

Os colaboradores devem agir corretamente em todos os seus contatos com agentes públicos, como durante a obtenção ou renovação de licenças ou autorizações, participação em licitações ou contratos públicos, acompanhamento de fiscalizações e processos judiciais ou administrativos, entre outros.

5.3 Programa de integridade

O colaborador que representar uma das empresas pertencentes às Organizações Inepar perante agentes públicos em audiências ou reuniões deve contar com a presença de no mínimo mais um colaborador e formalizar por escrito o encontro, por e-mail ou junto à entidade correspondente, observando-se, ainda, todas as regras expostas neste Código.

9.4. Relacionamento com Terceiros e Respeito às Normas de Concorrência

Qualquer empresa pretencente às Organizações Inepar poderá ser responsabilizada por ato de terceiros atuando em seu nome. Assim, todas as decisões comerciais devem ser baseadas no mérito, inclusive a seleção de parceiros de negócio, fornecedores ou qualquer outro terceiro que representará ou de qualquer maneira atuará em nome das empresas das Organizações Inepar.

Todo acordo com parceiro comercial, representante ou qualquer terceiro que representará ou atuará em nome das empresas das Organizações Inepar incluindo consultores, fornecedores ou despachantes deverá ser executado por escrito, descrevendo os serviços a serem prestados, a base do pagamento, os valores a serem pagos e qualquer outra informação relevante, demonstrando equivalência razoável entre o valor pago e os serviços prestados.

Todo pagamento feito aos terceiros acima classificados deverão ser feitos por meio de depósito bancário no país onde os serviços foram prestados e perante apresentação de nota fiscal. Pagamentos não poderão ser efetuados em dinheiro.

Qualquer outra forma de pagamento deverá ser autorizada pela área jurídica ou pelo Comitê de Compliance.

Todos os contratos com terceiros representantes ou que atuem em nome das empresas das Organizações Inepar deverão conter cláusulas anticorrupção, conforme as definidas nos Anexos I e II deste Código.

O critério para a seleção de terceiros deve ser objetivo e priorizar o melhor interesse das empresas das Organizações Inepar. Além disso, quando da formação de parcerias empresariais, consórcios e sociedades de propósito específico, os nossos colaboradores devem, invariavelmente, buscar parceiros que se identifiquem e se comprometam com os valores, crenças e compromissos contidos neste Código.

As Organizações Inepar exigem o respeito à livre concorrência. Os colaboradores não devem violar a legislação e as normas de proteção à concorrência, sendo proibida qualquer prática ou ato que tenha por objetivo frustrar ou fraudar a concorrência ou fixar preços, como dividir clientes, mercado, território ou produtos, manipular licitações ou processos competitivos, boicotar fornecedores ou clientes, controlar a oferta de serviços ou produtos, entre outros.

5.3 Programa de integridade

A formalização de parcerias, consórcios ou a participação em sociedades de propósito específico, deverá estar condicionada à adoção e comprometimento, por todos os participantes, às regras previstas neste Código.

9.5. Participação em Licitações Públicas

Licitação é o procedimento para contratação com órgãos da administração direta, fundos especiais, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Lei obriga que esses entes públicos realizem uma licitação, a fim de determinar qual é a melhor empresa em uma relação de custo-benefício para ser contratada. Assim, sempre deverá haver competição entre as empresas participantes na licitação.

A participação em licitações acarreta um maior relacionamento dos colaboradores das empresas pertencentes às Organizações Inepar com agentes públicos, os quais deverão ser realizados atendendo aos preceitos do presente Código, sempre pautadas pela ética e pela transparência.

Todos os processos de licitações ou contratos com a Administração Pública realizados pelas empresas das Organizações Inepar são pautados pela transparência e em obediência às disposições contratuais e às leis aplicáveis vigentes. Diante disto, é terminante proibido:

- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; e,
- Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública.

5.3 Programa de integridade

Todos os contratos firmados com órgãos públicos devem ser controlados pela Diretoria responsável de cada empresa pertencente às Organizações Inepar e estarão sujeitos a análise e monitoramento pela área jurídica e pelo Comitê de Compliance.

9.6. Contribuições Políticas, Doações e Patrocínios

As Organizações Inepar não realizam nenhum tipo de doação e contribuição de natureza política e não se envolvem em atividades político-partidárias.

Nenhum de seus colaboradores, terceiros ou parceiros de negócio, mas não limitado a, estão autorizados a realizar atividade política em nome das Organizações Inepar.

As contribuições e doações para fins filantrópicos ou beneficentes, por sua vez, devem ser previamente aprovadas e documentadas pela área jurídica e pelo Comitê de Compliance, e somente podem ser feitas por razões beneficentes ou assistenciais legítimas. Toda solicitação de contribuição ou doação beneficente em nome das empresas pertencentes às Organizações Inepar será feita por escrito e exigirá a aprovação prévia e unânime de cada Diretoria.

A contribuição ou doação será obrigatoriamente feita em favor e em nome da instituição, nunca em nome de pessoa física. Em nenhuma hipótese o pagamento poderá ser feito em dinheiro ou por meio de depósito em conta corrente de pessoa física. Será sempre necessário obter recibo ou documento/comprovante equivalente detalhado e assinado pelo administrador legalmente constituído da instituição.

Os patrocínios são permitidos desde que sejam realizados em conformidade com os normativos internos de cada empresa pertencente às Organizações Inepar, com um propósito legítimo e um valor justo de mercado, para efetuar propaganda ou divulgação, mediante a contratação de contrapartida institucional lícita e adequada, selecionados com base em critérios técnicos e através de um contrato por escrito.

9.7. Oferecimento e Recebimento de Cortesias Comerciais

Desde que o destinatário não seja proibido de recebê-las; desde que não sejam motivadas por uma intenção corrupta; desde que não sejam excessivas ou impróprias, os colaboradores das empresas pertencentes às Organizações Inepar podem individualmente receber e oferecer os seguintes tipos de cortesias comerciais:

Brindes institucionais, tais como canetas, agendas, bonés, copos, entre outros itens promocionais de valor modesto.

Refeições com o único propósito comercial ou quando o colaborador esteja representando uma das empresas das Organizações Inepar, limitadas a um valor modesto e sem habitualidade.

5.3 Programa de integridade

Entretenimento cultural ou esportivo, com o único propósito comercial ou quando o colaborador esteja representando uma das empresas das Organizações Inepar, desde que limitado a um valor modesto e sem habitualidade.

Despesas relacionadas a hospedagem, incluindo alimentação, passagens e transporte local envolvendo terceiros ou agentes públicos devem ser pré-aprovadas, por escrito, pela área jurídica.

Como regra geral, as Organizações Inepar estabelecem como valor modesto, para fins de limitação das cortesias acima citadas, o montante de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Algumas diretrizes gerais relacionadas às cortesias comerciais deverão ser observadas: i) O pagamento deverá ser feito diretamente ao prestador do serviço quando aplicável (ex: ao hotel, à companhia aérea, ao restaurante, etc); ii) O custeio de hospedagem, de alimentação e de passagens deve ser limitado aos agentes públicos ou terceiros, e não podem incluir despesas relacionadas aos seus familiares ou seus convidados; iii) O convite para a viagem deve ser direcionado ao órgão em que trabalha o agente público ou à empresa onde trabalha o terceiro, e jamais diretamente à pessoa que viajará.

Quaisquer exceções a estas regras de oferecimento de cortesias comerciais devem ser registradas e aprovadas junto a área jurídica.

Caso observe ou tome conhecimento de algum oferecimento ou recebimento indevido de cortesias, utilize o Canal de Denúncias ou entre em contato com o Comitê de Compliance.

10. Sanções Aplicáveis

Este Código prevê aplicação de sanções justas, razoáveis e proporcionais à falta cometida àqueles que infringirem qualquer diretriz estabelecida pelas Organizações Inepar.

Os colaboradores devem estar cientes de que as violações ao Código serão tratadas com a maior seriedade e estarão sujeitas às ações disciplinares aplicáveis, independentemente do nível hierárquico, sem prejuízo das penalidades legais cabíveis.

As violações poderão resultar em penalidades a serem impostas a critério de cada empresa pertencente às Organizações Inepar, variando entre notificação, advertência, suspensão e dependendo de sua gravidade, até a dispensa por justa causa e ação judicial.

Em se tratando dos terceiros que atuam em nome das empresas pertencentes às Organizações Inepar, a violação das regras implicará em penalidades contratuais, podendo estes ter os contratos encerrados, sem prejuízo das sanções administrativas ou criminais.

5.3 Programa de integridade

Vale ressaltar que a omissão dos fatos e informações constitui a conivência de quem a tiver omitido/ocultado. Portanto, caso tenha conhecimento ou suspeita de qualquer ato de descumprimento deste Código, deve-se reportar por meio do registro no Canal de Denúncias, para que seja averiguado e tomadas as devidas providências.

As Organizações Inepar ainda se comprometem a averiguar e tratar todo e qualquer tipo de caso de denúncia. No entanto, quando comprovada a utilização indevida do Canal de Denúncias pelos colaboradores para registro de situações falsas e de má-fé, poderá ser aplicada uma das penalidades acima previstas.

Vale reforçar que as Organizações Inepar garantem expressamente o sigilo, no limite da lei, quanto à identidade das pessoas que utilizarem os meios de comunicação aqui descritos, e não admite, sob nenhuma hipótese, qualquer forma de represália ou retaliação a quem os utilizar de boa-fé.

11. Disposições Finais

É de competência das Organizações Inepar, através de seu Comitê de Compliance e com a ajuda de todas as Diretorias das empresas pertencentes às Organizações realizar o monitoramento, atualização e o aperfeiçoamento contínuo deste Código.

O Comitê de Compliance auxiliará em treinamentos periódicos dos colaboradores das empresas pertencentes às Organizações Inepar, realizando a agenda anual do seu Programa de Integridade, contando com a ajuda das áreas jurídica e administrativa.

Salvo se de outra forma expressamente prevista, apenas o Comitê de Compliance poderá autorizar eventuais exceções ao disposto neste Código, cabendo à área jurídica e administrativa, o suporte e as orientações necessárias para tal atividade.

As Organizações Inepar não medirão esforços no combate a corrupção e para manter sua linha ética íntegra, e conta com o engajamento destes princípios por todos aqueles com quem se relaciona.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

Todas as informações relevantes foram descritas nos tópicos anteriores.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram descritas nos tópicos anteriores.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
DELFT ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S A					
07.092.327/0001-80	Brasil	Não	Não	20/08/2025	
Não					
257.632	0,767	0	0,000	257.632	0,558
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
INEPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.					
45.542.602/0001-09	Brasil	Não	Sim	20/08/2025	
Não					
4.215.056	12,553	0	0,000	4.215.056	9,123
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
INSA ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA					
77.082.626/0001-19	Brasil	Não	Não	20/08/2025	
Não					
424.184	1,263	0	0,000	424.184	0,918
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Ordinária Classe A	424,184	100.000	1.263	0.918	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A.					
33.376.989/0001-91	Brasil	Não	Não	20/08/2025	
Não					
5.435.686	16,189	0	0,000	5.435.686	11,764
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MDC ASSESSORIA EMPRESARIAL S/A					
08.608.615/0001-07	Brasil	Não	Não	20/08/2025	
Não					
1.122.000	3,342	0	0,000	1.122.000	2,428
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PACTA - GESTÃO EMPRESARIAL S.A.					
25.173.155/0001-50	Brasil	Não	Não	31/05/2024	
Não					
2.439.232	7,265	0	0,000	2.439.232	5,279
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PARTNERS 2 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S.A.						
50.446.767/0001-17	Brasil	Não	Não	20/08/2025		
Não						
2.895.069	8,622	0	0,000	2.895.069	6,266	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ROBERTO VEIGA HINRICSHSEN						
263.660.438-33	Brasil	Não	Não	20/08/2025		
Não						
0	0,000	950.000	7,523	950.000	2,056	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
16.788.161	49,999	11.677.232	92,477	28.465.393	61,608	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
33.577.020	100,000	12.627.232	100,000	46.204.252	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INEPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.				45.542.602/0001-09	
ATILANO DE OMS SOBRINHO					
000.848.409-00	Brasil	Não	Sim	30/04/2012	
Não					
15.806.973	26,282	0	0,000	15.806.973	26,282
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
CESAR ROMEU FIEDLER					
274.914.719-00	Brasil	Não	Não	24/05/2023	
Não					
4.211.579	7,002	0	0,000	4.211.579	7,002
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
DI MARCO POZZO					
001.621.089-15	Brasil	Não	Não	24/05/2023	
Não					
2.402.163	3,994	0	0,000	2.402.163	3,994
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INEPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.				45.542.602/0001-09	
INSA ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA					
77.082.626/0001-19	Brasil	Não	Não	08/10/2012	
Não					
4.287.684	7,129	0	0,000	4.287.684	7,129
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
NATAL BRESSAN					
006.372.899-00	Brasil	Não	Não	30/04/2012	
Não					
4.211.579	7,002	0	0,000	4.211.579	7,002
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
TARADELL PARTICIPAÇÕES S.A.					
06.024.115/0001-00	Brasil	Não	Não	30/04/2012	
Não					
15.693.147	26,093	0	0,000	15.693.147	26,093
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
INEPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.				45.542.602/0001-09		
VALDIR LIMA CARREIRO						
317.473.969-15	Brasil	Não	Não	24/05/2023		
Não						
1.500.000	2,494	0	0,000	1.500.000	2,494	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
12.031.072	20,004	0	0,000	12.031.072	20,004	
TOTAL						
60.144.197	100,000	0	0,000	60.144.197	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
INSA ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA				77.082.626/0001-19	
ATILANO DE OMS SOBRINHO					
000.848.409-00	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023	
Não					
65.590	33,333	0	0,000	65.590	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
JAUNEVAL DE OMS					
021.617.377-91	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023	
Não					
65.590	33,333	0	0,000	65.590	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARIO CELSO PETRÁGLIA					
003.055.459-49	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023	
Não					
65.590	33,333	0	0,000	65.590	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
INSA ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA				77.082.626/0001-19		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
196.770	100,000	0	0,000	196.770	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
TARADELL PARTICIPAÇÕES S.A.				06.024.115/0001-00		
ESPÓLIO - CARMEM LUIZA IWERSEN DE OMS						
258.667.299-20	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023		
Não						
529.707	49,765	0	0,000	529.707	49,765	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JAUNEVAL DE OMS						
021.617.377-91	Brasil	Sim	Sim	24/05/2023		
Não						
534.707	50,235	0	0,000	534.707	50,235	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
TARADELL PARTICIPAÇÕES S.A.				06.024.115/0001-00		
1.064.414	100,000	0	0,000	1.064.414	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	20/08/2025
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	0
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	27.424.492	81,676%
Quantidade preferenciais	12.411.136	98,289%
Total	39.835.628	86,216%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
CBD - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.	02.677.174/0001-19	99,99
ENISA - INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA S.A.	44.140.855/0001-93	0,01
IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	29.918.943/0008-56	100
INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	02.258.422/0001-97	100
INNOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A.	15.917.064/0001-29	100
PENTA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA	05.408.684/0001-89	100
TARANIS - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS - RESPONSABILIDADE LIMITADA	31.164.462/0001-78	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5 – Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.6 Outras informações relevantes

Informações relevantes já foram abordadas nos itens anteriores.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A Companhia terá um Conselho de Administração constituído de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 12 (doze) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, residentes no País, com mandato unificado de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos em conjunto ou separadamente. No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração da Companhia deverão ser Conselheiros Independentes, sendo que os eleitos deverão ser identificados sob esta denominação na ata da Assembleia Geral que os eleger. Os conselheiros eleitos por meio da faculdade prevista no artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei nº 6.404/1976 serão considerados “Conselheiros Independentes”. Ademais, “Conselheiro Independente” caracteriza-se por:

- (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital;
- (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição);
- (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia;
- (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência;
- (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência;
- (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia;
e
- (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferir não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferir não responder
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferir não responder
Diretoria		0	
Conselho de Administração - Efetivos		0	
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

O Conselho de Administração terá um Presidente a ser escolhido pelos membros respectivos dentre um dos seus integrantes, sendo vedada a acumulação pela mesma pessoa dos cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia.

A posse dos membros do Conselho de Administração está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1 de Governança Corporativa, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Expirado o prazo da gestão, permanecerão os membros do Conselho de Administração no exercício dos seus respectivos cargos e funções, até a posse dos seus sucessores.

Os Conselheiros eleitos terão direito a uma remuneração mensal, fixada pela Assembleia Geral que os elegeu, sem prejuízo de outras vantagens determinadas pela Assembleia Geral.

As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas por convocação do seu Presidente, por quem serão instaladas e presididas.

As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas através de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio eletrônico ou tecnologicamente disponível. Os membros do Conselho poderão expressar seu voto em tal reunião através de carta, declaração ou mensagem encaminhada à Companhia, anteriormente ou durante a realização da reunião, por fax, telex, correio eletrônico ou qualquer outro meio eletrônico ou tecnologicamente disponível. O Conselheiro, agindo conforme disposto neste parágrafo, será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais, e incorporado à ata da referida reunião, bem como arquivado na sede da Companhia.

O Conselho de Administração poderá se instalar e deliberar validamente com a presença da maioria de seus membros.

O Conselho deliberará por maioria de votos, cabendo ao seu Presidente, além do voto normal, o voto de qualidade no caso de empate nas deliberações.

No caso de impedimento temporário do Presidente, poderá ele próprio designar outro Conselheiro para substituí-lo, e, no caso de vaga definitiva, os membros do Conselho de Administração escolherão novo Presidente que exercerá as funções até o final do mandato.

No caso de vacância ou impedimento definitivo de qualquer membro efetivo do Conselho de Administração, o substituto poderá ser nomeado pelos Conselheiros remanescentes para ocupar o cargo até a primeira Assembleia Geral que se seguir.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome ANDRE DE OMS **CPF:** 023.289.579-19 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 19/01/1978

Experiência Profissional: Iniciou a sua carreira em janeiro de 2001 como Diretor Administrativo da Empresa RJA Produções Comunicações Artísticas Ltda, onde permaneceu até julho de 2006. Em agosto de 2006 assumiu como Administrador do Auto Posto OMS Ltda, onde permaneceu até janeiro de 2020. Em março de 2020 assumiu a administração do Auto Posto da Glória Ltda, permanecendo até julho de 2020. Em 31 de outubro de 2019 foi nomeado Diretor Administrativo e Financeiro da empresa Taradel Participações S/A. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	06/05/2024	02 Anos	Conselho de Administração (Efetivo)		06/05/2024	Sim	08/07/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ANTÔNIO AUGUSTO PIRES JUNIOR **CPF:** 165.742.305-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de empresas **Data de Nascimento:** 03/06/1959

Experiência Profissional: Ocupou posições na alta direção em empresas como AMBEV & ALL, Líder estratégico com mais de 30 anos de experiência em gestão de negócios, recuperação de empresa em dificuldade financeira, e especialista em logística, em funções de liderança de equipes. Proveniente de empresas líderes em seus setores, com habilidades comprovadas em gestão de equipes, planejamento estratégico e execução de projetos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	12/06/2025	Até AGO que aprovar as contas do exercício de 31/12/2025.	Conselho de Administração (Efetivo)		12/06/2025	Sim	12/06/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome AUGUSTO ARAÚJO DE OMS **CPF:** 043.463.709-26 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 19/08/2002

Experiência Profissional: Graduado em Administração - Bacharelado - Habilitação em Gestão de Negócios pela Universidade Tuiuti do Paraná. Iniciou sua carreira no ano de 2002 como Administrador de Canais de venda no Onda - Provedor de Serviços S/A. Em abril de 2004, ingressou na IESA Projetos Equipamentos e Montagens S/A como Analista Jr.. Em 2009 trabalhou como Gerente Adjunto na Envirobras Tecnologia Ambiental S/A. A partir de outubro de 2014 trabalha nas empresas Inepar S/A Indústria e Construções e Inepar Capacitores S/A com o cargo de Coordenador Administrativo.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	06/05/2024	02 Anos	Conselho de Administração (Efetivo)		06/05/2024	Sim	14/12/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome CARLOS ALBERTO DEL CLARO GLOGER **CPF:** 000.245.709-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Químico **Data de Nascimento:** 05/06/1940

Experiência Profissional: ATIVIDADE PROFISSIONAL Foi Professor Titular de Tecnologia da Madeira na Escola de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná, até 1996 Foi técnico em Desenvolvimento do Banco Regional de Desenvolvimento do extremo sul –BRDE, no período de 1965 a 1995, tendo exercido as funções de analista chefe da Agência de Curitiba e superintendente da agência BRDE no Paraná. Atualmente é Diretor Executivo do Instituto de promoção do desenvolvimento – IPD e Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto Brasileiro de qualidade e produtividade IBQPÉ Conselheiro do Conselho de Administração da Inepar S/A Indústria e Construções desde 19 maio de 1987 Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	06/05/2024	02 Anos	Conselho de Administração (Efetivo)		06/05/2024	Sim	30/04/2001

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome CHRISTIAN DE LIMA RAMOS **CPF:** 177.865.428-25 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 04/09/1975

Experiência Profissional: Experiente advogado com mais de 20 anos de atuação em M&A, transações internacionais, financiamento de commodities, recuperações de créditos estratégicos e reestruturações empresariais.
Pioneiro e líder no campo jurídico do setor agrícola brasileiro, Christian combina uma sólida formação acadêmica com experiência, visão estratégica, criatividade, empreendedorismo e uma consistente rede de relacionamento

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	12/06/2025	Até AGO que aprovar as contas do exercício de 31/12/2025.	Conselho de Administração (Efetivo)		12/06/2025	Sim	12/06/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GERSON LUIS CASARA **CPF:** 572.194.949-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Bacharel em Ciências Contábeis **Data de Nascimento:** 25/09/1966

Experiência Profissional: Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná, com registro no CRC/PR-027.523/O-7, Pós-graduado em Finanças pela FAE em Curitiba/PR, MBA em Gestão Empresarial pela FGV-RJ, além de diversos cursos de atualização, como IFRS, normas contábeis brasileiras, impostos federais e gestão de liderança. Possui mais de 30 anos de experiência em indústrias nacionais e multinacionais dos segmentos de construção civil, varejo, automotivo, produtos eletrônicos e medidores de energia, serviços de telecomunicações exercendo a gestão das áreas contábeis, financeira, tributos, custos, controladoria e auditoria interna; realizando reestruturações e ações estratégicas para o crescimento e maior lucratividade dos negócios. Foi membro e Presidente do Conselho fiscal do CEBDS – Conselho de Empreendedorismo Brasileiro do Desenvolvimento Sustentável no período de 2011 a 2014. Foi um dos sócios fundadores da empresa Casara, Costenaro Assessoria Contábil S/S Ltda em novembro de 2015, atuando como sócio administrador desde o início até o momento.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	12/06/2025	Até AGO que aprovar as contas do exercício de 31/12/2025.	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		12/06/2025	Sim	12/06/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome HUGO FAGUNDES DE LIMA **CPF:** 014.553.056-69 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 19/03/1979
QUEIROZ

Experiência Profissional: Atuou por 8 meses na Usiminas, como estagiário da área de Análise de Crédito e Contas a Receber. Trabalhou durante 14 anos na Caixa Econômica Federal Asset, como operador de mesa sênior e gestor na área de gestão de renda variável, responsável pela produção de informações técnicas sobre setores/empresas e também pela gestão de fundos semi-ativos e carteira livre. Sócio, Conselheiro e Diretor da TC S.A, desde novembro de 2020 até março de 2023, atuando como diretor de IB e Equity Research Buy Side do TC Matrix. Atualmente é sócio fundador da L4 Capital, atuando como diretor de Corporate Advisory, voltado para negócios e estruturação de ECM, DCM e M&A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	06/05/2024	02 Anos	Conselho de Administração (Efetivo)		06/05/2024	Sim	06/05/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome IRAJÁ GALLIANO ANDRADE **CPF:** 139.478.939-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 25/12/1953

Experiência Profissional: INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Grupo empresarial voltado a indústria, construções, montagens e provimento de soluções integradas nas áreas de energia e telecomunicações. Faturamento anual (2002) R\$ 660 milhões. Atualmente é Diretor Administrativo Financeira na empresa IESA ÓLEO E GÁS S/A Atuou de 11/05/2001 a 15/09/2004 como Diretor Executivo da empresa Inepar S/A Indústria e Construções Gerente Financeiro – responsável pela captação de recursos financeiros junto a instituições financeiras, de crédito, agências de fomento e gestão de fluxo de caixa, coordenação de projetos para levantamento de recursos do BNDES, FINEP, FINAME, IFC e outros. 1992 a 1997 Atuou como suplente do Sr. Ademir Pautasso Nunes de 11/05/2001 à 06/08/2001 no Conselho de Administração da empresa Inepar S/A Indústria e Construções, quando passou a ser membro efetivo em decorrência da renúncia do respectivo titular, até a presente data. ECOBRAS – EMPRESA CONSTRUTORA BRASILEIRA LTDA. – Empresa de construção civil voltada a obras de infra-estrutura na área de saneamento básico. Faturamento anual US\$ 90 milhões Diretor e Administração e Finanças – responsável pela gestão financeira e administrativa da empresa, relacionamento com instituições financeiras, coordenação das gestões de recursos humanos, suprimentos, serviços gerais e contabilidade. 1988 a 1991 COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR – concessionária para o estado do Paraná de serviços públicos de abastecimento de água e coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários. Faturamento anual US\$ 400 milhões. 1969 a 1988 Superintendente de Planejamento Empresarial – responsável pela definição da política tarifária da empresa, coordenação do orçamento anual, coordenação do estudo de viabilidade global da empresa para um horizonte de cinco anos, coordenação da captação de recursos para investimento junto ao Banco Nacional da Habitação / Caixa Econômica Federal, coordenação do conjunto de normas e procedimentos empresariais. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	06/05/2024	02 Anos	Outros Diretores	Diretor Administrativo Financeiro	06/05/2024		14/09/2004
Conselho de Administração	15/05/2024	02 Anos	Presidente do Conselho de Administração		15/05/2024	Sim	14/09/2004

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome JOSÉ BONIFÁCIO PINTO JUNIOR **CPF:** 165.084.244-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 31/05/1956

Experiência Profissional: Atuou durante 35 anos na Construtora Norberto Odebrecht S.A., desde estágio em 1977 até 2011 no cargo de Diretor Superintendente da Odebrecht Energia onde galgou todos os cargos de executivo da empresa. Trabalhou em Guayaquil ±Equador durante 1 ano no projeto Chongón-Cerécita. Ações junto ao Governo da Bolívia para desenvolvimento das UHE Santo Antonio e Jirau entre 2003 a 2006. Supervisão de filial da GPO em Lima ±Peru entre 2011 a 2013. Atuação junto a diversas empresas privadas dos setores de energia (geração e transmissão), construção pesada e industrial na estruturação de negócios. Atuação no mercado de PCH, UHE, UFV e parques eólicos. Relacionamento comercial com empresas internacionais interessadas em entrar no mercado de energia do Brasil. Conselheiro da Construtora Quebec S.A. durante 5 anos. Atualmente é sócio diretor Executivo da empresa BH Energy Participações e Empreendimentos Ltda.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	06/05/2024	02 Anos	Conselho de Administração (Efetivo)		06/05/2024	Sim	29/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome JOSÉ IVAN FREO **CPF:** 319.643.979-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Operacional **Data de Nascimento:** 15/02/1959

Experiência Profissional: Sólida experiência na área Industrial, Eng. de projetos eletromecânicos/mecânicos e Eng. Industrial/Campo destinados a montagem em cubículos, quadros e painéis, estruturas metálicas/Civil com atuação em empresas de grande porte e destaque no mercado há mais de 30 anos. Capacidade de liderança coordenação de equipe, habilidade de negociação, visão estratégica do cliente, visão de mercado, bom relacionamento com os clientes e com as pessoas, dinamismo e carismático.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	12/06/2025	Até AGO que aprovar as contas do exercício de 31/12/2025.	Conselho de Administração (Efetivo)		12/06/2025	Sim	12/06/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome JOSÉ RENATO LENZI **CPF:** 307.186.439-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Bacharel em Ciências Contábeis **Data de Nascimento:** 05/03/1954

Experiência Profissional: Formado em Ciências Contábeis em 1989 pela Faculdade Plácido e Silva ("Fadps"). Trabalha na área contábil desde o ano de 1979, trabalhou da Inepar S.A. Indústria e Construções, Inepar Telecomunicações S.A. Zap

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	12/06/2025	Até AGO que aprovar as contas do exercício de 31/12/2025.	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		12/06/2025	Sim	12/06/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome LUCIANO BOUDJOUKIAN **CPF:** 314.309.418-47 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 23/01/1984
FRANÇA

Experiência Profissional: Sócio Diretor de Gestão de Carteira da Avantgarde Capital Gestora de Recursos. Sócio fundador, responsável pelo departamento de gestão de recursos, aproximadamente R\$ 200 milhões de asset under management, com 5 veículos de investimentos cujas estratégias baseiam-se em modelos sistemáticos/quantitativos através de posições no mercado acionário local.
Gere estratégias long-only, long-short market-neutral e paridade de risco.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	12/06/2025	Até AGO que aprovar as contas do exercício de 31/12/2025.	Conselho de Administração (Efetivo)		12/06/2025	Sim	12/06/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome LUIZ FELIPE DE ARAÚJO PONTES GIRÃO **CPF:** 085.329.574-39 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 10/02/1989

Experiência Profissional: Cofundador da L4 Capital e Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC (CCA-2021). Possui mais de 10 anos de experiência no mercado de capitais e ampla formação acadêmica em contabilidade (graduação, mestrado e doutorado). É Professor Licenciado da UFPB, onde também coordenou a área de Business Valuation da Sala de Ações, além de ser professor convidado em cursos de MBA e mestrado na USP. Atua com foco em finanças corporativas, valuation e investimentos. Foi Diretor de Educação e P&D de empresa listada na B3 (TC S.A.), CEO da TC Matrix, idealizador do Conselho Científico da Avantgarde Asset, e fundador da Azul Blue Investments. É também autor de livros sobre investimentos, incluindo o best-seller "O Investidor em Ações de Dividendos".

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	12/06/2025	Até AGO que aprovar as contas do exercício de 31/12/2025.	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		12/06/2025	Sim	12/06/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome LUIZ OTÁVIO NUNES WEST **CPF:** 146.745.485-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 25/05/1958

Experiência Profissional: Bacharel em Ciências Contábeis pela Fundação Visconde de Cairú (Bahia), o profissional possui mais de 45 anos de experiência em gestão de grandes empresas e fundos de investimento. Especialista em finanças, planejamento, controladoria, auditoria e recursos humanos, atuou diretamente nos processos de privatização de diversos setores da economia brasileira e na implementação de práticas de governança corporativa. Nos últimos 25 anos, destacou-se no mercado financeiro, com papel relevante na estruturação e gestão de portfólios em uma das maiores gestoras do país. Participou de conselhos de administração, fiscais e de acionistas de companhias como VALE, CEMIG, Oi, Brasil Telecom, SANEPAR, Banco Safra e Gafisa, entre outras.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	12/06/2025	Até AGO que aprovar as contas do exercício de 31/12/2025.	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		12/06/2025	Sim	12/06/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MANACESAR LOPES DOS SANTOS **CPF:** 747.439.029-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 10/06/1972

Experiência Profissional: brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade RG nº 5.524.282-8 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 747.439.029-91, residente e domiciliado na Rua Acyr Guimarães nº 195, apto. 73, bairro Água Verde, CEP: 80410-180, em Curitiba, Estado do Paraná. Permanecendo vago o cargo de Diretor Comercial até ulterior deliberação.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	27/05/2022	03 anos	Diretor de Relações com Investidores		27/05/2022		03/09/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ORLEANS SILVA MARTINS **CPF:** 039.571.714-07 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 02/06/1983

Experiência Profissional:**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	12/06/2025	Até AGO que aprovar as contas do exercício de 31/12/2025.	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		12/06/2025	Sim	12/06/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RODOLFO ANDRIANI **CPF:** 830.006.909-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Industrial **Data de Nascimento:** 21/12/1944

Experiência Profissional: italiano, separado judicialmente, industrial, portador do R.N.E. nº V 133672-X e inscrito no CPF/MF sob nº 830 006 909-72, residente e domiciliado na Rua Deputado Alencar Furtado, 1819, ap. 1102 Mossunguê, 81200-110, em Curitiba, Estado do Paraná. Formado em Graduação em Engenharia Elétrica – Itália - HISTÓRICO PROFISSIONAL - Empresa: Brown Boveri S.A. – SP-Cargo: Dep. Centrais e Subestações-Período: Jul. 1966 - Dez.1967 - Empresa: Marini ##@@##amp; Daminelli Ltda. - SP Cargo: Gerente Comercial - Período: Jan. 1968 - Set. 1969 - Empresa: Spig S.A. – SP -Cargo: Gerente Comercial - Período Set. 1969 - Dez. 1971 -Empresa: Inepar S.A. – CWB -Cargo: Diretor Comercial Período: Jan. 1972 - Dez. 1982 - Empresa: Ansaldo Coemsa S.A. – SP -Cargo: Diretor Marketing - Período: Jan. 1983 - Jul. 1986 - Empresa: Sirius S.R.L. Import / Export – Itália - Cargo: Diretor -oprietário Período: Jul. 1986 - Dez. 1991 -Empresa: Inepar Trading S/A -Cargo: Diretor Geral -Período: Jan. 1992 – 1997 - Empresa: Inepar Energia S/A - Cargo: Presidente - Empresa: IESA Projetos Equipamentos e Montagens S/A - Cargo: Diretor Comercial

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	06/05/2024	02 Anos	Conselho de Administração (Efetivo)		06/05/2024	Sim	19/08/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome WILLIAN DE SOUZA GOMES **CPF:** 355.376.238-11 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 12/11/1985

Experiência Profissional: Analista CNPI, com 3 anos de experiência atuando como analista de equity research, capaz de encontrar oportunidades de investimento no mercado financeiro, renda variável e renda fixa, com profundo conhecimento em análise de demonstrações financeiras.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	12/06/2025	Até AGO que aprovar as contas do exercício de 31/12/2025.	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		12/06/2025	Sim	12/06/2025

Condenações:

Tipo de Condenação

Descrição da Condenação

N/A

7.4 Composição dos comitês

Nome: ALDAIR RAMOS RIOS **CPF:** 357.508.438-66 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 07/08/1987

Experiência Profissional: Advogado

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/03/2024	02 Anos	Secretário do Comitê		21/03/2024	21/03/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: CHRISTIAN DE LIMA RAMOS **CPF:** 177.865.428-25 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 04/09/1975

Experiência Profissional:

Experiente advogado com mais de 20 anos de atuação em M&A, transações internacionais, financiamento de commodities, recuperações de créditos estratégicos e reestruturações empresariais.
Pioneiro e líder no campo jurídico do setor agrícola brasileiro, Christian combina uma sólida formação acadêmica com experiência, visão estratégica, criatividade, empreendedorismo e uma consistente rede de relacionamento

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)		Pleno			20/08/2025	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: DENISE DZIEWULSKI RIBEIRO **CPF:** 462.315.449-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 04/06/1972

Experiência Profissional: Administradora

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/03/2024	02 Anos	Membro Comitê		21/03/2024	21/03/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: FERNANDA FERREIRA CORTES **CPF:** 082.387.697-79 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 26/02/1980

Experiência Profissional: Advogada

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/03/2024	02 Anos	Membro do Comitê		21/03/2024	21/03/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: HUGO FAGUNDES DE LIMA QUEIROZ **CPF:** 014.553.056-69 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 19/03/1979

Experiência Profissional:

Atuou por 8 meses na Usiminas, como estagiário da área de Análise de Crédito e Contas a Receber. Trabalhou durante 14 anos na Caixa Econômica Federal Asset, como operador de mesa sênior e gestor na área de gestão de renda variável, responsável pela produção de informações técnicas sobre setores/empresas e também pela gestão de fundos semi-ativos e carteira livre. Sócio, Conselheiro e Diretor da TC S.A, desde novembro de 2020 até março de 2023, atuando como diretor de IB e Equity Research Buy Side do TC Matrix. Atualmente é sócio fundador da L4 Capital, atuando como diretor de Corporate Advisory, voltado para negócios e estruturação de ECM, DCM e M&A.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)		Pleno			20/08/2025	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: IRAJÁ GALLIANO ANDRADE **CPF:** 139.478.939-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 25/12/1953

Experiência Profissional:

INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – Grupo empresarial voltado a indústria, construções, montagens e provimento de soluções integradas nas áreas de energia e telecomunicações. Faturamento anual (2002) R\$ 660 milhões. Atualmente é Diretor Administrativo Financeira na empresa IESA ÓLEO E GÁS S/A. Atuou de 11/05/2001 a 15/09/2004 como Diretor Executivo da empresa Inepar S/A Indústria e Construções Gerente Financeiro – responsável pela captação de recursos financeiros junto a instituições financeiras, de crédito, agências de fomento e gestão de fluxo de caixa, coordenação de projetos para levantamento de recursos do BNDES, FINEP, FINAME, IFC e outros. 1992 a 1997 Atuou como suplente do Sr. Ademir Pautasso Nunes de 11/05/2001 à 06/08/2001 no Conselho de Administração da empresa Inepar S/A Indústria e Construções, quando passou a ser membro efetivo em decorrência da renúncia do respectivo titular, até a presente data. ECOBRAS – EMPRESA CONSTRUTORA BRASILEIRA LTDA. – Empresa de construção civil voltada a obras de infra-estrutura na área de saneamento básico. Faturamento anual US\$ 90 milhões. Diretor e Administração e Finanças – responsável pela gestão financeira e administrativa da empresa, relacionamento com instituições financeiras, coordenação das gestões de recursos humanos, suprimentos, serviços gerais e contabilidade. 1988 a 1991 COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR – concessionária para o estado do Paraná de serviços públicos de abastecimento de água e coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários. Faturamento anual US\$ 400 milhões. 1969 a 1988 Superintendente de Planejamento Empresarial – responsável pela definição da política tarifária da empresa, coordenação do orçamento anual, coordenação do estudo de viabilidade global da empresa para um horizonte de cinco anos, coordenação da captação de recursos para investimento junto ao Banco Nacional da Habitação / Caixa Econômica Federal, coordenação do conjunto de normas e procedimentos empresariais. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)		Pleno			20/08/2025	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: JOSÉ BONIFÁCIO PINTO JUNIOR **CPF:** 165.084.244-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 31/05/1956

Experiência Profissional:

Atuou durante 35 anos na Construtora Norberto Odebrecht S.A., desde estágio em 1977 até 2011 no cargo de Diretor Superintendente da Odebrecht Energia onde galgou todos os cargos de executivo da empresa. Trabalhou em Guayaquil ±Equador durante 1 ano no projeto Chongón-Cerecita. Ações junto ao Governo da Bolívia para desenvolvimento das UHE Santo Antonio e Jirau entre 2003 a 2006. Supervisão de filial da GPO em Lima ±Peru entre 2011 a 2013. Atuação junto a diversas empresas privadas dos setores de energia (geração e transmissão), construção pesada e industrial na estruturação de negócios. Atuação no mercado de PCH, UHE, UFV e parques eólicos. Relacionamento comercial com empresas internacionais interessadas em entrar no mercado de energia do Brasil. Conselheiro da Construtora Quebec S.A. durante 5 anos. Atualmente é sócio diretor Executivo da empresa BH Energy Participações e Empreendimentos Ltda.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		Pleno	Comitê de Novos Negócios		20/08/2025	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

N/A

Nome: LUCIANO BOUDJOUKIAN **CPF:** 314.309.418-47 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 23/01/1984
FRANÇA

Experiência Profissional:

Sócio Diretor de Gestão de Carteira da Avantgarde Capital Gestora de Recursos. Sócio fundador, responsável pelo departamento de gestão de recursos, aproximadamente R\$ 200 milhões de asset under management, com 5 veículos de investimentos cujas estratégias baseiam-se em modelos sistemáticos/quantitativos através de posições no mercado acionário local. Gere estratégias long-only, long-short market-neutral e paridade de risco.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		Pleno	Comitê de Novos Negócios		20/08/2025	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: LUIS EDUARDO GALLI FURLAN **CPF:** 181.268.668-45 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 03/12/1975

Experiência Profissional: Engenheiro Civil e Técnico em Segurança do Trabalho.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/03/2024	02 Anos	Membro do Comitê		21/03/2024	21/03/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: MARCO ANTONIO BERNARDI **CPF:** 046.529.158-96 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 12/07/1965

Experiência Profissional:**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)		Pleno			20/08/2025	

Nome: PEDRO LUIS BORGES **CPF:** 922.511.968-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 15/05/1958

Experiência Profissional: Diretor de Suprimentos

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/03/2024	02 ANOS	Coordenador do Comitê		21/03/2024	21/03/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

N/A

Nome: ROBERTO CARLOS LUCIA **CPF:** 084.574.828-90 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Mecânico **Data de Nascimento:** 28/11/1950

Experiência Profissional:

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		Pleno	Comitê de Novos Negócios		20/08/2025	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação de subordinados.

7.7 Acordos/seguros de administradores

Não se aplica.

7.8 Outras informações relevantes

Não se aplica

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 – Política ou prática de remuneração

8.1. POLÍTICA E PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS.

Remuneração dos Membros da Administração:

A remuneração dos membros do conselho administradores leva em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. A Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial é uma Companhia de grande complexidade e porte o que requer, para sua administração, um profundo conhecimento dos seus negócios e do seu mercado, além de uma dedicação ilimitada, devendo reter e engajar os profissionais ocupantes de posições essenciais. Desta forma, o principal fator de remuneração, e que ao mesmo tempo se constitui no principal objetivo da política de remuneração adotada, é o desempenho e a evolução da Companhia, conforme planejamento estratégico estabelecido, tanto no curto como no médio e no longo prazo e de modo alinhado com o retorno aos acionistas. Assim, prioritariamente, a política de remuneração serve ao negócio da Companhia. Desta feita, os valores pagos ou creditados, mensalmente, aos administradores da Companhia, a título de remuneração (retiradas pró-labore), são fixados em correspondência à efetiva prestação de serviços, limitados a remuneração global anual fixada em Assembleia Geral de Acionistas. A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria será fixada pela Assembleia geral.

a) Objetivos da política ou prática de remuneração.

Conselho Fiscal

Remuneração Fixa

Também para os membros do Conselho Fiscal a remuneração considera apenas o pagamento de uma parcela fixa mensal (honorários), com valor mínimo previsto no parágrafo 3º do Artigo 162 da Lei 6.404/76, tendo como referência o valor da remuneração atribuída aos Diretores Executivos, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Além da remuneração, os membros em exercício do Conselho Fiscal têm direito ao reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho das suas funções. Os membros suplentes somente são remunerados nos casos em que exercem a titularidade em virtude de vacância, impedimento ou ausência do respectivo membro titular. A remuneração fixa contratada tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho Fiscal da Companhia. O reajuste da remuneração do Conselho Fiscal é realizado em função do reajuste da remuneração dos Diretores Executivos.

8.1 Política ou prática de remuneração

b) Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Conselho de Administração/ Diretoria Estatutária/ Diretoria não Estatutária

- Salários ou pró-labore – correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a Contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo;
- Benefícios diretos e indiretos – correspondem benefícios diversos tais como seguro de vida em grupo e plano de saúde (somente para a Diretoria) tendo como objetivo dar melhores condições de qualidade de vida, trazendo como consequência uma satisfação na busca pelos resultados da organização.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

No caso do Conselho Fiscal a remuneração é fixa e igual para cada membro do conselho.

Quanto a Diretoria Estatutária, somente o Diretor Presidente recebe a remuneração integral (fixa), enquanto os demais diretores recebem uma remuneração simbólica de um salário mínimo.

Apresentamos abaixo quadros para os 3 últimos exercícios contendo a proporção de cada elemento na remuneração total para os 3 órgãos:

8.1 Política ou prática de remuneração

PROPORÇÃO DE CADA ITEM NA REMUNERAÇÃO - 2022			
ELEMENTOS DE REMUNERAÇÃO	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORES ESTATUTÁRIOS	CONSELHO FISCAL
Nº de membros	6	3	3
Remuneração fixa anual	100,00%	100,00%	100,00%
Salário ou pró-labore	100,00%	87,42%	100,00%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	12,58%	0,00%
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Total de Remuneração	100,00%	100,00%	100,00%

PROPORÇÃO DE CADA ITEM NA REMUNERAÇÃO - 2023			
ELEMENTOS DE REMUNERAÇÃO	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORES ESTATUTÁRIOS	CONSELHO FISCAL
Nº de membros	6	3	3
Remuneração fixa anual	100,00%	100,00%	100,00%
Salário ou pró-labore	100,00%	86,97%	100,00%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	13,03%	0,00%
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Total de Remuneração	100,00%	100,00%	100,00%

PROPORÇÃO DE CADA ITEM NA REMUNERAÇÃO - 2024			
ELEMENTOS DE REMUNERAÇÃO	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORES ESTATUTÁRIOS	CONSELHO FISCAL
Nº de membros	7	2	3
Remuneração fixa anual	100,00%	100,10%	100,00%
Salário ou pró-labore	100,00%	90,66%	100,00%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	9,44%	0,00%
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Total de Remuneração	100,00%	100,10%	100,00%

1 - Os valores acima não contemplam INSS e demais encargos incorridos pela companhia

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

O reajuste da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal é definido pela Assembleia. A Assembleia de acionistas não definiu metodologias de cálculo e de reajuste para cada elemento da remuneração que decidir fixar.

A remuneração da diretoria estatutária é regida pelos padrões da convenção coletiva da categoria preponderante da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração.

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, sua senioridade, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

8.1 Política ou prática de remuneração

A Companhia não possui indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

Não aplicável.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

A estratégia de remuneração fixa da Diretoria Estatutária da Companhia é baseada em práticas de mercado, o que permite a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a implementação e operacionalização das estratégias de negócios aprovadas pelos acionistas.

existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não aplicável.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	2,00	5,00	18,00
Nº de membros remunerados	11,00	2,00	5,00	18,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	493.575,72	725.094,00	224.352,60	1.443.022,32
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0	0		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	0	0		
Total da remuneração	493.575,72	725.094,00	224.352,60	1.443.022,32

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	7,00	2,00	3,00	12,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	140.573,04	713.207,20	134.611,56	988.391,80
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	140.573,04	713.207,20	134.611,56	988.391,80

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	6,00	2,00	3,00	11,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	114.178,92	639.849,00	131.110,23	885.138,15
Benefícios direto e indireto	0,00	132.560,00	0,00	132.560,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	114.178,92	772.409,00	131.110,23	1.017.698,15

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	6,00	3,00	3,00	12,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	101.210,42	690.509,33	129.368,88	921.088,63
Benefícios direto e indireto	0,00	99.348,00	0,00	99.348,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	101.210,42	789.857,33	129.368,88	1.020.436,63

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável

8.4 Plano de remuneração baseado em ações**8.4 - PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE.****a. termos e condições gerais**

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

b. principais objetivos do plano

Não aplicável

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável.

d. como o plano se insere na política de nossa remuneração

Não aplicável.

e. como o plano alinha os nossos interesses e os dos administradores a curto, médio e longo prazo

Não aplicável.

f. número máximo de ações abrangidas

Não aplicável.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável.

h. condições de aquisição de ações

Não aplicável.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável.

j. critérios para fixação do prazo de exercício,

Não aplicável.

k. forma de liquidação

Não aplicável.

l. restrições à transferência das ações

Não aplicável.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável.

n. efeitos da saída do administrador dos nossos órgãos sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES REALIZADAS NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PELA DIRETORIA ESTATUTÁRIA.

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações

8.7 Opções em aberto

8.7. INFORMAÇÕES SOBRE AS OPÇÕES EM ABERTO DETIDAS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PELA DIRETORIA ESTATUTÁRIA.

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 OPÇÕES EXERCIDAS E RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA.

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA.

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações

8.10 Outorga de ações

8.10. OUTORGA DE AÇÕES REALIZADAS NOS ÚLTIMOS 3 EXERCÍCIOS SOCIAIS E PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA.

Não aplicável em razão da Companhia não possuir outorga de ações

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 8.5 A 8.11 (INCLUSIVE MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES).

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

8.13 Participações detidas por órgão**8.13. QUANTIDADE DE AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS, POR NÓS EMITIDOS, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO OU DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL.**

EMISSORA Participação Direta	Ações ON	Ações PN	Debêntures Convertíveis Em Ações ON
Órgãos			
Conselho de Adm.	720	0	0
Diretoria	0	0	0
Conselho Fiscal	572	4	0

Participação Indireta na Emissora	Ações ON	Ações PN	Debêntures Convertíveis Em Ações ON
Órgãos			
Conselho de Adm.	0	0	0
Diretoria	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0

8.14 Planos de previdência

8.14 Planos de previdência

Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários:

Não aplicável.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	2,00	2,00	3,00	7,00	6,00	6,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	3,00	7,00	6,00	6,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração Real	629.700,00	650.400,00	650.400,00	44.870,52	44.870,52	43.119,84	44.870,52	44.870,52	43.119,84
Valor da menor remuneração Real	16.944,00	15.840,00	14.544,00	16.944,00	15.840,00	14.544,00	44.870,52	44.870,52	14.544,00
Valor médio da remuneração Real	323.322,00	333.120,00	332.472,00	30.907,26	30.355,26	28.831,92	44.870,52	44.870,52	28.831,92

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTURAM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA (INCLUSIVE CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA A COMPANHIA).

Não há apólices de seguro contratadas que estruturem instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 - PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DA COMPANHIA REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO.

Órgão	2024	2023	2022
Conselho Fiscal	0,037%	0,027%	0,055%
Conselho Administração	0,038%	0,024%	0,043%
Diretoria Estatutária	0,195%	0,162%	0,334%

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, RECEBIDO POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM.

Não se aplica.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Documento não preenchido.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada**8.19 REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL RECONHECIDA NO RESULTADO DE CONTROLADORES DIRETOS E INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DA COMPANHIA**

2022	Cons Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores Diretos e Ind.	-	920.243,82	-
Controladas do Emissor	-	-	-
Soc. Sob Controle Comum	-	-	-
Total Remuneração	-	920.243,82	-

2023	Cons Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores Diretos e Ind.	-	974.920,18	-
Controladas do Emissor	-	-	-
Soc. Sob Controle Comum	-	-	-
Total Remuneração	-	974.920,18	-

2024	Cons Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores Diretos e Ind.	-	1.028.282,18	-
Controladas do Emissor	-	-	-
Soc. Sob Controle Comum	-	-	-
Total Remuneração	-	1.028.282,18	-

8.20 Outras informações relevantes

8.20 Outras informações relevantes

Outras informações relevantes

Informações relevantes já abordadas nos itens anteriores.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004472		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
Martinelli Auditores	Juridica	79.370.466/0001-39	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
23/02/2004	23/02/2004		
Descrição dos serviços prestados			
Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DEMONSTRAÇÕES TRIMESTRAIS DO EXERCICIO DE 2011 - R\$ 47.027,59			
Justificativa da substituição			
RODÍZIO CONFORME INSTRUÇÃO CVM 308/99			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável			

Código CVM do Auditor	006823		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
BWEL AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES	Juridica	67.634.717/0001-66	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/04/2012	01/04/2012		
Descrição dos serviços prestados			
Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
A remuneração dos serviços de auditoria externa está fixada em R\$ 7.068,29 mensais. O contrato é reajustado anualmente pelo IGPM.			
Justificativa da substituição			
rodizio obrigatorio por lei			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável.			

Código CVM do Auditor	011878		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	

RSM BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES	Juridica	16.549.480/0001-84
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
01/01/2017	01/01/2017	
Descrição dos serviços prestados		
Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
Serviços de auditoria externa nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019 e Demonstrações Trimestrais do exercício de 2019 - R\$ 144.000,00.		
Justificativa da substituição		
Rodízio conforme Instrução CVM 308/99.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não se aplica		

Código CVM do Auditor	004472	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
Martinelli Auditores	Juridica	79.370.466/0001-39
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
01/01/2020	01/01/2020	
Descrição dos serviços prestados		
Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
Serviços de auditoria externa na Demonstração Trimestral de 31 de março de 2020 - R\$ 13.000,00		
Justificativa da substituição		
MUDANÇA DEVIDO A CIRCUNSTÂNCIAS COMERCIAIS		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não se aplica		

Código CVM do Auditor	010855	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
BLB - AUDITORES INDEPENDENTES	Juridica	06.096.033/0001-63
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
23/09/2020	23/09/2020	
Descrição dos serviços prestados		

Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social
SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAL E TRIMESTRAIS DO ANO DE 2020 - R\$ 300.000,00
Justificativa da substituição
PEDIDO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE SERVIÇOS POR PARTE DOS AUDITORES.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa
Não se aplica

Código CVM do Auditor	011428		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S	Juridica	12.018.605/0001-99	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
15/09/2021	15/09/2021		
Descrição dos serviços prestados			
Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Serviços de auditoria externa nas demonstrações financeiras anual e trimestral a partir do terceiro ITR de 2021 até exercício de 2024 no valor de R\$ 593.342,23.			
Justificativa da substituição			
A referida mudança de auditores independentes é em decorrência de aspectos estritamente comerciais, em nada relacionados com a qualidade dos serviços prestados por esses auditores.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não se aplica			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Os resultados da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial foram auditados, pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. Para eliminar o risco de conflito de interesses, a Inepar S/A, mantém uma política onde o auditor não pode avaliar seu próprio trabalho. Portanto no exercício de 2024 o auditor externo não prestou nenhum outro tipo de serviço a esta Companhia.

9.4 Outras informações relevantes

Não se aplica.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Documento facultativo para o emissor em recuperação judicial não preenchido.

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 Descrição dos recursos humanos

a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

Empresa	2022	2023	2024
lesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	271	239	228
lesa Óleo & Gás S.A.	95	85	78
Inepar S.A. Indústria e Construções	81	56	42
	<u>447</u>	<u>380</u>	<u>348</u>

Nota: As informações acima do número de empregados é abrangente e envolve as coligadas e controladas. Nestes números incluem-se os funcionários afastados por diversos motivos, sem pagamento de salários.

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Não se aplica

c. Índice de rotatividade

Não se aplica

d. Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A empresa não possui nenhuma situação trabalhista que possa gerar um passivo impactante em seu resultado.

10.2 Alterações relevantes

10.2 Alterações relevantes

Tendo em vista o pedido de recuperação judicial, a partir de 2014 e o cancelamento de diversos contratos geraram redução do efetivo

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 - Políticas e práticas de remuneração dos empregados:

A Política de Cargos e Salários da IESA tem por objetivo reconhecer a capacitação profissional e o desempenho dos seus colaboradores. O desenvolvimento técnico-profissional do colaborador e sua contribuição efetiva para os resultados da empresa serão indicadores utilizados para esse reconhecimento. Busca ainda equilibrar suas ações com as melhores práticas do mercado para manter o quadro de funcionários satisfeito e motivado, bem como para atrair novos talentos.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Documento facultativo para o emissor em recuperação judicial não preenchido.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 - Relações entre emissor e sindicatos:

A empresa cultiva uma relação cordial com as várias entidades sindicais com as quais se relaciona, mantendo sempre canais de diálogo abertos para que possa dirimir as eventuais divergências de modo negociado, buscando sempre o equilíbrio entre as expectativas das partes, tendo em vista sempre a defesa dos interesses da organização.

10.5 Outras informações relevantes

Não se aplica

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 Regras, políticas e práticas

Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

As transações com partes relacionadas à Companhia são sempre realizadas a valores e prazos usuais de mercado, não gerando benefício ou prejuízo a quaisquer das partes envolvidas. Os valores relativos às operações envolvendo as empresas incluídas no processo de consolidação são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam.

A Lei das S.A. (Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada) proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Adicionalmente, a Lei determina que o acionista ou administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da empresa.

Em observância à regulamentação do Nível 1 de Governança Corporativa, a Companhia divulga trimestralmente informações discriminando o objeto dos contratos, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência dos contratos sobre a administração ou a condução dos negócios da Companhia.

11.2 Transações com partes relacionadas

Documento facultativo para o emissor em recuperação judicial não preenchido.

11.3 Outras informações relevantes

Informações relevantes já foram abordadas nos itens anteriores.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
20/05/2024		0,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
142.398.880	24.000.000	166.398.880	

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
20/08/2025		571.963.046,81	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
33.577.020	12.627.232	46.204.252	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
20/08/2025		571.963.046,81	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
33.577.020	12.627.232	46.204.252	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
20/08/2025		571.963.046,81	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
33.577.020	12.627.232	46.204.252	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não se aplica.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	5 Emissão
Data de emissão	27/07/2012
Data de vencimento	27/12/2028
Quantidade	15.000
Valor nominal global R\$	150.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	6ª Emissão
Data de emissão	28/12/2015
Data de vencimento	31/12/9999
Quantidade	167.233.703
Valor nominal global R\$	167.233.703,00
Saldo Devedor em Aberto	91.354.196,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Conversibilidade em ações ordinárias à razão de 0,0565199462 ações por debênture convertida
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	7ª Emissão
Data de emissão	28/12/2015
Data de vencimento	31/12/9999
Quantidade	66.433.635
Valor nominal global R\$	66.433.635,00
Saldo Devedor em Aberto	59.512.251,00

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Conversibilidade em ações ordinárias, à razão de 0,7692307692 ações por debênture convertida.
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	8ª Emissão
Data de emissão	28/12/2015
Data de vencimento	31/12/9999
Quantidade	10.268.129
Valor nominal global R\$	10.268.129,00
Saldo Devedor em Aberto	7.729.487,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Conversibilidade em ações ordinárias à razão de 0,0565199462 ações por debênture convertida.
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	9ª Emissão
Data de emissão	28/12/2015
Data de vencimento	31/12/9999
Quantidade	3.925.623
Valor nominal global R\$	3.925.623,00
Saldo Devedor em Aberto	3.462.399,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Conversibilidade em ações ordinárias, à razão de 0,7692307692 ações por debênture convertida.
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica

Valor mobiliário	Debêntures
-------------------------	-------------------

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	10ª Emissão
Data de emissão	12/08/2019
Data de vencimento	31/12/9999
Quantidade	121.550.040
Valor nominal global R\$	121.550.040,00
Saldo Devedor em Aberto	66.949.846,00
Restrição a circulação	Não
Convertibilidade	Sim
Condição da convertibilidade e efeitos sobre o capital-social	Convertibilidade em ações ordinárias à razão de 0,0565199462 ações por debênture convertida.
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	11ª Emissão
Data de emissão	12/08/2019
Data de vencimento	31/12/9999
Quantidade	6.507.029
Valor nominal global R\$	6.507.029,00
Saldo Devedor em Aberto	6.157.848,00
Restrição a circulação	Não
Convertibilidade	Sim
Condição da convertibilidade e efeitos sobre o capital-social	Convertibilidade em ações ordinárias, à razão de 0,7692307692 ações por debênture convertida.
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	12ª Emissão
Data de emissão	20/05/2024
Data de vencimento	31/12/9999
Quantidade	192.653.942
Valor nominal global R\$	192.653.942,00
Saldo Devedor em Aberto	172.747.584,00

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Restrição a circulação	Não
Convertibilidade	Sim
Condição da convertibilidade e efeitos sobre o capital-social	Convertibilidade em ações ordinárias à razão de 0,0565199462 ações por debênture convertida.
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	13ª Emissão
Data de emissão	20/05/2024
Data de vencimento	31/12/9999
Quantidade	1.248.430
Valor nominal global R\$	1.248.430,00
Saldo Devedor em Aberto	1.248.430,00
Restrição a circulação	Não
Convertibilidade	Sim
Condição da convertibilidade e efeitos sobre o capital-social	Convertibilidade em ações ordinárias, à razão de 0,7692307692 ações por debênture convertida.
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 Mercados de negociação no Brasil

Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações da Companhia são negociadas na Bovespa (B3), sob os códigos INEP3 e INEP4.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 Destinação de recursos de oferta pública

Informações descritas no item 12.9 - Outras informações relevantes

12.9 Outras informações relevantes

12.9 Outras informações relevantes

Outras características relevantes para ações Ordinárias

A Companhia aderiu ao Nível 1 das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. Adicionalmente, a Companhia assumiu, de forma voluntária, um conjunto de práticas adicionais ao Regulamento do Nível 1, incorporadas ao nosso Estatuto Social que incluem, dentre outros direitos, a concessão, às ações ordinárias, do direito de recebimento de 100% do valor pago em caso de alienação do controle da Companhia (“tag-along”). Essas regras são decorrentes do Estatuto Social da Companhia, não tendo sido analisadas pela BM&FBOVESPA e, por tal razão, não são mandatárias conforme as obrigações assumidas pela Companhia perante a BM&FBOVESPA decorrentes da adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa, não existindo qualquer garantia de manutenção das mesmas no Estatuto Social.

Outras características relevantes para ações Preferenciais

A Companhia aderiu ao Nível 1 das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. Adicionalmente, a Companhia assumiu, de forma voluntária, um conjunto de práticas adicionais ao Regulamento do Nível 1, incorporadas ao nosso Estatuto Social que incluem, dentre outros direitos, a concessão, às ações preferenciais, do direito de recebimento de 80% do valor pago em caso de alienação do controle da Companhia (“tag-along”), bem como o direito de voto às ações preferenciais nas circunstâncias estabelecidas no Estatuto. Essas regras são decorrentes do Estatuto Social da Companhia, não tendo sido analisadas pela BM&FBOVESPA e, por tal razão, não são mandatárias conforme as obrigações assumidas pela Companhia perante a BM&FBOVESPA decorrentes da adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa, não existindo qualquer garantia de manutenção das mesmas no Estatuto Social.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Manacesar Lopes dos Santos	Diretor de Relações com Investidores	Alterado	
Vago	Diretor Presidente	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

Diretor Presidente: Vago

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Declaramos que revisamos o formulário de Referência, que todas as informações contidas nesse formulário atendem ao disposto na instrução CVM nº 80, e que, o conjunto de informações nele contido é retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeiro da Inepar S.A Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Manacesar Lopes dos Santos
Diretor de Relação com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.